



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS TRINDADE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Natalia Freitas Ramos

Raça e Saúde Mental na Universidade Pública: Revisão da literatura produzida no período
de 2020-2024 com estudantes negros do Ensino Superior

Florianópolis
2026

Natalia Freitas Ramos

Raça e Saúde Mental na Universidade Pública: Revisão da literatura produzida no período de 2020-2024 com estudantes negros do Ensino Superior

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura submetido ao Curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Marcia da Silva Mazon, Dra.

Florianópolis

2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Ramos, Natalia Freitas

Raça e saúde mental na universidade pública : revisão da literatura produzida no período de 2020-2024 com estudantes negros do ensino superior / Natalia Freitas Ramos ; orientadora, Marcia da Silva Mazon, 2026.

99 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Saúde Mental. 3. Raça. 4. Ensino Superior. 5. Estudantes Negros. I. Mazon, Marcia da Silva. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

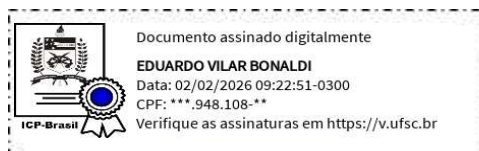
Natalia Freitas Ramos

Raça e Saúde Mental na Universidade Pública: Revisão da literatura produzida no período de 2020-2024 com estudantes negros do Ensino Superior.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

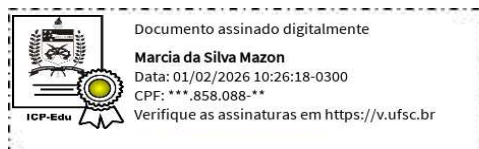
Nota: 10

Florianópolis, 26 de janeiro de 2026.

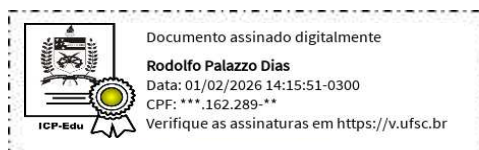


Prof. Eduardo Vilar Bonaldi, Dr.
Coordenador do Curso

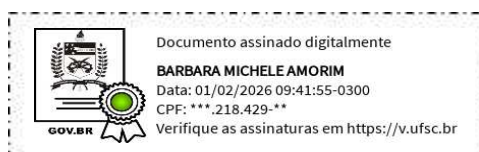
Banca examinadora



Profa. Marcia da Silva Mazon, Dra.
Orientadora



Prof. Rodolfo Palazzo Dias, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina



Profa. Barbara Michele Amorim, Dra.
Secretaria de Estado da Educação – SED/SC

Florianópolis, 2026.

Dedico este trabalho à minha espiritualidade que me acompanhou em todos os meus caminhos, mesmo quando eu achei que estava sozinha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à quem veio antes de mim abrindo caminhos, à minha ancestralidade que me guia em cada passo que eu dou e me ensina a ter paciência com o tempo de cada coisa e, principalmente, comigo mesma.

Agradeço à minha mãe, Gizielle Freitas, que me deu o dom da vida, a maior dádiva que poderia me dar, apesar de tantas adversidades. Tudo começou dentro do seu ventre. Hoje em dia, exalta a minha existência, sua única filha, sendo seu motivo de orgulho e alegria. Sua existência me faz enxergar o mundo com outros olhos, com respeito à existência de cada ser humano nessa terra. Agradeço também às minhas tias, Danielle e Grazielle, pelo afeto e cuidado em meus primeiros anos de vida.

Agradeço à minha avó, Sônia Aparecida Freitas, por ter cuidado de mim desde o ventre de minha mãe e até hoje. Ela é mesmo uma *mãe grande*, sempre cuidando de todas as suas filhas, incluindo a mim como uma delas. Nunca me deixou desamparada e faz questão de tirar de si para dar às suas filhas. Sem seu apoio, eu não estaria aqui hoje. Esse trabalho é nosso, vó.

Agradeço ao meu companheiro, Daniel Miranda, o homem mais sensível e humano que já conheci. Sem a sua leveza ao meu lado no momento da escrita deste trabalho, o processo teria sido muito mais difícil e solitário. Obrigada por sempre acreditar em mim e me apoiar em todos os meus sonhos. É lindo como caminhamos juntos, você é um presente incrível que a vida me deu.

Aos afetos, agradeço à Beny Simba, que em breve também será Cientista Social, minha quase-comadre e mãe da pequena Ester Valentina, que ilumina muitos dos meus dias com seus apenas três anos. E também à Flávia Rumiviela da Costa, por ter colocado no mundo a Sophia, que é minha amiga de outras vidas. Ver vocês sempre foi motivo de alegria e felicidade ao meu coração em meio às aulas e tarefas. Agradeço também aos companheiros fiéis de RU, Edgar Leija por seu sorriso contagiante e ouvidos amigos, e ao meu *amiguinho Pablito*, Pablo Serrano, por fazer refeições comigo praticamente todos os dias, sentirei falta de nossos momentos. Obrigada pela sua gentileza e simpatia, gosto da forma espontânea como você leva a vida. Agradeço à Karime Limeira, minha querida amiga atriz e jornalista, pela amizade, pelo carinho, pela inspiração e por ter me apresentado sua família de pessoas tão queridas. Agradeço também à minha amiga Héllen Millene de Oliveira pela parceria de longa data, pelas refeições que demonstram grande carinho e cuidado, e pelos encontros que ultrapassam o tempo e o espaço, desde o início da graduação na Universidade Federal de

Santa Maria até o nosso sonho compartilhado de ir para o outro lado do país. Agradeço à Amanda Sacchi, que foi minha companheira de casa, pela amizade sincera e pelos momentos compartilhados em um período de grande descoberta de mim mesma. Agradeço à Helen Fernandes de Menezes, por fornecer ombro e ouvidos amigos e compreensivos. Agradeço à Fernanda Búrigo de Lima, minha colega de curso, pela amizade e pelas trocas nos momentos em que estivemos juntas, compartilhando disciplinas e conversas profundas. Cada pessoa que passa pela minha vida tem um propósito, e agradeço ao universo por me fazer entender isso.

Agradeço à minha orientadora, Professora Marcia da Silva Mazon, por ser uma professora tão gentil com os seus alunos e orientandas. Desde a primeira matéria que fiz com ela, logo no primeiro semestre da graduação, eu quis ser sua orientanda. Admirei o modo como ensina e trata seus alunos, com humanidade. Logo me acolheu no NUSEC – Núcleo de Sociologia Econômica da UFSC –, onde pude aprender muito com as pesquisas de meus colegas. Sempre muito solícita e compreensiva com meus tempos e demandas, o que foi essencial para tornar esse processo mais leve. Agradeço por toda a melhoria promovida no texto e, principalmente, por me apoiar em meus sonhos e vontades, sempre fazendo o possível para me ajudar no que preciso. É também graças ao seu apoio que fui aprovada no Mestrado. Muito obrigada por me proporcionar a participação em diversos projetos e redes de pesquisa, tão importante para a minha trajetória acadêmica. Sou muito grata pelo caminho que construímos até aqui e espero continuar estreitando nossos laços.

Agradeço ao Núcleo de Sociologia Econômica (NUSEC), coordenado pela minha orientadora, por me ensinar a fazer pesquisa científica. Agradeço especialmente à Professora Barbara Michele Amorim, que fez parte da banca de qualificação deste trabalho, me dando ótimas contribuições, e que hoje aceitou fazer parte da banca de defesa, em pleno verão e férias escolares. Ela me ensinou muito com suas pesquisas e sua trajetória acadêmica, e hoje em dia me ensina enquanto professora da educação básica, caminho para o qual também pretendo seguir um dia, pois amo a docência e admiro enormemente os bons professores. Obrigada, Barbara, por ser tão importante ao nosso Núcleo e tão gentil em nos ajudar quando precisamos, sua figura é essencial. Suas diversas contribuições a este trabalho foram muito relevantes para a melhoria do texto, além de me ajudar com preciosas recomendações para pesquisas futuras.

Através das redes de pesquisa e da AUGM (Asociación de Universidades Grupo Montevideo), realizei um intercâmbio acadêmico na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA) em 2022, na Argentina, onde tive a oportunidade de me aprofundar na temática da Saúde Mental, com pesquisadores e professores do Instituto de

Investigaciones Gino Germani (IIGG). Neste sentido, agradeço o apoio do GESMyDH – Grupo de Estudios sobre Salud Mental y Derechos Humanos – e do GESFyD – Grupo de Estudios Sociales sobre Fármacos y Diagnósticos – em minha estadia na UBA, em que pude aprender muito e viver coisas incríveis.

Agradeço especialmente à Professora Eugênia Bianchi, que me acolheu como supervisora de intercâmbio, por tantos ensinamentos promovidos nas disciplinas e encontros, e principalmente por ser tão gentil comigo, sempre disponível para me ajudar em todos os processos necessários. Como legado, ainda aprendo muito com ela e com outros pesquisadores nos eventos da rede de pesquisa em saúde mental dos quais tenho o privilégio de participar. Além disso, agradeço por ter sido parte da banca de qualificação deste trabalho quando ainda era um projeto, me dando ricas sugestões que pude incorporar para a melhoria do texto.

Agradeço ao Professor Rodolfo Palazzo Dias, que foi meu professor no final da graduação em uma das disciplinas de Seminário de Pesquisa, no momento inicial da escrita deste trabalho, em que eu ainda tinha muitas dúvidas e às vezes não sabia por onde começar. Ele, muito pacientemente, explicava cada coisa da forma mais didática possível, mostrando todos os caminhos possíveis e fazendo tudo parecer mais fácil. Você é um professor que eu queria ter tido antes, empático e acolhedor com seus alunos, nos mostrando que um TCC não é um bicho de sete cabeças e que somos plenamente capazes de escrever um bom trabalho. Foi uma figura marcante para mim, em que levei seus ensinamentos para cada momento da escrita deste trabalho. Hoje, tenho a sorte de tê-lo em minha banca de defesa, e agradeço por aceitar o convite em pleno verão em Florianópolis, me dando ótimas contribuições que pude incorporar ao presente trabalho e levar para trabalhos futuros.

Agradeço à Adriana Boschi Moreira, que foi minha orientadora pedagógica no Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos estudantes (PIAPE) da UFSC. Ela esteve comigo em um momento decisivo de escrita deste trabalho e do processo seletivo para o Mestrado. Sua ajuda foi essencial, em que a cada encontro semanal eu sentia mais segurança em mim mesma. Além de me dar dicas valiosas que pude colocar em prática imediatamente, pois não havia muito tempo, ela me exaltava e acreditava em mim quando eu mesma falhava nisso. Antes de eu saber, ela já tinha a certeza que tudo daria certo. Obrigada, Adriana, por ser uma profissional incrível e uma pessoa sensível e empática. Agradeço por ter cruzado o meu caminho nesta reta final da graduação, em que sua ajuda em cada mínimo detalhe, seja teórico, burocrático ou emocional, com certeza fez toda a diferença.

Agradeço à Professora Nise Jinkings, a professora que me acompanhou pelo maior período de tempo na graduação: um ano e meio. Com ela, fiz os Estágios Obrigatórios da Licenciatura, e aprendi cada passo de como ser uma boa professora. Ela me formou na docência com muita qualidade e pude me descobrir Professora de Sociologia, ofício que, particularmente, eu gosto muito. A Professora Nise carrega uma bagagem imensa, me ensinando para além do que eu posso narrar, e me sinto afortunada por ter sido sua aluna e ter tido o seu acompanhamento em minha primeira experiência na docência. Em cada aula, sentia vontade de captar o máximo possível de seus ensinamentos, para que fosse possível gravar em mim a memória de seus aprendizados. Eu amo aprender com os mais velhos, e a senhora alimentou minha ânsia pelo conhecimento e sabedoria que alguém mais experiente carrega, de quem já viu e viveu mais do que eu nesta vida. Obrigada por tudo isso.

Agradeço ao Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da UFSC, onde fui Bolsista de Extensão por cerca de quatro anos, aprendendo um novo ofício, o de Designer Educacional/Instrucional, que muito me serve nos dias atuais. Ter essa bolsa foi essencial para que eu conseguisse me manter na Universidade, e agradeço por também ter sido um espaço formativo. Além disso, tive a sorte de ter sido um excelente espaço de trabalho, que nos permitia ter liberdade de tempo, algo tão precioso para quem se dedica aos estudos. Foi um local de muito aprendizado, respeito às diferenças e humanidade por parte dos coordenadores e supervisores, e agradeço por ter tido a oportunidade de trabalhar em três Projetos de Extensão diferentes, dando o meu melhor em cada um deles. Espero que nosso vínculo se mantenha para além do institucional, pois levarei na memória cada colega que passou pela minha trajetória.

Agradeço à UFSC, por ser uma universidade pública, gratuita e de qualidade, que me proporcionou uma formação de excelência. Eu me tornei, com orgulho, uma Cientista Social crítica e questionadora. Mas, para além do curso em si, muitas outras atividades formam um Cientista Social. Pude fazer disciplinas teóricas em outros departamentos que muito me agregaram, como Raça e Interseccionalidades nas Relações Internacionais e Epistemologias Negras na História. Pude aprender com professores que são referências, autores de livros e material bibliográfico reconhecido, como a Professora Karine de Souza Silva e o Professor José Bento Rosa da Silva, os quais agradeço por terem compartilhado comigo um arcabouço teórico riquíssimo de intelectuais negros.

Além da teoria, a UFSC me forneceu muita prática. Pude fazer disciplinas optativas nas Artes Cênicas, dialogando com o meu lado artístico, pois há múltiplas dimensões em mim. Também fiz diversos esportes, sendo Natação e Pilates os meus favoritos, de forma

gratuita e com muita qualidade, sendo essencial para a manutenção da minha própria saúde mental. As aulas de Pilates com a Professora Iracema Soares ficarão marcadas para sempre em minha memória, pois foram momentos em que eu pude me dedicar ao meu bem-estar e aprender sobre meu próprio corpo. Obrigada por me guiar nessa descoberta. Eu queria poder levar a senhora para onde quer que eu vá, seu jeito de ser e levar a vida é inspirador para mim.

Posso dizer que vivi a UFSC intensamente, sobretudo nos últimos semestres da graduação, em que pude fazer apenas disciplinas optativas e participar de diversos eventos, dentre eles alguns promovidos pela Comunidade Indígena da UFSC e pela Casa de Passagem e Ponto de Cultura Goj Ta Sa, com os quais aprendi e sigo aprendendo sobre o respeito com a nossa Mãe Terra, da qual faço parte tanto quanto ela faz parte de mim. Também houveram os momentos culturais. Destaco como muito especiais os vividos na Feirinha da UFSC, em que vinham expositores de várias partes da cidade para a nossa Universidade, promovendo um movimento cultural delicioso, em que minha vontade era parar o tempo e passar a tarde por lá. Agradeço a todos os feirantes e artistas que enchem a nossa Universidade de vida e movimento. Agradeço também ao Templo Hare Krishna de Florianópolis, que todas as quartas-feiras distribui maravilhosas refeições gratuitas na Feirinha, as quais eu não perdia uma. Isto porque, para além das refeições, descobri em vocês pessoas incríveis e com muita sabedoria, além da vontade genuína em servir e passar conhecimento.

Agradeço aos encontros proporcionados. À Comunidade Africana da UFSC, aos colegas de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo-Verde, Senegal, Nigéria, Benin, Congo-Kinshasa e Congo-Brazzaville, por todo o ensinamento de cada conversa. Com vocês, pude aprender o que a universidade não ensina. Visões de mundo profundas e complexas que atravessaram o Atlântico e, para minha grande sorte, chegaram ao meu encontro. Agradeço também aos amigos da América Latina e Caribe, irmãos do Haiti, México, Peru e Colômbia com os quais tive o prazer de conviver. Confesso que gosto de ser levada para viajar sem sair do lugar e agradeço por me proporcionarem isso.

Agradeço também à existência do RU, por nos prover alimentação acessível, e sobretudo por ser um espaço de muitos encontros. Lá, conheci muita gente, e não eram raros os momentos em que em uma mesa éramos pessoas de vários países diferentes sentadas juntas, muitas vezes sendo eu a única brasileira – ou brazuca –, num intercâmbio cultural tão rico quanto agradável. Eu, curiosa como sou, pude fazer amizades e conhecer os modos de vida de diversos lugares. Foi maravilhoso estudar em uma Universidade com pessoas de várias partes do mundo, com destaque para a África, nossa mãe, e para a América Latina, nossa terra.

Não posso deixar de agradecer aos trabalhadores terceirizados da UFSC, muito batalhadores, sobretudo os do RU – da limpeza e da cozinha –, que nos alimentam e proporcionam um ambiente limpo todos os dias. Agradeço também aos trabalhadores das portarias e da vigilância, que muitas vezes fiz amizade, escutei e conversei. Sua figura é essencial para fazer a Universidade funcionar, ainda que para muitos possam passar despercebidos.

Foram seis anos e meio de muitas emoções, e eu me despeço com o sentimento de agradecimento profundo a tudo que vivi e aos encontros que a Universidade me proporcionou. Quando um ciclo se encerra, outro começa, e esse é o belo movimento da vida.

*A lua move-se lentamente,
mas cruza a cidade.*

Provérbio africano

RESUMO

Estudos recentes mostram que situações discriminatórias enfrentadas por alunos negros na universidade podem gerar quadros de depressão, ansiedade e baixa autoestima, refletindo na vivência universitária e ameaçando a permanência acadêmica desses estudantes, assim como a própria efetivação das Políticas de Ações Afirmativas. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar como a relação entre raça e saúde mental na universidade é tratada nas pesquisas primárias com estudantes negros do Ensino Superior público brasileiro, buscando compreender a conexão entre racismo e sofrimento psíquico no ambiente acadêmico. Utilizou-se uma metodologia de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, de natureza interpretativa, a partir da técnica da revisão de literatura primária. Foram selecionados sete artigos e dissertações que relacionam concomitantemente os assuntos de raça, saúde mental e ensino superior, produzindo dados primários a partir de métodos como questionários, entrevistas, encontros em grupo ou com a metodologia da *escrivência*. Realizou-se uma *síntese integradora* entre eles, a partir do diálogo e análise dos resultados. As discussões foram realizadas com base em uma perspectiva crítica da raça, para uma compreensão aprofundada acerca dos fatores sociais que englobam o campo da saúde mental, com reflexões ancoradas em teorias decoloniais e críticas à medicalização social, considerando as transformações histórico-sociais pelas quais passam a universidade e a sociedade a partir da entrada massiva de estudantes negros no ensino superior, e contribuições da perspectiva interseccional, que considera os aspectos de classe e gênero ligados ao fator racial. Utilizou-se como referência intelectuais negros como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza e Grada Kilomba para compreender os impactos do racismo na subjetividade negra. A maior parte dos trabalhos selecionados são da área da Psicologia, mostrando a necessidade de produção de mais trabalhos nas áreas das Ciências Humanas e Sociais na temática. O recorte temporal adotado foi de 2020 à 2024 por ser o período de realização das pesquisas encontradas, as quais, em sua maioria, foram realizadas na região Nordeste do país. Os resultados ressaltam que as dificuldades financeiras entre os estudantes representam fator de relevância para sua saúde mental, demonstrando a necessidade de Políticas de Assistência Estudantil para os grupos mais vulneráveis. Em muitas pesquisas, os estudantes relatam que o ingresso na academia gerou sentimentos de inferioridade, solidão, desamparo afetivo e inadequação, evidenciando a demanda de maior representatividade tanto no corpo docente quanto nos Currículos de Ensino. As pesquisas analisadas demonstram que, para combater o racismo na universidade, é fundamental o engajamento de toda a comunidade acadêmica, por meio de atividades de promoção da consciência racial. Os trabalhos apresentam reiterados modos individuais e coletivos de resistência perante as situações de racismo no ambiente acadêmico, em que os coletivos negros acabam sendo os principais responsáveis pelo cuidado em saúde mental dos estudantes negros, a partir da promoção de acolhimento, pertencimento, letramento racial e racialização crítica. Para além de ações de auxílio à saúde mental, como programas de atendimento psicológico gratuito e canais para denúncias, os resultados indicam a necessidade de fomentar Políticas de Equidade Racial no âmbito de cada Universidade, com estratégias de enfrentamento ao racismo estrutural e institucional para que os estudantes negros não cheguem ao adoecimento psíquico.

Palavras-chave: Saúde Mental; Raça; Ensino Superior; Estudantes Negros; Sofrimento Psíquico.

ABSTRACT

Recent studies show that discriminatory situations faced by black students at university can generate depression, anxiety and low self-esteem, which reflects on the university experience and threatens the academic permanence of these students, as well as the very effectiveness of Affirmative Action Policies. In this sense, the objective of this study is to analyze how the relationship between race and mental health at university is treated in primary research with black students of Brazilian public higher education, describing the connection between racism and psychic suffering in the academic environment. A qualitative approach methodology was used, of the bibliographic type, of interpretative nature, from the primary literature review technique. Seven articles and dissertations were selected that relate simultaneously the subjects of race, mental health and higher education, producing primary data from methods such as questionnaires, interviews, group meetings or with the methodology of *escrivência* (a type of writing based on experience). An integrative synthesis was carried out among them, from the dialogue and analysis of the results. The discussions were based on a critical perspective of race, for an in-depth understanding of social factors that encompass the field of mental health, with reflections anchored in decolonial theories and criticism of social medicalization, considering the historical and social transformations through which the university and society pass from the massive entry of black students into higher education, with contributions from an intersectional perspective that considers the class and gender aspects linked to the racial factor. Black intellectuals such as Frantz Fanon, Neusa Santos Souza and Grada Kilomba were used as a reference to understand the impacts of racism on black subjectivity. Most of the works selected are from the area of Psychology, showing the need to produce more work in the areas of Humanities and Social Sciences. The time cut adopted was from 2020 to 2024 because it is the period of realization of the researches found, which, in their majority, were carried out in the Northeast region of Brazil. The results highlight that financial difficulties among students represent a relevant factor for their mental health, demonstrating the need for Student Assistance Policies for the most vulnerable groups. In many researches, students report that the entry into the academy generated feelings of inferiority, loneliness, affective helplessness and inadequacy, showing the demand for greater representativeness both in the faculty and in the Teaching Curricula. The analyzed research shows that to combat racism at university, it is essential to engage the entire academic community, based on activities to promote racial awareness. The works present repeated individual and collective ways of resistance to situations of racism in the academic environment, where black collectives end up being the main responsible for mental health care of black students, from the reception, belonging, racial literacy and critical racialization. In addition to actions to assist mental health, such as free psychological care programs and channels for complaints, the results indicate the need to foster Racial Equity Policies within each university, with strategies to confront structural and institutional racism so that black students do not get mentally ill.

Keywords: Mental Health; Race; Higher Education; Black Students; Psychic Suffering.

RESUMEN

Estudios recientes señalan que situaciones discriminatorias enfrentadas por estudiantes negros en la universidad pueden generar cuadros de depresión, ansiedad y baja autoestima, lo cual se refleja en la experiencia universitaria y amenaza la permanencia académica de estos estudiantes, tan bien como la propia efectividad de las Políticas de Acciones Afirmativas. En este sentido, el objetivo de este trabajo es analizar cómo la relación entre raza y salud mental en la universidad se trata en las investigaciones primarias con estudiantes negros de la enseñanza superior pública brasileña, describiendo la conexión entre racismo y sufrimiento psíquico en el ambiente académico. Se utilizó una metodología de enfoque cualitativo, del tipo bibliográfico, de naturaleza interpretativa, a partir de la técnica de revisión de literatura primaria. Se seleccionaron siete artículos y disertaciones (tesis de maestría) que relacionan simultáneamente los temas de raza, salud mental y educación superior, produciendo datos primarios a partir de métodos como cuestionarios, entrevistas, encuentros en grupo o con la metodología de la *escrevivência* (un tipo de escritura basada en la vivencia). Se realizó una *síntesis integradora* entre ellos, a partir del diálogo y análisis de los resultados. Las discusiones se llevaron a cabo sobre la base de una perspectiva crítica de la raza, para una comprensión en profundidad sobre los factores sociales que abarcan el campo de la salud mental, con reflexiones ancladas en teorías decoloniales y críticas a la medicalización social, considerando las transformaciones históricas y sociales por las que pasan la universidad y la sociedad a partir de la entrada masiva de estudiantes negros en la educación superior, con contribuciones de la perspectiva interseccional, que considera los aspectos de clase y género vinculados al factor racial. Se utilizó como referencia intelectuales negros como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza y Grada Kilomba para comprender los impactos del racismo en la subjetividad negra. La mayor parte de los trabajos seleccionados son del área de la Psicología, mostrando la necesidad de producir más trabajos en las áreas de las Ciencias Humanas y Sociales. El recorte temporal adoptado fue de 2020 a 2024 por ser el período de realización de las investigaciones encontradas, las cuales, en su mayoría, fueron realizadas en la región Nordeste de Brasil. Los resultados destacan que las dificultades financieras entre los estudiantes representan un factor de relevancia para su salud mental, demostrando la necesidad de Políticas de Asistencia Estudiantil para los grupos más vulnerables. En muchas investigaciones, los estudiantes reportan que el ingreso a la academia generó sentimientos de inferioridad, soledad, desamparo afectivo e inadecuación, evidenciando la demanda de mayor representatividad tanto en el cuerpo docente como en los Currículos de Enseñanza. Las investigaciones analizadas demuestran que, para combatir el racismo en la universidad, es fundamental el compromiso de toda la comunidad académica, basándose en actividades de promoción de la conciencia racial. Los trabajos presentan reiterados modos individuales y colectivos de resistencia frente a las situaciones de racismo en el entorno académico, donde los colectivos negros terminan siendo los principales responsables del cuidado en salud mental de los estudiantes negros, desde la acogida, pertenencia, *alfabetización racial* y *racialización crítica*. Además de acciones de ayuda a la salud mental, como programas de atención psicológica gratuita y canales para denuncias, los resultados indican la necesidad de fomentar Políticas de Equidad Racial en el ámbito de cada Universidad, con estrategias de enfrentamiento al racismo estructural e institucional para que los estudiantes negros no lleguen al sufrimiento psíquico.

Palabras-clave: Salud Mental; Raza; Educación Superior; Estudiantes Negros; Sufrimiento Psíquico.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:

Assuntos e descritores de busca..... 33

Tabela 2:

Apresentação geral dos trabalhos encontrados..... 39

Tabela 3:

Principais palavras-chave e termos utilizados nos títulos dos trabalhos selecionados..... 43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.2 JUSTIFICATIVA.....	22
2 ABORDAGEM TEÓRICA.....	25
2.1 PERSPECTIVA CRÍTICA À MEDICALIZAÇÃO SOCIAL.....	25
2.2 PERSPECTIVA DECOLONIAL DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA RAÇA.....	27
3 METODOLOGIA.....	31
3.1 DESCRITORES E ESTRATÉGIAS DE BUSCA.....	32
3.2 CRITÉRIOS DE BUSCA.....	34
3.3 RECORTE TEMPORAL E ABORDAGEM DE ANÁLISE.....	34
4 RESULTADOS.....	35
4.1 REGIÃO EM QUE OS TRABALHOS FORAM PRODUZIDOS.....	40
4.2 PERÍODOS PESQUISADOS.....	41
4.3 ÁREAS DE ESTUDO EM QUE INSEREM-SE AS PESQUISAS.....	42
4.4 ANÁLISE DE TERMOS E PALAVRAS-CHAVE.....	42
4.5 ABORDAGENS TEÓRICAS UTILIZADAS.....	44
4.6 MÉTODOS UTILIZADOS PELAS PESQUISAS.....	45
4.7 CARACTERÍSTICAS DAS AMOSTRAS.....	46
5 DISCUSSÃO.....	47
5.1 SAÚDE MENTAL E COTAS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL (BARROS E PEIXOTO, 2023).....	48
5.2 RACISMO INSTITUCIONAL E VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES NEGROS E QUILOMBOLAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (SILVA, 2022).....	51
5.3 AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOBRE A SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES NEGRAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFBA (SANTOS, 2020).....	58
5.4 DA DOR À FORÇA: UM ESTUDO PSICANALÍTICO SOBRE O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS COTISTAS NA UFMG E SEUS MODOS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO (BRITO, 2024).....	64
5.5 O RACISMO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE E CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DE ESTUDANTES NEGROS: UM ESTUDO MISTO (GUERRA <i>ET AL.</i> , 2024).....	69
5.6 EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: PERCEPÇÕES, IMPLICAÇÕES E EFEITOS (CAMPOS, 2024).....	77
5.7 AS (RE)CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS E IDENTITÁRIAS DE NEGROS NA UNIVERSIDADE: FRICÇÕES EPISTÊMICAS E AQUILOMBAMENTO ACADÊMICO (SIQUEIRA E RAMOS, 2021).....	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA

A Lei de Cotas no Brasil (Lei 12.711/2012) foi sancionada no dia 29 de agosto de 2012, possibilitando o acesso às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) a alunos de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Em suma, essa Lei reserva metade das vagas das IFES à quem cursou integralmente o ensino médio em escolas públicas, determinando outros dois recortes: de renda - estabelecendo o parâmetro de quem recebe acima ou abaixo de um salário mínimo e meio -, e de raça - abrangendo pretos e pardos. Assim, de lá pra cá, a Universidade, ainda que esteja longe do ideal, se pintou de povo, com o ingresso em massa de estudantes negros¹ e pobres. Embora a Lei de Cotas seja um avanço considerável no acesso ao ensino superior de populações historicamente excluídas, permanece como desafio a permanência de estudantes negros nas Universidades.

A UNEB (Universidade do Estado da Bahia) foi pioneira ao ser a primeira universidade brasileira a adotar o sistema de cotas raciais no país, em 2002. Ela passou a reservar 40% de suas vagas à estudantes negros egressos de escolas públicas, tanto para a graduação como para a pós-graduação (Nexo Políticas Públicas, 2024). A UFBA (Universidade Federal da Bahia), por sua vez, adotou o sistema de reserva de vagas a partir de 2005, sendo também precursora da Lei de abrangência nacional, alterando o perfil de seus discentes e o aproximando mais do perfil da população baiana (Silva; Almeida; Santos, 2025). De acordo com Almeida Filho *et al.* (2005), reitor da UFBA à época, “a dívida social brasileira e o débito histórico com os povos africanos merecem superação e reparação pela via da educação, incluídas na responsabilidade social de toda universidade” (p. 03).

Em 2007, cinco anos antes da Lei nacional, a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) iniciou a implementação de sua Política de Ações Afirmativas. De acordo com dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (FONAPRACE, 2019), realizada em 2018, o estado de Santa Catarina tem a menor população negra universitária do Brasil: somente 11,7% dos estudantes são negros, sendo que 19,8% da população do estado se declara preta ou parda (IBGE, 2019). De acordo com a Lei de Cotas, o percentual de vagas reservadas a estudantes pretos, pardos ou indígenas não pode ser menor que o percentual dessa população no estado em que a Universidade está inserida.

¹ Utiliza-se, aqui, a classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que considera negros os autodeclarados pretos e pardos no Brasil.

No entanto, pretos e pardos correspondem à 65,4% dos estudantes das IFES na média dos estados nacionais, enquanto que os provenientes de famílias com renda baixa correspondem à 70,2% (FONAPRACE, 2019), aproximando-se mais da composição da sociedade brasileira. É um grande avanço que a população negra seja numericamente majoritária no ensino superior público brasileiro, o que só ocorreu graças às políticas de ampliação e democratização do acesso que foram consolidadas a partir dos anos 2000 e à mobilização dos Movimentos Negros: a política de cotas, o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que levou universidades públicas aos interiores do Brasil, ampliando em larga medida o acesso, o SiSU (Sistema de Seleção Unificada), que facilitou o acesso por meio de um único vestibular e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). No entanto, é necessário cautela com estes dados, que, se analisados de forma superficial, podem sugerir que a população negra está devidamente inserida na universidade, colaborando com o mito da democracia racial (Fernandes, 1978). A estatística do acesso ao ensino superior deixa em segundo plano o desafio da permanência. Neste sentido, ainda que haja uma vasta produção científica acerca da implementação e efeitos das cotas raciais no ensino superior, existe ainda uma produção inferior acerca da permanência e trajetória dos estudantes negros neste espaço (Siqueira e Ramos, 2021).

Com as cotas, o intuito é que os estudantes negros entrem, permaneçam, se formem e atuem no mercado de trabalho, gerando uma transformação na realidade social do país, em que a maioria das pessoas que possui ensino superior é branca. O Brasil, sendo um dos países mais desiguais do mundo, reserva à branquitude a maior parte dos cargos de poder em nossa sociedade. Cida Bento (2023) afirma que a sociedade brasileira perpetua os *pactos narcísicos da branquitude*, em que pessoas brancas firmam pactos não verbalizados entre si, colaborando para que as estruturas de poder permaneçam em suas mãos. A perspectiva de Bento (2023) muda o lócus de análise do racismo: passa-se a analisar o comportamento do branco como produtor de racismo, e não do negro como culpado pela opressão sofrida. É demasiadamente relevante, neste sentido, que a população negra tenha o direito de acessar e concluir cursos de ensino superior, para que tenha também a oportunidade de ocupar profissões e cargos de trabalho que lhe confirmem liberdade econômica, bem como posições de poder que lhes permitam tomar decisões em âmbito coletivo. Assim, para que seu percurso acadêmico seja possível, é essencial que os estudantes negros encontrem um ambiente acolhedor para sua formação.

O foco deste trabalho, portanto, foi levantar e analisar pesquisas que exploram os desafios presentes nas trajetórias de estudantes negros no ensino superior público brasileiro,

com o intenção de refletir sobre os possíveis obstáculos que permeiam a sua permanência no espaço institucional da universidade, considerando como o racismo pode afetar a sua saúde mental, dando especial destaque ao sofrimento psíquico gerado por essas experiências, bem como suas possíveis consequências.

Estudos recentes, como os que analisaremos, apontam que situações discriminatórias enfrentadas por alunos negros na universidade podem gerar quadros de depressão, ansiedade e baixa autoestima. Na pesquisa de Campos (2024), intitulada *Experiências de discriminação racial entre estudantes universitários: Percepções, implicações e efeitos*, o autor afirma, em seus estudos de abordagem mista, exploratória e transversal com estudantes negros do ensino superior no estado do Ceará, que:

71,5% dos estudantes mencionaram ter enfrentado alguma forma de discriminação racial, sendo o ambiente universitário o cenário mais comum (43,2%). Aqueles que vivenciaram discriminação demonstraram níveis significativamente mais altos de estresse psicológico (média de 75,4) em comparação aos que não passaram por tais situações (48,2), além de apresentarem um menor bem-estar emocional (55,6 contra 72,8), evidenciando a associação entre preconceito e impacto emocional. A pesquisa também apontou que 65% dos estudantes sofreram algum tipo de discriminação racial que afetou diretamente seu desempenho acadêmico, gerando sentimentos de desvalorização e isolamento. As microagressões cotidianas, embora menos evidentes, foram destacadas como especialmente prejudiciais para a saúde mental dos estudantes. (p. 09)

Deste modo, no momento em que grupos marginalizados acessam o ensino superior, um espaço institucional que historicamente lhes foi relegado, a Universidade reproduz antigos padrões de controle e dominação, que atinge majoritariamente estudantes negros e pobres, em um momento em que “temos a colonialidade do poder a se reestruturar em novas formas de segregação dentro da universidade” (Tavares, 2020, p. 16) em termos de raça e classe. A colonialidade, neste sentido, atua como continuidade e aprimoramento das estruturas de poder perpetradas pelo colonialismo, afetando as mais diversas esferas da sociedade, inclusive a política e educacional. A colonialidade do poder (Quijano, 2005), por sua vez, mantém uma divisão racista de identidades sociais, em que a branquitude (Bento, 2023; Schucman, 2012) e tudo o que vem dela é associado ao progresso e à superioridade, mantendo lógicas de poder e governamentalidade da vida que funcionam de forma sutil, como nos pontua Foucault (2022). Assim, os estudantes negros, muitas vezes, se vêem obrigados a seguir uma lógica ocidentalizada dentro da universidade, o que influi diretamente em sua subjetividade e pode interferir em sua saúde mental, gerando casos de adoecimento psíquico.

Este fenômeno pode ser exemplificado pela falta de representatividade no ambiente acadêmico no corpo docente e discente, bem como pelos conteúdos que são abordados sob uma perspectiva eurocêntrica nos currículos, que muitas vezes desconsideram as

contribuições dos povos negros e indígenas à produção de conhecimento, afetando a vivência de quem ocupa este espaço (Brito, 2024). Assim, estamos diante do racismo institucional, aquele praticado dentro das instituições, atravessando a relação da universidade com os alunos negros em todas as suas esferas de organização, em que o algoz não representa somente uma figura individual que pratica o racismo, mas sim uma figura social. Neste sentido, o próprio contexto universitário age sob um padrão de violência simbólica, naturalizado como parte da *ordem das coisas* (Bourdieu, 1992), em que a hierarquização racial perpetrada pela colonialidade do saber faz com que pessoas negras sejam vítimas de violências subjetivas (Reis, 2022). A violência simbólica, deste modo, atua de forma silenciosa, a partir de discursos dominantes que são naturalizados, em que acredita-se que os valores eurocêntricos sejam um padrão natural, ignorando o fato de que são, em verdade, orquestrados.

Portanto, é necessário que busquemos estratégias para que esse espaço não seja adoeceador à população negra, frequentadora legítima e que em muito tem a agregar para toda a comunidade acadêmica, pois a participação efetiva dessa parcela de alunos na universidade cria novas formas de conhecimento, contribuindo para o que entendemos como ciência. Neste contexto, consideramos a hipótese de que vivenciar situações de racismo desde a infância até o ambiente universitário pode levar ao adoecimento psíquico das vítimas, dado que situações de discriminação contínua culminam em consequências emocionais. No ambiente universitário, a reincidência de situações discriminatórias pode interferir na trajetória acadêmica e levar à evasão escolar, o que se torna um desafio frente à Política Nacional de Ações Afirmativas e às Políticas de Permanência Estudantil no âmbito de cada universidade.

A pesquisa intitulada *A violência simbólica e o sofrimento psíquico em jovens estudantes universitárias* (Amorim e Mazon, 2023), por exemplo, nos mostra como sofrer assédio ou discriminação no ambiente universitário pode gerar sofrimento psíquico. O trabalho investigou a experiência de assédio moral e sexual a partir de relatos de estudantes mulheres de graduação e pós-graduação da UFSC, analisando sociologicamente suas experiências com o objetivo de identificar os contextos relacionados ao adoecimento psíquico e compreender as consequências em suas trajetórias acadêmicas. A partir de seus resultados, a pesquisa nos mostra que há a sensação de descrença com as instituições, que desencoraja as vítimas a buscarem apoio e acolhimento, as quais sentem-se responsabilizadas e coagidas a não denunciar oficialmente as violências sofridas. Assim, há um processo de naturalização das relações históricas e simbólicas de sentido, que atua silenciosamente reafirmando desigualdades estruturais de raça e gênero, ao passo que influencia as vítimas a colaborarem com suas próprias opressões (Amorim e Mazon, 2023). Essa mesma estrutura de violência

simbólica funciona no caso das violências sofridas pelos estudantes negros no ambiente universitário, visto que o racismo é estrutural em nossa sociedade (Almeida, 2019), que também é atravessada pela ideia de meritocracia, cuja responsabiliza o indivíduo pela desigualdade social da qual é vítima.

De acordo com Tavares (2020), ainda que os estudantes negros tenham sido aparentemente incluídos através das políticas de ação afirmativa, é comum que eles não se reconheçam de fato como sujeitos dentro da universidade. Por isso, não basta estudarmos a questão da saúde mental universitária somente com um perfil padrão de estudantes - o que por si só é muito importante e vêm ganhando amplos espaços de discussão nos últimos anos -, é preciso considerar a democratização do acesso.

Neste caso, podemos citar uma pesquisa feita na UFSC, denominada *Sofrimento Psíquico em acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina* (Caponi *et al.*, 2021), em que o questionário aplicado aponta que 80,2% da amostra foi respondida por alunos brancos, somente 4,3% pretos, 13,8% pardos e 0,1% indígenas, estando quase de acordo proporcionalmente com a porcentagem de 16,7% dos estudantes se declaram pretos ou pardos na referida universidade. Ainda que muito relevantes, pesquisas como essa abrem uma lacuna para investigações que considerem o sofrimento psíquico na parcela dos alunos negros, permeado por outras nuances. Como principais resultados, a pesquisa de Caponi *et al.* (2021) apontou que alguns dos motivos que levam ao adoecimento psíquico dos estudantes são a distância da família, a cobrança por produtividade e a dificuldade financeira. No entanto, compreendemos que os esses motivos podem ser diferentes para os estudantes negros, sendo necessário investigações específicas. Segundo o Portela, Júnior e Freitas (2020),

A democratização do ingresso no Ensino Superior brasileiro nas últimas décadas trouxe para a universidade um grande contingente de pessoas oriundas de famílias nas quais a educação superior nunca havia sido uma possibilidade. Tal situação pode gerar sentimentos de inadequação em relação ao novo espaço, discriminação real por parte de outros membros da comunidade universitária e mesmo pressão por bom desempenho acadêmico. Seriam necessários estudos específicos para determinar esse conjunto de efeitos diferenciais. (p. 10)

De acordo com o Boletim Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (Portela; Júnior; Freitas, 2020), que faz levantamentos periódicos das políticas de ação afirmativa com estudantes de todas as IFES do Brasil, 83,5% dos estudantes universitários de sua amostra relatam que sentem dificuldades emocionais que afetam a vida acadêmica: 62% são acometidos pela ansiedade, 42% pelo desânimo e falta de vontade, 31% pela insônia ou alterações no sono e 26% se sentem desamparados ou desesperados. Dentre os fatores que afetam a vida e

desempenho acadêmico, para os alunos brancos os principais são a falta de disciplina para estudar e a carga excessiva de trabalhos estudantis. Já para os alunos negros, o cenário é bem diferente: o principal motivo em ambos os sexos é a dificuldade financeira. No caso dos homens negros, acrescenta-se o tempo de deslocamento até a universidade e a dificuldade em conciliar trabalho e estudo. Podemos perceber, neste sentido, que os problemas enfrentados pelos alunos negros vão para além do racismo vivenciado, mas também relacionam-se a questões estruturais que poderiam ser mitigadas com políticas de permanência estudantil, sendo necessário mapear tais fatores. Leão, Ianni e Goto (2019) apontam que, para analisar o sofrimento psíquico na universidade, devemos considerar as dimensões individual, social, coletiva e institucional. Veja:

É preciso entender que a problemática do sofrimento psíquico na universidade deve considerar pelo menos quatro aspectos:

1. Questões coletivas, opressivas ou violências específicas de certos grupos (renda e escolaridade, gênero, raça e sexualidade, pessoas com deficiência, etc.);
 2. Questões sócio estruturais e econômicas (mudanças das condições objetivas de vida e da consciência, modos de produção capitalista, ciclos e crises político-ideológicas, etc.);
 3. Relações ligadas diretamente ao contexto da universidade (produtivismo acadêmico, jornada de trabalho e estudo, assédio moral e sexual, grade curricular, precarização das condições de trabalho e estudo, etc.); e
 4. Questões individuais e singulares (história pessoais, diagnósticos médicos, etc.).
- (Leão; Ianni; Goto, 2019 *apud* Caponi *et al.*, 2021, p. 04)

Neste sentido, nosso foco de investigação da problemática do adoecimento psíquico na universidade dialoga diretamente com o ponto um, relacionado com as violências específicas sofridas pela população negra neste espaço, em diálogo com o ponto três, já que estamos tratando do contexto universitário, com consequências do ponto dois, pois questões estruturais e econômicas atingem a população negra, e com relatos baseados no ponto quatro, porém adotando uma dimensão coletiva aos relatos individuais. Portanto, a questão central desta pesquisa permeia a conexão entre racismo e sofrimento psíquico no ambiente acadêmico. Para isso, partimos do seguinte questionamento: como a literatura científica primária descreve a relação entre as experiências de racismo no ambiente universitário e o adoecimento psíquico de estudantes negros do ensino superior público brasileiro?

1.2 JUSTIFICATIVA

A Universidade, ela própria, se constitui enquanto um campo fértil para o exercício da investigação de experiências particulares de determinado grupo em seu interior, dada a circulação de uma enorme diversidade de sujeitos, que enxergam e experienciam o mundo de forma diferente. Para Siqueira e Ramos (2021), o sujeito negro arrisca-se ao ocupar um

espaço que não foi projetado para ele, visto que “as universidades atuam como instituições colonialistas, se mostrando como um locus fértil para pesquisar a vivência de sujeitos que fogem do ideal eurocêntrico” (p. 01).

Neste sentido, pesquisas sobre o sofrimento psíquico do estudante universitário, por si só, são relevantes do ponto de vista social e educacional, conforme já afirmamos, visto que o percurso acadêmico pode ser desgastante e adoecedor para grande parte do corpo discente, que enfrenta novos desafios e cobranças. Por esse motivo, atualmente existem diversos estudos acerca da saúde mental dos estudantes de ensino superior, realizados em instituições de diferentes regiões do país. Porém, a universidade pode ser particularmente hostil para determinados sujeitos, como a população negra. De acordo com Campos (2024), “o contexto educacional pode tanto reproduzir quanto contestar dinâmicas de exclusão” (p. 125). Assim, é de extrema relevância explorar a relação entre raça e saúde mental de estudantes negros universitários, para que seja possível vislumbrar um cenário de permanência qualificada a esta parcela de alunos.

No entanto, há pouca literatura científica que tenha investigado especificamente a saúde mental dos estudantes negros. Por sua vez, a temática apresenta urgência na conjuntura atual, em que se ampliam as discussões acerca da igualdade racial e dos efeitos das cotas no ensino superior. Neste sentido, sua relevância se dá tanto pelas contribuições à saúde pública de uma parcela relevante da sociedade, a população negra, quanto ao aprimoramento de Políticas Públicas Educacionais aplicadas no âmbito da educação superior. Estas, por conseguinte, devem zelar pela equidade de oportunidades, ampliação do acesso aos diversos atores sociais (Santos *et al.*, 2025) e qualidade do ensino, englobando a saúde mental como parte fundamental da permanência acadêmica.

Devemos considerar, neste sentido, que pesquisas que abordam a saúde mental do estudante universitário pelo viés racial geralmente não o fazem a partir de uma perspectiva crítica da área das Ciências Sociais e Humanas. Como exemplo, na pesquisa intitulada *Saúde mental e estratégias de coping: estudos de casos múltiplos com universitários cotistas* (Albanaes *et al.*, 2021), de abordagem qualitativa, os autores interessam-se em compreender como os estudantes cotistas percebem a sua saúde mental após o ingresso no ensino superior, identificando como fatores de risco à saúde mental dessa parcela de estudantes a autocobrança, dificuldades financeiras, elevada cobrança curricular, base escolar anterior frágil, despreparo do corpo docente na interação com discentes, dificuldades na organização dos estudos/tempo e dificuldade conciliação trabalho-estudo. Mesmo identificando fatores legítimos, o foco de sua análise foi na adaptação psicológica desses estudantes, propondo

estratégias para o enfrentamento dos problemas identificados com base no desenvolvimento de competências acadêmicas e de autorregulação. Estas estratégias acabam sendo de cunho individual, sem considerar o contexto social em que os estudantes estão inseridos. Podemos perceber, assim, como as reações ao sofrimento também são organizadas de forma individual (Leão; Ianni; Goto, 2019), partindo de uma análise clínica e médica para essas situações.

Tais resultados mostram a necessidade de investigações que abordem a saúde mental de estudantes negros do ensino superior a partir de outras abordagens, promovendo uma intersecção entre domínios disciplinares como a Saúde, a Psicologia, a Educação e a Sociologia. As pesquisas que abordam a saúde mental pela ótica da Sociologia (Mazon, 2020; 2021; Caponi e Daré, 2020; Bianchi, 2019) denunciam como as abordagens individualistas terminam por silenciar aspectos sociais que estão na base do sofrimento psíquico. Igualmente, as estratégias medicalizantes que, em geral, situam o sofrimento psíquico como um problema biológico, localizado no cérebro dos indivíduos, adotam como conduta a medicamentação dos comportamentos: para cada queixa, um diagnóstico é automaticamente associado à uma medicação (Rose, 2019; Mazon, 2024), deixando o contexto do sofrimento em segundo plano. Conforme aponta Rose (2019), a medicalização e a medicamentação levam a uma despolitização do sofrimento psíquico. Nesta pesquisa, ainda, acrescentamos a essas reflexões uma discussão crítica da raça, para uma compreensão mais aprofundada acerca dos fatores sociais que englobam o campo da saúde mental. Pretendemos, portanto, gerar reflexões contemporâneas ancoradas em teorias decoloniais e críticas à medicalização social, considerando as transformações histórico-sociais pelas quais passam a universidade e a sociedade a partir da entrada massiva de estudantes negros no ensino superior, tendo em vista os impactos macrosociais desta política.

Deste modo, o objetivo central de nossa pesquisa foi analisar como a relação entre raça e saúde mental na universidade é tratada nas pesquisas primárias com estudantes negros do ensino superior público brasileiro. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico da literatura científica que abordasse concomitantemente os assuntos de raça, saúde mental e ensino superior, que tenham realizado a produção de dados primários com estudantes negros, adotando uma abordagem interpretativa de seus relatos.

No capítulo um, introdutório e que finaliza aqui, apresentamos a problemática da pesquisa e justificamos a relevância da investigação. No capítulo dois, apresentamos o nosso referencial teórico e os autores que dialogam com a problemática apresentada. No capítulo três, expomos nossa metodologia de pesquisa, com os critérios e estratégias de busca estabelecidas. No capítulo quatro, apresentamos os resultados da investigação, como

chegamos na seleção dos trabalhos e as suas características comuns. No capítulo cinco, realizamos a análise dos dados primários produzidos por cada investigação, buscando tendências, padrões e lacunas entre elas que respondessem ao problema de nossa pesquisa. Foi neste capítulo que realizamos a discussão robusta, parte central de nossa investigação. Apresentamos, ainda, uma reflexão quanto aos impactos do racismo na trajetória, vivência e permanência acadêmica dos estudantes negros no ensino superior. Foi possível, também, destacar algumas das estratégias individuais e coletivas de enfrentamento e resistência dos estudantes negros perante as situações de racismo no ambiente acadêmico. Por fim, apresentamos as nossas considerações finais.

O intuito deste trabalho é situar a problemática da saúde mental de estudantes negros na universidade, compreendendo seu contexto histórico e social a partir de relatos individuais e coletivos coletados em diferentes universidades do Brasil, gerados a partir de pesquisas primárias. Pretendemos, desta maneira, contribuir com sugestões de possíveis ações de acolhimento e auxílio na saúde mental de estudantes negros, e com apontamentos para Políticas Públicas Educacionais de nível superior a partir de análises que podem fomentar políticas de equidade racial na universidade e estratégias de enfrentamento ao racismo institucional.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

2.1 PERSPECTIVA CRÍTICA À MEDICALIZAÇÃO SOCIAL

Abordamos a temática a partir da perspectiva crítica à medicalização social, pois é comum desconsiderar o contexto social em que estão inseridos os sujeitos da análise. Essa correspondência encontra suas bases na sociedade neoliberal, diretamente relacionada ao sofrimento psíquico atualmente, pois transforma problemas sociais e estruturais em problemas individuais, em que qualquer sujeito deve buscar suas próprias saídas para situações que, em verdade, não estão somente relacionados com a trajetória individual, mas sim ligadas a problemáticas coletivas. Deste modo, têm-se o modelo perfeito de governabilidade: aquele que governa à distância, numa posição paradoxal, sem governar muito, conforme nos aponta Foucault (2022), fazendo com que o neoliberalismo atue de forma silenciosa, moldando percepções e criando significados comuns, com ênfase na ideia do autogoverno individual (Mazon, 2022).

O modelo de sociedade neoliberal, neste sentido, faz com que o sujeito acredite que problemas de ordem social são inteiramente parte de sua responsabilidade. Desta forma,

compete somente ao indivíduo responder aos seus próprios fracassos e sucessos, em uma dinâmica que oculta fatores como a desigualdade social, de raça e gênero. Além disso, o modelo reforça uma lógica de vida centrada em valores ocidentalizados, em que dinâmicas comunitárias e coletivas são desconsideradas. Ao centrar todas as preocupações no *eu*, acaba por deixar as pessoas apreensivas com sua própria experiência individual, gerando problemas comuns a esse modelo de vida, que, por conseguinte, são medicalizados como modo de solução. E ainda, trata-se de um sistema que gera sofrimento, mas, em contrapartida, o compreende como uma fragilidade que deve ser ocultada, pois diminui a performance do *eu* (Illouz, 2011; Mazon *et al.*, 2023) e a produtividade capitalista. Desta forma, é preciso *estar em dia* em todas as áreas da vida: relacionamentos afetivo-sexuais, relação com a família, amizades, trabalho, estudos e lazer (Mazon, 2022). Caso o sujeito sinta-se desconfortável em alguma dessas dimensões, recai sobre ele uma culpa individual, como se fosse o único responsável pela felicidade plena e inalcançável, e como se não houvesse a influência de fatores externos. Para alcançá-la, sem dúvidas, haverá a proposição de alternativas pelo próprio sistema, para que o sujeito possa sempre se otimizar, ser mais funcional e produtivo (Illouz, 2011).

Neste contexto, de acordo com Mazon (2022), o sujeito entende a si próprio como um capital, gerando um “tipo de subjetividade própria do neoliberalismo, com um sujeito competitivo, resiliente, que tem um projeto de vida” (p. 203), que precisa lutar pela própria felicidade e é considerado um fracasso caso não consiga atingir as metas de bem-estar. Neste modelo de vida, há o distanciamento da percepção de si mesmo com relação às trajetórias comuns, fazendo com que os sujeitos afastem-se do coletivo e desenvolvam o sentimento de solidão, como se os problemas que enfrentam atingissem somente a si mesmos, ocultando as problemáticas sociais que estão por trás.

É importante pontuar que a ciência não é neutra, mas sim instrumentalizada de forma a expressar manifestações do saber-poder com pretensão de controle social e manutenção da ordem vigente (Foucault, 1996). Desta maneira, a medicina possui um poder autoritário com funções normalizadoras que vai além da existência de enfermidades, em um reducionismo que compreende que somente os expertos podem lidar com o sofrimento psíquico (Conrad, 2013), ignorando ou menosprezando a participação de outros atores sociais. Nas últimas décadas, cresce o peso simbólico do Manual DSM (em tradução livre para o português *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*) como marcador dos processos de saúde-doença mental na sociedade. Esse é um manual norte-americano amplamente difundido no mundo, que tipifica várias formas de padecimento psíquico gerados, contraditoriamente,

pela própria sociedade moderna, patologizando quase todas as condutas humanas, medicalizando as populações e gerando a banalização do próprio adoecimento psíquico (Mazon, 2021; Murillo, 2013; Rose, 2019). Neste manual, existe a busca por sintomas que se encaixem em um diagnóstico específico, sem considerar que o meio social e cultural é determinante para a conformação dos comportamentos dos sujeitos, promovendo, assim, a homogeneização de experiências psíquicas diversas. Não negamos que as manifestações de sofrimento psíquico clamem por intervenções, mas apontamos para o risco de serem uma criação de problemas sociais que foram tomados como enfermidades (Conrad, 2013). Uma análise do sofrimento psíquico que desconsidera o contexto social irá propor tratamentos médicos como forma de resolução, baseando-se em um olhar puramente biológico que provavelmente não dará conta do problema em sua totalidade.

Desta forma, é necessário considerar o contexto em que o sujeito vive, seu entorno social e sua trajetória de vida, para então compreender o que o leva ao adoecimento psíquico. Isto porque, ao utilizar condutas individuais para camuflar problemas da realidade social, em um processo que utiliza a medicalização como algo que ocorre a um indivíduo de modo externo às suas intenções (Bianchi, 2019), ocultam-se os processos históricos que atingem todo o coletivo. Compreender esta trama é importante pois o processo de medicalização atinge com maior intensidade populações vulneráveis com o intuito de mantê-las na passividade, como acontece com os negros, mulheres, crianças, pobres e LGBTQs (Rose, 2019). Portanto, é de extrema importância promover a compreensão das artimanhas coletivas que levam a problemas comuns de determinados grupos, como no caso da população negra e, mais especificamente, negra universitária, para que seja possível pensar em estratégias fora do escopo da medicalização dos corpos. Para isso, é necessário considerar que a saúde mental é influenciada por problemas sociais como a violência racista e as dificuldades financeiras pelas quais enfrentam as pessoas negras.

2.2 PERSPECTIVA DECOLONIAL DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA RAÇA

Além de basear-se em uma perspectiva crítica à medicalização social, consideramos como igualmente relevante adotar uma perspectiva decolonial, a partir dos estudos críticos da raça, utilizando as obras de Frantz Fanon, Neusa Santos Souza e Grada Kilomba como referência, intelectuais negros que consideram como o racismo afeta a identidade e a subjetividade das pessoas negras. Em 1945, a socióloga e psicanalista Virgínia Bicudo (1945) foi precursora no Brasil ao analisar a relação entre discriminação racial e adoecimento psíquico. Esse fenômeno foi também estudado por Isildinha Baptista Nogueira (1998),

psicanalista que investigou as *Significações do corpo negro*, buscando identificar os impactos do racismo na subjetividade das pessoas negras, os quais podem causar marcas para toda a vida. Deste modo, mobilizamos tal abordagem para compor nossa análise, considerando os impactos emocionais do racismo cotidiano na vida das pessoas racializadas², podendo gerar quadros de adoecimento psíquico, conforme nos apontam Ambrosio e Silva (2023). De acordo com os autores (Ambrosio e Silva, 2023), que estudam o racismo enquanto trauma colonial atrelado ao adoecimento negro, estereótipos racistas que recaem sobre os corpos negros produzem uma naturalização do sentimento de inferioridade, processo que pode ser observado em nossa realidade empírica da universidade.

Frantz Fanon, intelectual martinicano com formação na psiquiatria, em sua obra *Pele negra, máscaras brancas* ([1952] 2020), estuda o racismo enquanto trauma colonial. O autor, ao centrar-se nas origens históricas, sociais e políticas do adoecimento psíquico, produz as ideias de alienação e sociogenia, em que fenômenos entendidos como individuais, em verdade, possuem um caráter político e coletivo, em contraste à filogenia ou à ontogenia, que os compreendem enquanto fatores genéticos ou biológicos, respectivamente. É um processo muito parecido com o da medicalização social que narramos anteriormente. Nesta dinâmica, ao absorver a cultura e os valores dominantes, o sujeito negro aliena-se de si mesmo, com impactos em sua saúde mental.

A universidade, neste sentido, pode atuar como propulsora da saúde mental dos estudantes negros ao promover conhecimento histórico e crítico sobre a população negra. De acordo com Santos (2020), que estudou *As expressões das desigualdades de gênero, raça e classes sobre a saúde mental de estudantes negras do curso de Serviço Social da UFBA*,

Um dos maiores níveis de discernimento levados à população negra seria a possibilidade de conhecer sua história e ancestralidade. O reconhecimento histórico e social favorece o olhar da população negra na esfera individual e coletiva, o relacionamento com o seu corpo e com a sociedade. A integração real do debate racial, junto ao enfrentamento dessa questão é uma ação que permite o reconhecimento de práticas racistas e o rompimento da naturalização dessas ações. (p. 12)

Esses conhecimentos muitas vezes são negligenciados pela universidade e pelo sistema educacional como um todo, ainda que existam em vigor as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que abordam o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, tornando obrigatória a integração nos currículos de ensino oficiais de todos os

² Geralmente, a racialização se dá com sujeitos não brancos, que são compreendidos como aqueles que têm raça, enquanto o branco é entendido como neutro, universal sem raça. Assim, a racialização ocorre na tentativa de diferenciar o negro do branco, impondo este último como o ideal a ser seguido, assim como afirma Neusa Santos Souza (1983).

níveis de ensino – inclusive o superior – da história da África e dos africanos, da luta dos negros e indígenas e da cultura negra e indígena no Brasil, pois elas fazem parte da formação do país.

Neusa Santos Souza, psicanalista soteropolitana radicada no Rio de Janeiro, em sua obra *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* ([1983] 2021), também estuda os fenômenos do racismo na subjetividade das pessoas negras. A autora afirma que “ser negro não é uma condição dada *a priori*. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (p. 115), em um processo de construção da própria identidade baseada na visão do Eu e do Outro, em que se estabelece um lugar de subalternidade naturalizado à população negra, que, por sua vez, deve buscar a aproximação a um padrão branco, numa complexidade tanto imaginária quanto simbólica (Ambrosio e Silva, 2023). Para a autora (Santos Souza, 2021), tal alienação materializa as situações de racismo cotidiano diretamente sobre o corpo negro, que produz uma percepção de si a partir da visão do branco.

Grada Kilomba, psicóloga negra nascida em Portugal, em sua obra *Memórias da Plantação* ([2008] 2019), afirma que o racismo é constituído, primeiramente, pela noção de diferença. Assim, se instaura a noção de que o negro é o *outro* do branco, em que a diferença está posta em termos de poder com relação ao que difere da norma. É, portanto, uma diferença hierarquizante, que entende a norma como o universal a ser perseguido, em um processo de normalização social, como já tratamos anteriormente, promovendo inúmeros estigmas e estereótipos aos corpos negros. O sujeito negro torna-se, portanto, “infantilizado, primitivo, incivilizado, animalizado e erotizado” (Kilomba, 2019, p. 79) na visão branca, inclusive no ambiente universitário. Neste sentido, Kilomba (2019) analisa os impactos psíquicos da desigualdade racial para a subjetividade das pessoas que sofrem com tais traumas, utilizando a teoria de Fanon para compor sua análise. Desta forma, a autora argumenta que “é válido olhar para experiências individuais e para relatos subjetivos acerca do racismo cotidiano para que compreendamos a memória histórica e coletiva” (Kilomba, 2019, p. 91), que é justamente o que nossa metodologia buscou alcançar.

Ademais, consideramos que tais experiências de discriminação devem ser analisadas em conjunto com outros fatores discriminatórios, a partir de uma abordagem interseccional que articule classe, raça e gênero. Uma teórica eminente nos estudos interseccionais atualmente é Patrícia Hill Collins, grande pensadora do feminismo negro e da Teoria Social contemporânea, que compreende a interseccionalidade como uma “importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam

diversos fenômenos e problemas sociais” (Collins, 2020, p. 03). Além dela, Kimberlé Crenshaw afirma que a interseccionalidade apresenta “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177). Deste modo, a partir da teoria da interseccionalidade, em articulação com os estudos decoloniais, podemos compreender como diferentes marcadores sociais atuam na experiência acadêmica e interferem na saúde mental dos estudantes negros. Como nos aponta Santos *et al.* (2025), “a avaliação da saúde mental sofre variação de acordo com as variáveis sociodemográficas como: sexo, orientação sexual, cor/raça, idade, estado civil, renda mensal, idade, tipo de escola (pública ou privada), ter filhos, etc.” (p. 29082).

É importante considerar que, para as pessoas negras, entrar na universidade pode ser um processo de rememorar o que foi vivido na infância durante o período escolar, conforme já abordamos, gerando diversos traumas a longo prazo na psiquê do sujeito. Esse fenômeno foi estudado por Nilma Lino Gomes (2003), que investigou as relações raciais no espaço escolar, em que a diferença entre os sujeitos é transformada em um aspecto violento e negativo para as crianças negras. Assim, para pessoas que carregam uma bagagem de traumas desde o período escolar, além do preconceito vivenciado no próprio cotidiano, deparar-se com situações de racismo no ambiente acadêmico pode ser particularmente adoecedor. Para Tavares (2020), estamos diante de um cenário em que as universidades brasileiras ainda reproduzem um *quadro colonial moderno*, o mesmo da época em que foram criadas, no século XX, só que com tecnologias perversamente aprimoradas para oprimir quem não deve fazer parte dela. Unido com o processo incessante de medicalização social e com o modelo de sociedade neoliberal, esse cenário gera um ambiente propício para o adoecimento psíquico dos estudantes negros dentro da universidade.

A colonialidade, neste sentido, representa as estruturas de poder que perduram mesmo após a descolonização formal, em que o colonialismo foi institucionalmente superado, sem, no entanto, romper com a *mentalidade colonial*, que hierarquiza diferentes grupos sociais, tendo raça como seu eixo central, privilegiando o grupo racial branco em detrimento dos demais nas diferentes esferas da sociedade como, por exemplo, a intelectual. A isso chamamos de colonialidade do saber (Quijano, 2005), num processo em que somente o conhecimento produzido pelo branco é tido como válido. A própria manutenção da branquitude, como já citamos anteriormente, representa um quadro colonial moderno. Segundo Lia Vainer Schucman (2012), concordando com Bento (2023), a branquitude representa uma construção de poder em que as pessoas brancas acreditam-se intelectualmente,

esteticamente e moralmente superiores às pessoas não-brancas, com o intuito de gerar e manter seus privilégios simbólicos e materiais. A persistência e sofisticação do racismo praticado nos dias atuais é, por si só, fortemente atrelado à colonialidade moderna. Assim, muitos autores contemporâneos utilizam a abordagem decolonial para superar as amarras do colonialismo enraizadas nas entranhas de nossa sociedade, como “o sociólogo peruano Aníbal Quijano, a pedagoga da decolonialidade Catherine Walsh, o filósofo Nelson Maldonado-Torres, o semiólogo Walter Mignolo, o sociólogo Ramón Grosfoguel e os clássicos do pensamento negro Aimé Césaire e Frantz Fanon” (Oliveira e Lucini, 2021, p. 02), para além das intelectuais decoloniais María Lugones, Ochy Curiel e Françoise Verges, compreendendo que a colonização não é um evento acabado, permanecendo viva nas mentalidades atuais, presente também em instituições como a universidade. A universidade, neste sentido, é uma instituição que remonta a colonialidade do saber por promover a universalização dos saberes ocidentais, e isso afeta a forma como os estudantes que fogem de um padrão hegemônico sentem-se e são tratados neste espaço.

3 METODOLOGIA

Realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, de natureza interpretativa, a partir da técnica da revisão de literatura, realizada em bases de dados na busca de artigos, teses e dissertações que investigassem a inter-relação entre raça e saúde mental no ensino superior público brasileiro, e que tenham realizado a produção de dados primários com estudantes negros. Posteriormente, realizamos a análise e interpretação dos dados primários de cada pesquisa, buscando tendências, padrões e lacunas entre os trabalhos selecionados. Escolhemos investigações primárias por seu potencial em gerar dados originais, produzidos pelo próprio pesquisador, ainda que consideremos a relevância dos dados secundários. Porém, como realizamos uma discussão entre os trabalhos selecionados, este critério fez com que encontrássemos pesquisas que coletaram relatos diretamente junto aos estudantes, enriquecendo a nossa análise, visto que pudemos articular os dados obtidos em cada investigação.

De acordo com Lima e Miotto (2007), a revisão bibliográfica pode ser uma excelente alternativa para responder ao nosso problema de pesquisa, em que é necessário ter rigor epistemológico ao analisar cada parte dos materiais encontrados, a partir da leitura atenta, questionamento e interlocução crítica coerente entre eles. Para nós, este se apresenta como um método particularmente relevante por proporcionar o levantamento de dados primários produzidos acerca do assunto, os quais colocamos em diálogo, gerando análises e

inter-conexões que podem nos ajudar a compreender a problemática central de nosso trabalho. Para Cavalcante e Oliveira (2020), este tipo de abordagem metodológica encontra um lugar privilegiado na produção de conhecimento por sua capacidade de propor políticas sociais e educacionais, além de ser um excelente meio de crítica teórica da própria Ciência.

Foram realizadas buscas nas seguintes bases de dados:

- a) **BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações)** – integra as Teses e Dissertações defendidas em instituições de ensino e pesquisa brasileiras, de todas as áreas do conhecimento, em acesso aberto e gratuito;
- b) **LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde)** – é o principal repositório Latino-Americano e Caribenho de produção técnica e científica da área da Saúde, de acesso livre e gratuito, sendo componente da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde);
- c) **IndexPsi** – reúne produções científicas nacionais da área da Psicologia publicadas em periódicos, também componente da BVS;
- d) **Google Scholar** – fornece acesso a um vasto acervo da literatura científica nacional e internacional produzida em diversos periódicos e instituições de ensino, publicadas em várias bases de dados, de todas as áreas do conhecimento.

Na fase exploratória, realizamos a busca também nas bases de dados da PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science, Scielo e Redalyc, encontrando alguns resultados inicialmente, sem, no entanto, encontrar resultados substanciais após a aplicação de nossos critérios de busca. Portanto, desconsideramos estas bases de dados posteriormente.

3.1 DESCRITORES E ESTRATÉGIAS DE BUSCA

Buscamos trabalhos que articulassem concomitantemente os assuntos de raça, saúde mental e ensino superior. Para isso, utilizamos os seguintes descritores de busca, com seus respectivos sinônimos, para maior abrangência dos resultados:

Tabela 1: Assuntos e descritores de busca

Assunto 1: Raça e Ações Afirmativas
negro*, raça*, racismo, racialismo, racialização, racializado* "grupos raciais", "grupo racial", "étnico-racial", "relações étnico-raciais", "identidade racial", "identidades raciais", "desigualdade racial", "discriminação racial", "discriminação com base em raça", "parcialidade racial", "preconceito racial", "viés racial", "injúria racial", "cotas raciais", "ação afirmativa", "ações afirmativas"
Assunto 2: Saúde Mental
"saúde mental", "saúde psicossocial", "saúde psicológica", "saúde emocional", "sofrimento psíquico", "adoecimento psíquico", "bem-estar psicológico", "bem-estar mental", "sanidade mental"
Assunto 3: Universidade
universidade*, "ensino superior", "educação superior", "IES", "IFES", academia, faculdade*, universitári*, estudante*

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Para a busca nas bases de dados, utilizamos os operadores booleanos *OR* entre cada termo sinônimo, reunidos em um mesmo assunto por parênteses, informando que a busca deve conter ao menos um deles, e *AND* entre cada assunto, para informar que deve conter todos os assuntos conectados por ele. As aspas servem para reunir um mesmo termo que possui duas palavras, enquanto que o asterisco serve para determinar as variações de uma mesma palavra em feminino e masculino, singular e plural. Após a busca nas bases de dados, selecionamos trabalhos que abordam, concomitantemente, os três assuntos (raça, saúde mental e ensino superior) em seu Título, Resumo ou Palavras-Chave, o que é identificado como "Tópico" nas bases de dados. Vale destacar que tivemos a colaboração da Biblioteca Universitária (BU) da UFSC, através da "orientação para pesquisa em bases de dados científicas", serviço que auxilia na elaboração de estratégias de busca e na seleção de fontes de informação que atendam ao nosso objetivo de pesquisa, com o atendimento individualizado de uma bibliotecária.

3.2 CRITÉRIOS DE BUSCA

Utilizamos, como critérios de busca, trabalhos publicados somente em português, dado que buscamos trabalhos produzidos no Brasil, especificamente em universidades públicas brasileiras. A depender do periódico, a busca foi realizada em inglês ou espanhol, visto que os principais dados dos trabalhos, como Título, Resumo e Palavras-Chave poderiam estar em outras línguas, ainda que o trabalho estivesse em português. Pensamos particularmente nas instituições públicas de ensino superior, desconsiderando as privadas, por conta de seu impacto a partir das Políticas de Ações Afirmativas, em que, através da Lei Nacional de Cotas, são obrigadas a reservar uma parcela de suas vagas aos estudantes negros. Não desconsideramos, porém, que podem haver bons trabalhos com estudantes negros de universidades particulares, dado o ingresso por meio de políticas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior).

Foi utilizado como critério de inclusão trabalhos que previam em sua metodologia – seja qualitativa, quantitativa ou mista – a realização de pesquisa diretamente com estudantes negros da graduação de universidades públicas brasileiras acerca dos impactos do racismo em sua saúde mental, seja por meio de pesquisa de campo, questionários, entrevistas, oficinas, grupos focais ou outros procedimentos e técnicas, desde que gerassem dados primários.

Utilizamos, como critério de exclusão:

- a) estudos escritos em língua estrangeira ou realizados fora do Brasil;
- b) trabalhos produzidos com estudantes de universidades privadas;
- c) pesquisas que tratassem a saúde mental atrelada à questão racial fora do contexto do ensino superior de graduação, como o profissional, com egressos, somente com pós-graduandos ou com outros sujeitos, como crianças e adolescentes;
- d) investigações que realizassem uma revisão da literatura, estudo de caso ou análise documental, sem a produção de dados primários;
- e) artigos, teses ou dissertações produzidas por um mesmo autor. Neste caso, escolhemos apenas um documento de mesmo autor (mesmo que em coautoria), elegendo aquele com maior facilidade de acesso ou disponibilidade de dados.

3.3 RECORTE TEMPORAL E ABORDAGEM DE ANÁLISE

Inicialmente, delimitamos o recorte temporal de 2012 (o ano de implementação da Lei Nacional de Cotas) à 2025 (o último ano anterior à realização desta pesquisa). No entanto, todos os trabalhos encontrados estavam dentro do período de 2020 à 2024 e, por isso,

estabelecemos este como o recorte temporal de nossa pesquisa. Ressalta-se que, apesar de ter encontrado outros trabalhos relacionados à temática no período, não encontramos a produção de dados primários com o recorte estabelecido publicados antes do ano de 2020.

Neste sentido, nossa abordagem de análise pretendeu, nos resultados:

- a) caracterizar as diferentes metodologias utilizadas nos trabalhos encontrados;
- b) verificar as contribuições de diferentes áreas do conhecimento para a temática, como a Saúde, a Psicologia e as Ciências Humanas, bem como as diferentes abordagens teóricas utilizadas nos trabalhos encontrados;
- c) identificar as diferentes regiões geográficas brasileiras em que os estudos selecionados foram produzidos, determinando uma articulação da temática com seu contexto regional;
- d) descrever as características das amostras dos trabalhos selecionados, como idade, raça, gênero, classe e determinar sua relevância para o estudo da temática.

4 RESULTADOS

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), acessada por meio do link <https://bdtd.ibict.br/vufind/>, por ter apenas trabalhos brasileiros, a pesquisa foi realizada somente com os termos em português, conforme a estratégia de busca descrita. A base de dados gerou 539 resultados quando a busca foi realizada em *todos os campos* (Título, Autor, Assunto e Resumo). No entanto, utilizamos como filtro a busca somente no campo do Resumo, pela maior probabilidade de conter os três assuntos, o que gerou 123 resultados. Realizamos a leitura do Título e Resumo de todos eles, selecionando três trabalhos que estavam de acordo com nossos critérios de inclusão e exclusão, os quais não eliminamos nenhum:

1. Racismo Institucional e Vivência Universitária: reflexões sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas em uma universidade pública (Silva, 2022);
2. Da dor à força: um estudo psicanalítico sobre o ingresso e a permanência de estudantes negros cotistas na UFMG e seus modos de enfrentamento ao racismo (Brito, 2024);
3. Experiências de discriminação racial entre estudantes universitários: percepções, implicações e efeitos (Campos, 2024).

Nesta base de dados, muitos trabalhos pareceram adequados através da leitura do Título, porém identificamos estar fora do escopo de nossos critérios a partir da leitura do Resumo, como por exemplo o trabalho *“O que eu estou fazendo aqui?”: experiências do racismo cotidiano na trajetória universitária* (Machado, 2023), que aborda os três assuntos concomitantemente, porém produz dados primários com profissionais negros egressos do ensino superior, pessoas que já passaram pela formação acadêmica e estão em atuação no mercado de trabalho. Outros trabalharam apenas com pós-graduandos, com egressos da graduação, com outro tipos de profissionais, ou com sujeitos distintos de nosso objeto, como crianças e adolescentes, que contém dinâmicas diferentes das que buscamos trabalhar com estudantes negros do ensino superior. Além disso, eliminamos também aqueles que não produziram dados primários ou não citaram os três temas (raça, saúde mental e ensino superior) no campo do Título ou Resumo.

No banco de dados da LILACS e IndexPsi, acessados em conjunto por meio da Portal Regional da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) por meio do link <https://bvsalud.org/>, foi realizada a *busca avançada* nos campos Título, Resumo e Assunto, nos idiomas português, inglês e espanhol dos termos e seus sinônimos, conforme a estratégia de busca descrita, e encontrou como resultado 141 trabalhos na LILACS e 44 na IndexPsi, sendo 150 deles em comum para as duas bases. Após a leitura do Título e Resumo de todos eles, identificamos que apenas 5 artigos estavam dentro da temática concomitante dos três assuntos:

1. Sofrimento psíquico na universidade: reflexões sobre pertencimento e racismo (Santos e Castanho, 2021);
2. Saúde Mental e Cotas: um Estudo Comparativo entre Estudantes Universitários no Brasil (Barros e Peixoto, 2023);
3. O fardo da cor: experiências de discriminação racial vivenciadas por estudantes universitários (Oliveira *et al.*, 2025);
4. O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto (Guerra *et al.*, 2024);
5. Análise de narrativas de estudantes negras na universidade brasileira: ancestralidade face ao racismo estrutural (Moreira *et al.*, 2024).

Antes de iniciar a leitura dos trabalhos selecionados, percebemos que um dos autores do artigo de número três é o mesmo da Dissertação *“Experiências de discriminação racial entre estudantes universitários: percepções, implicações e efeitos”* (2024), Marcos Pires Campos, sendo o desdobramento da mesma pesquisa. No mesmo sentido, uma das autoras do

artigo de número cinco é a mesma da Dissertação “Da dor à força: um estudo psicanalítico sobre o ingresso e a permanência de estudantes negros cotistas na UFMG e seus modos de enfrentamento ao racismo” (2024), Késsia Daniele de Brito, derivando também de uma mesma pesquisa. Portanto, eliminamos estes dois trabalhos com base nos critérios estabelecidos, que delimitaram a exclusão de trabalhos de um mesmo autor, mesmo que em coautoria, por se tratar do desdobramento de pesquisas comuns. Optamos, neste sentido, pelas dissertações aos artigos por conterem maiores informações e detalhes sobre os dados primários produzidos. O artigo de número um (1) foi eliminado porque, ao iniciar a leitura, percebemos que tratava-se de um estudo de caso, sem a produção de dados primários, estando fora do nosso critério de inclusão.

Como resultado, selecionamos, nesta base de dados, ao final, apenas dois artigos: “Saúde Mental e Cotas: um Estudo Comparativo entre Estudantes Universitários no Brasil” (Barros e Peixoto, 2023) e “O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto” (Guerra *et al.*, 2024), que se encaixaram em nossos critérios de inclusão e exclusão, estando dentro da temática dos três assuntos e gerando a produção de dados primários.

No Google Scholar, pelo alto número de resultados obtidos (16.800) a partir da busca dos termos em português, selecionamos trabalhos por Título, os quais lemos apenas até a página 10 da plataforma, em que cada página apresenta 10 resultados. Vale lembrar que essa base de dados apresenta os artigos mais citados primeiro. A partir destes, lemos os Resumos e encontramos apenas dois artigos que estavam de acordo com nossos critérios de inclusão e exclusão, os quais incluímos em nossa pesquisa:

1. As expressões das desigualdades de gênero, raça e classe sobre a saúde mental de estudantes negras do curso de Serviço Social na UFBA (Santos, 2020);
2. As (re)configurações subjetivas e identitárias de negros na Universidade: Fricções epistêmicas e aquilombamento acadêmico (Siqueira e Ramos, 2021).

O artigo de número um (1) é fruto da Dissertação de Mestrado da pesquisadora. No entanto, não encontramos o trabalho na íntegra e, por isso, neste caso, analisamos o artigo, diferente dos demais trabalhos que correspondem a dissertações que resultam em artigos, em que analisamos as dissertações. Desta forma, encontramos, ao todo, nestas bases de dados, 7 (sete) artigos e dissertações com base em nossos critérios de busca, sendo 3 (três) dissertações na BDTD e 4 (quatro) artigos nas demais bases, 2 (dois) na LILACS/IndexPsi e 2 (dois) no Google Scholar. Vale ressaltar que não encontramos nenhuma tese de doutorado com base em

nossos critérios. Os trabalhos selecionados foram lidos na íntegra e extraídos os seguintes dados de cada um:

- a) região em que o trabalho foi produzido;
- b) período pesquisado;
- c) área de estudo em que se insere a pesquisa;
- d) palavras-chave e principais termos dos títulos;
- e) abordagem teórica utilizada;
- f) métodos utilizados;
- g) características das amostras;
- h) principais resultados.

Neste sentido, buscamos identificar quais aspectos relevantes sobre a saúde mental dos estudantes negros cada estudo trouxe, reforçando o objetivo de nosso estudo. Para uma produção consistente, realizamos uma discussão aprofundada entre os dados obtidos em cada trabalho, a fim de alcançar a nossa problemática de pesquisa. Sistematizamos os principais resultados na tabela abaixo. Acerca da ordem de análise e disposição dos trabalhos selecionados, buscamos iniciar pelos produzidos na Universidade Federal da Bahia (UFBA), por ser a instituição de maior predominância entre eles. Dos sete trabalhos analisados, três foram produzidos nesta Universidade, um de cada base de dados, correspondendo à 42,85% de nossa amostra. Os demais foram produzidos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade de Brasília (UnB), em que todas têm em comum serem universidades federais e com mais de 30 mil estudantes, com exceção da UFSCar, que tem metade desse número, de acordo com dados da FONAPRACE (2019), provavelmente por ser a única em que o campus central não está sediado em uma capital. O primeiro trabalho foi analisado estrategicamente por conter o maior número de dados quantitativos, os quais nos ajudaram na compreensão dos dados qualitativos que vieram à seguir, nos trabalhos posteriores. Posteriormente, o trabalho de número cinco, de abordagem mista, retoma a análise de dados quantitativos, mas optamos por deixá-lo ao final por organizar os dados qualitativos em Classes, assim como os dois últimos, conforme veremos com mais detalhes na discussão.

Tabela 2: Apresentação geral dos trabalhos encontrados

Título da Obra e Base de dados	Autor(es), ano, Universidade e local de publicação	Palavras-chave	Área de estudo e abordagem teórica	Objetivo central	Metodologia e Amostragem
1. Saúde Mental e Cotas: um Estudo Comparativo entre Estudantes Universitários no Brasil (LILACS, IndexPsi)	Rebeca Neri de Barros e Adriano de Lemos Alves Peixoto, 2023, UFBA, Salvador/BA	Estudante Universitário; Cotas; Saúde Mental; Ensino Superior.	Psicologia, diálogo com trabalhos similares.	Comparar a saúde mental de estudantes cotistas e não cotistas da UFBA.	Estudo quantitativo, de caráter descritivo e exploratório, aplicados questionários online a 6.103 estudantes de graduação, com 2.983 cotistas. Destes, 87,6% negros, 61,5% do sexo feminino e 38% do sexo masculino, e 74,7% com renda familiar inferior a três salários mínimos.
2. Racismo Institucional e Vivência Universitária: reflexões sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas em uma universidade pública (BDTD)	Natiene Ramos Ferreira da Silva, 2022, UFBA, Vitória da Conquista/BA	Universidade; Política de Ações Afirmativas; Saúde Mental; Permanência; Estudantes.	Psicologia da Saúde, diálogo com intelectuais negros.	Compreender como o racismo institucional influencia na permanência universitária e na saúde mental de estudantes negros e quilombolas da UFBA.	Estudo qualitativo e descritivo, aplicados questionários sociodemográficos e realizadas 3 oficinas em grupo com 7 alunos de graduação, 3 quilombolas e 4 negros, com 2 homens e 5 mulheres.
3. As expressões das desigualdades de gênero, raça e classe sobre a saúde mental de estudantes negras do curso de Serviço Social na UFBA (Scholar)	Vanessa de Santana Santos, 2020, UFBA, Salvador/BA	Saúde Mental; Raça e Classes; Estudantes Negras.	Serviço Social, Estudos Feministas, abordagem interseccional, diálogo com intelectuais negros.	Analisar os impactos das relações de raça, classe e gênero na vida acadêmica sobre a saúde mental de estudantes negras do Serviço Social da UFBA.	Pesquisa qualitativa e descritiva, com observações de campo e realização de entrevistas com 13 estudantes negras mulheres de graduação.
4. Da dor à força: um estudo psicanalítico sobre o ingresso e a permanência de estudantes negros cotistas na UFMG e seus modos de enfrentamento ao racismo (BDTD)	Késsia Daniele de Brito, 2024, UFMG, Belo Horizonte/MG	Racismo à Brasileira; Cotas Raciais; Universitários Negros; Escrivência.	Psicologia, Estudos Psicanalíticos, Literatura, abordagem interseccional e decolonial.	Compreender o ingresso e permanência de alunos negros ingressantes por meio da política de ações afirmativas na UFMG, buscando identificar como o ambiente acadêmico afeta a sua saúde mental.	Metodologia da escrivência (qualitativa), realização de 5 encontros em grupo com 7 estudantes negros da graduação, em que 4 deles elaboraram textos no formato de escrivências, 2 homens e 2 mulheres.
5. O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto (LILACS)	Nathalia Ester Martins Guerra <i>et al.</i> , 2024, UFSCar, São Carlos/SP	Racismo; Ensino Superior; População Negra; Estudantes.	Enfermagem, abordagem interseccional e debates raciais.	Compreender como o racismo institucional afeta a experiência acadêmica de estudantes negros da UFSCar, impactando a saúde mental e o	Estudo misto, analítico e exploratório, aplicados questionários online a 125 alunos negros de graduação, com 5 perguntas abertas. A maioria (72,4%) mulheres e 63,1% ingressaram por meio da política de ações afirmativas. Os

				desempenho no curso.	dados qualitativos foram analisados pelo <i>software</i> IRAMUTEQ.
6. Experiências de discriminação racial entre estudantes universitários: percepções, implicações e efeitos (BDTD)	Marcos Pires Campos, 2024, UFC, Sobral/CE	Discriminação; Saúde Mental; Estudante Universitário.	Enfermagem, Saúde da Família, debates raciais, escalas de análise psicológica.	Compreender como a discriminação racial afeta a saúde mental dos estudantes universitários de cinco instituições de ensino superior do norte do Ceará, dentre elas a UVA (Universidade Estadual do Vale do Acaraú) e a UFC.	Abordagem mista, exploratória e transversal, questionários aplicados a 829 alunos de graduação (72% negros), e entrevistas semiestruturadas realizadas com 37 alunos negros. Destes, 45,9% mulheres e 54,1% homens, 78,3% tinham idade entre 18 e 25 anos e 83,7% recebiam até dois salários mínimos. Os dados qualitativos também foram analisados pelo <i>software</i> IRAMUTEQ.
7. As (re)configurações subjetivas e identitárias de negros na Universidade: Fricções epistêmicas e aquilombamento acadêmico (Scholar)	João Paulo Siqueira e Rodrigo Maciel Ramos, 2021, UnB, Brasília/DF	Racismo; Subjetividade Negra; Saúde Mental; Aquilombamento Acadêmico.	Psicologia Social, Sociologia, análise da subjetividade, perspectiva decolonial.	Analisar os processos subjetivos de sofrimento e resistência que compõem a trajetória de estudantes negros dentro da UnB.	Pesquisa qualitativa, com método construtivo-interpretativo, entrevistas semiestruturadas realizadas com 4 alunos negros da graduação e pós-graduação da UnB que participam de movimentos negros, 2 homens e 2 mulheres, entre 20 e 27 anos.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

4.1 REGIÃO EM QUE OS TRABALHOS FORAM PRODUZIDOS

Quanto à região de produção das pesquisas, quatro trabalhos foram produzidos na região Nordeste do Brasil: um no Estado do Ceará e três no Estado da Bahia, correspondendo à 57,14% de nossa amostra. Outros dois foram produzidos na região Sudeste: um em Minas Gerais e outro em São Paulo, o que corresponde à 28,57% de nossa amostra. Somente um foi produzido na região Centro-Oeste, em Brasília, e nenhum foi produzido nas regiões Norte e Sul do país. A maioria dos trabalhos serem produzidos no Nordeste do país, principalmente no Estado da Bahia, pode ser justificada pela maior presença negra nesta região, o que sugere também um maior número de estudantes negros, demandando mais pesquisas sobre a vivência da população negra universitária.

De acordo com dados do FONAPRACE (2019), a população universitária do estado da Bahia corresponde à 76,7% de pretos, pardos e indígenas. Considerando que as vagas reservadas são distribuídas com relação à proporção de cada grupo na população de cada estado da federação, é importante considerar que o estado da Bahia é o estado mais negro do país, em que 79,7% da população de 14,1 milhões de habitantes se declara preta ou parda, de

acordo com o Senso Demográfico do IBGE de 2022 (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2023). De acordo com a dados do FONAPRACE (2019), a população universitária da região Sudeste, no entanto, possui 53% de alunos negros, enquanto que a Centro-Oeste possui 62,6%. O Sul, em contrapartida, possui apenas 23% de alunos negros, o que pode justificar a escassez de pesquisas sobre a temática da saúde mental especificamente com alunos negros nesta região.

Vale pontuar que isso pode indicar, também, uma maior violência no ambiente acadêmico da Região Sul, em que é possível que os estudantes negros sofram ainda mais situações de racismo por estarem em número minoritário em relação aos estudantes brancos. Veremos, nas discussões, como os estudantes negros, muitas vezes, sentem-se coagidos a não falar sobre raça e racismo nos espaços institucionais, o que pode ser ainda mais agravado em universidades majoritariamente brancas. Além disso, devemos considerar que a proporção racial do estado diretamente relacionada à porcentagem de vagas reservadas não leva em consideração nuances mais específicas, como a migração, seja entre regiões do Brasil ou de estudantes vindos de outros países, como africanos ou latino-americanos.

4.2 PERÍODOS PESQUISADOS

Dentro do recorte temporal de nossa pesquisa (2020-2024), percebemos que há 1 (um) trabalho produzido em cada um dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023. No entanto, há três trabalhos produzidos em 2024, correspondendo à 42,85% de nossa amostra. Isto nos indica que houve um crescimento, no ano de 2024, de pesquisas primárias com estudantes negros do ensino superior sobre a temática da saúde mental. Vale lembrar que esta temática é pouco estudada na literatura científica, e que não encontramos trabalhos com produção primária publicados antes do ano de 2020, ainda que tenhamos encontrado pesquisas sendo produzidas desde antes da Lei Nacional de Cotas, como a de Almeida Filho *et al.* (2005).

Vale salientar, também, que 2020 é o primeiro ano da pandemia de COVID-19, em que alguns trabalhos foram feitos sob o contexto pandêmico, que influenciou ainda mais a saúde mental da população negra, por atingir com mais força os grupos vulneráveis. Na Universidade, foram esses grupos que viram a sua permanência acadêmica ameaçada com mais intensidade, bem como os que enfrentaram os piores problemas para estudar e se sustentar no período, desenvolvendo, muitas vezes, casos de adoecimento psíquico ou evasão escolar. Além disso, o período é marcado por fortes questões políticas no Brasil a partir da ascensão do bolsonarismo, que impactou diretamente quem vivenciava a universidade neste momento, com cortes de verbas, ameaças políticas e a autorização de diversos preconceitos, o

que também atingiu com maior intensidade os grupos vulneráveis e pode ter interferido na saúde mental da população negra, gerando o interesse e a necessidade de mais pesquisas que investigassem a temática.

4.3 ÁREAS DE ESTUDO EM QUE INSEREM-SE AS PESQUISAS

Com relação à área de formação dos pesquisadores, e também a área de estudos em que inserem-se os trabalhos, quatro são da Psicologia, correspondendo à 57,14% dos trabalhos selecionados, o que nos mostra que grande parte dos estudos sobre saúde mental concentram-se na área da Psicologia, ainda que com contribuições de outras áreas de formação secundária dos autores, como Psicologia da Saúde, Saúde da Família, Psicologia Social e Sociologia, mostrando que fazem, ainda, um diálogo com as áreas Sociais e da Saúde. Isso poderia ser justificado pela escolha dos periódicos nas áreas da Saúde e da Psicologia. No entanto, trabalhos nestas áreas foram encontrados também nos periódicos mais abrangentes.

Vemos, neste sentido, a importância de produzir trabalhos na área das Ciências Sociais e Humanas, pois trazem contribuições à Psicologia com relação aos fenômenos sociais atrelados ao adoecimento psíquico, bem como é capaz de produzir observações e articulações acerca de dados primários produzidos com sujeitos negros dentro da universidade, com leituras acerca de seu contexto histórico, político e social. Percebemos, porém, que a grande maioria dos trabalhos também bebeu da fonte das Ciências Humanas para a sua produção. Outros dois trabalhos foram produzidos por pesquisadores da área da Enfermagem, que, no entanto, não se limitaram à uma visão medicalizante da área da saúde. Um trabalho foi produzido por uma pesquisadora do Serviço Social, área de igual relevância para a análise da temática da saúde mental da população negra por se tratar da atenção primária.

4.4 ANÁLISE DE TERMOS E PALAVRAS-CHAVE

Na tabela abaixo, relacionamos as principais palavras-chave e termos utilizados nos títulos dos trabalhos selecionados, identificando quantas vezes apareceram, em que a quantidade de vezes corresponde à quantidade de trabalhos que citou cada termo.

Tabela 3: Principais palavras-chave e termos utilizados nos títulos dos trabalhos selecionados

Estudante/Universitário ou Estudante Universitário	6 vezes
Universidade/Ensino Superior	5 vezes
Saúde mental	5 vezes
Racismo (uma como Racismo à Brasileira, duas como Racismo Institucional)	5 vezes
Palavra acompanhada de “Negro/a(os/as)” (Estudantes Negras, Universitários Negros, População Negra e Subjetividade Negra)	4 vezes
Cotas/Política de Ações Afirmativas	3 vezes
Discriminação (ou Discriminação Racial)	2 vezes
Permanência	2 vezes
Ingresso	1 vez
Modos de Enfrentamento ao Racismo	1 vez
Aquilombamento Acadêmico	1 vez
Desigualdades	1 vez
Gênero, Raça e Classe	1 vez
Quilombolas	1 vez
Estudo Psicanalítico	1 vez
Escrevivência	1 vez

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Podemos perceber que as palavras que mais apareceram foram “Estudante Universitário”, “Saúde Mental” e “Racismo”, em articulação com a temática de nossa pesquisa, que buscou trabalhos que relacionassem concomitantemente os assuntos raça, saúde mental e ensino superior, o que exprime, também, os objetivos das pesquisas selecionadas. Compreendemos as palavras “Universidade” e “Ensino Superior” relacionadas ao termo “Estudante Universitário”, por mais que tenham sido citadas separadamente.

As palavras “Cotas” e “Política de Ações Afirmativas” correspondem ao fato de que muitos estudantes negros ingressaram na universidade por meio da política de ações afirmativas, conforme já mencionamos neste trabalho. A palavra “Ingresso” apareceu apenas

uma vez, junto com a palavra “Permanência”, que aparece duas vezes, em trabalhos que articulam a permanência universitária à saúde mental.

A palavra “Racismo”, por sua vez, apareceu com as variações “Racismo à brasileira”, para identificar o preconceito especificamente atrelado ao contexto brasileiro, que é praticado de forma velada, como veremos mais adiante, e também “Racismo Institucional”, para se referir ao racismo praticado dentro das instituições, neste caso a Universidade, como nos aprofundaremos nas análises. Alguns trabalhos, no entanto, preferem utilizar as palavras “Discriminação” ou “Discriminação racial” ao invés de “Racismo”, ainda que compreendam se tratar basicamente da mesma coisa. A palavra “Negra” foi utilizada com as variações “Estudantes Negras” (mulheres), “Estudantes Negros”, “Universitários Negros”, “População Negra” e “Subjetividade Negra”, para se referir especificamente a dinâmicas relacionadas à pessoa negra.

“Modos de Enfrentamento ao Racismo” apareceu uma vez, demonstrando ser central no trabalho que o cita, apesar de ser tratado também em outros trabalhos, demonstrando as estratégias coletivas e individuais adotadas pelos estudantes para lidar com o racismo vivido no ambiente acadêmico. Uma delas é o “Aquilombamento Acadêmico”, estratégia citada por um trabalho e que aparece uma vez entre os termos, porém que foi citada em vários outros trabalhos como as dinâmicas coletivas de cuidado em saúde mental da população negra na universidade.

“Desigualdades” e “Gênero, Raça e Classe” aparece uma vez cada uma, no mesmo trabalho, que tem essas dinâmicas como centrais, sendo o único que trabalha com “Estudantes negras” (mulheres), relacionando diretamente o adoecimento psíquico na universidade às opressões de gênero, raça e classe. O termo “Quilombolas” aparece uma única vez, pois apenas um trabalho tratou acerca desta população, juntamente com a categoria “Negros”, ainda que não fizesse parte do tema central de nosso trabalho. Por fim, os termos “Estudo Psicanalítico” e “Escrevivência” aparecem uma vez cada um e referem-se ao modo de abordagem ou técnica de estudo específica dos trabalhos que os citaram.

4.5 ABORDAGENS TEÓRICAS UTILIZADAS

Com relação às abordagens teóricas utilizadas pelos autores, 6 (seis) dos 7 (sete) trabalhos pautaram-se nos debates raciais, utilizando intelectuais negros como referência. Isto nos mostra como os trabalhos selecionados buscaram, em sua maioria, compreender o fenômeno a partir de uma leitura crítica da raça mais do que gerar um olhar medicalizante sobre as populações vulneráveis. Dois trabalhos utilizaram escalas de análise psicológica, que

poderiam aproximar-se da medicalização diagnóstica, mas ainda assim o fizeram a partir de uma perspectiva que centrou-se mais nos debates raciais do que na adaptação psicológica. Outros dois trabalhos utilizaram uma perspectiva decolonial em suas análises, problematizando a colonialidade presente na universidade e contextualizando historicamente a relação entre raça e saúde mental. Três trabalhos utilizaram uma abordagem interseccional, compreendendo a complexa relação entre diferentes marcadores sociais dentro da universidade e na constituição da saúde mental do sujeito. Compreendemos, desta forma, como a abordagem de análise utilizada pelos pesquisadores aproxima-se de nosso referencial teórico, decolonial, interseccional e crítico à medicalização social.

Além disso, uma pesquisa utilizou como abordagem teórica os Estudos Feministas, investigando somente com estudantes negras mulheres, sendo um importante recorte de análise, que trabalharemos mais adiante. Outra pesquisa utiliza os Estudos Psicanalíticos, no sentido de autores decoloniais como Frantz Fanon, Grada Kilomba e Neusa Santos Souza – que bebem, também, da psicanálise – com a contribuição das abordagens da psicanálise para compreender como o racismo afeta a subjetividade do sujeito negro. Esse mesmo trabalho associa-se à literatura a partir do método da *escrevivência*, também relacionado à *associação livre* da psicanálise para o relato da própria história, narrativa, identidade e subjetividade. No mesmo sentido, outro trabalho utiliza como abordagem teórica a Análise da Subjetividade, na busca de nuances que demonstrem como a constituição psíquica do sujeito negro é afetada pelo racismo. É interessante perceber como as metodologias utilizadas pelos trabalhos são diversas, assim como as prevalências entre as amostras de cada investigação.

4.6 MÉTODOS UTILIZADOS PELAS PESQUISAS

Quatro trabalhos utilizaram uma metodologia qualitativa, correspondendo à 57,14% de nossa amostra, enquanto outros dois são de abordagem mista e apenas um quantitativo. É o que esperávamos por selecionar apenas trabalhos com produção de dados primários. No entanto, apenas dois trabalhos geraram dados quantitativos (1 e 5), visto que desconsideramos a fase quantitativa de um dos trabalhos mistos por não ter sido realizada exclusivamente com estudantes negros e as análises não diferenciarem os resultados de acordo com a raça. Entre os três que utilizaram uma metodologia quantitativa (sendo dois mistos), destaca-se o uso de questionários por todos eles, sendo que um de abordagem qualitativa também aplicou, totalizando quatro pesquisas com o uso de questionários, o que corresponde também à 57,14% de nossa amostra, sendo a técnica predominante de coleta de dados.

A realização de entrevistas também foi representativa, sendo a escolha de duas pesquisas qualitativas e uma mista, correspondendo à 42,85% de nossa amostra, em sua maioria realizadas de forma semiestruturada, para garantir maior aprofundamento ao relato dos sujeitos a partir de um roteiro flexível. Dois trabalhos qualitativos não realizaram entrevistas (sendo um deles o único qualitativo que aplicou questionários), em que utilizam complementarmente métodos em grupo, como a realização de oficinas ou encontros coletivos, demonstrando como também pode ser interessante para os estudantes, por ser uma problemática coletiva, ouvir outros sujeitos para a interpretação dos próprios relatos, como demonstramos ao longo das análises. Um destes trabalhos também adota a literatura como método, com a elaboração de textos pelos próprios estudantes, no gênero literário que eles preferiram, no formato de *escrevivências*, utilizando seus textos para compor a análise, o que pode ser interessante por preservar a narrativa do próprio sujeito que redigiu.

Três trabalhos são de caráter descritivo – dois deles qualitativos e um quantitativo –, que buscam descrever as características do fenômeno e, por isso, fornecem boas bases para outras investigações, como a de nossa pesquisa. Três trabalhos são exploratórios – sendo dois mistos e um quantitativo –, buscando aprofundar-se em um fenômeno ainda pouco estudado e gerando também bons referenciais para pesquisas futuras. Dentre os estudos de abordagem mista, um é analítico, baseando-se em dados para identificar padrões e contextualizar a problemática, e outro é transversal, em que os dados são coletados de uma só vez, fornecendo características observacionais de determinada população naquele momento e possibilitando, também, a identificação de padrões.

Dentre os dois estudos mistos, ambos utilizaram como ferramenta de análise dos dados qualitativos o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), um software em R gratuito para análise de dados textuais, utilizado amplamente na análise de dados de pesquisas das Ciências Sociais e Humanas. A característica comum destes dois trabalhos é a identificação de temas recorrentes nos relatos coletados, dividindo-os por “classes”, como veremos mais adiante.

4.7 CARACTERÍSTICAS DAS AMOSTRAS

Com relação à amostra de cada pesquisa, a maior delas foi a da investigação quantitativa, com 6.103 estudantes, um número bastante representativo se considerarmos que a Universidade em questão possui cerca de 30 mil estudantes. As de abordagem mista, em sua parte quantitativa também tiveram um número alto de estudantes na amostra: uma com 829 alunos e outra com 125.

Entre as investigações que realizaram entrevistas, por sua vez, uma delas contou com a participação de um número alto de estudantes (37), sendo parte de uma pesquisa que também realizou questionários, em que os estudantes das entrevistas foram remanescentes da aplicação do questionário. Nas demais investigações com entrevistas, uma contou com uma amostra de 13 alunas e a outra com 4 alunos. Nas duas pesquisas que utilizaram métodos coletivos, ambas tiveram 7 alunos como amostra. As formas de contato com os alunos foram diversas, as quais não descrevemos neste trabalho.

Dois trabalhos tinham o mesmo número de homens e mulheres, apenas um tinha um número maior de homens, um tinha como foco apenas mulheres e a maioria deles (3) teve a amostra majoritariamente constituída por mulheres. A predominância das mulheres pode ser explicada por uma maior disposição feminina em engajar-se em questões sociais e acadêmicas, “esse padrão é refletido em diversos estudos, em que a participação feminina é frequentemente maior em pesquisas sociais” (Campos, 2024), ou também por sentirem mais intensamente os impactos do racismo atrelado à opressão de gênero.

Apenas dois trabalhos assumiram o recorte de renda na elaboração de seus dados quantitativos, em que a maior parte de sua amostra recebia menos que dois ou três salários mínimos. No entanto, a relação de classe foi trabalhada amplamente nas demais pesquisas, em dados qualitativos, como veremos nas análises. Dois trabalhos realizaram um recorte etário, em que a maior parte ou toda a sua amostra foi constituída por jovens entre 18 e 27 anos, o que dialoga com dados nacionais sobre a faixa etária dos estudantes de graduação das IFES, que estava na média dos 23 anos em 2018 (FONAPRACE, 2019).

5 DISCUSSÃO

Na discussão, realizamos o que Lima e Miotto (2007) chamam de *síntese integradora*, sendo “o produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão dos documentos. Compreende as atividades relacionadas à apreensão do problema, investigação rigorosa, visualização de soluções e síntese” (p. 41). Neste sentido, analisamos os principais resultados dos dados obtidos em cada trabalho selecionado, com base no referencial teórico da presente pesquisa e com o intuito de fazer uma reflexão crítica, de acordo com nossos objetivos, aprofundada pelo diálogo entre os materiais, que apresentam recorrentes padrões de sofrimento psíquico associados ao racismo no ambiente universitário.

5.1 SAÚDE MENTAL E COTAS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL (BARROS E PEIXOTO, 2023)

O artigo intitulado “Saúde Mental e Cotas: um Estudo Comparativo entre Estudantes Universitários no Brasil” foi publicado na revista *Psicologia: Ciência e Profissão* em 2023, de autoria de Rebeca Neri de Barros e Adriano de Lemos Alves Peixoto, ambos da área de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador/BA. Os pesquisadores tiveram o objetivo de comparar a saúde mental de estudantes cotistas e não cotistas da UFBA, considerando as mudanças provocadas pelo ingresso de estudantes cotistas ao longo das duas últimas décadas, o que, segundo eles, provoca novas demandas com relação à saúde mental do estudante universitário. A pesquisa faz parte de um estudo mais amplo que investiga a saúde mental dos estudantes universitários a partir de sua vivência na academia e foi realizada no âmbito do Instituto de Psicologia da UFBA. Apesar de realizarem uma revisão bibliográfica inicial, dialogando com alguns autores que investigaram a temática (a maioria estrangeiros), não há um referencial teórico consistente, mas sim um foco na apresentação e análise dos resultados.

Como metodologia, Barros e Peixoto (2023) afirmam que trata-se de um *estudo quantitativo de corte transversal, de caráter descritivo e exploratório* (p. 04), em que foi aplicado um questionário com 6.103 estudantes de graduação da UFBA no ano de 2019. Na categoria cotistas, estavam outros grupos além dos estudantes negros, como quilombolas, indígenas, PcDs, pessoas oriundas de escola pública ou com renda baixa, enquanto os não cotistas representaram os ingressantes por meio da ampla concorrência. A abordagem investigou a saúde mental em termos de depressão, estresse e ansiedade, utilizando, também, um questionário sociodemográfico e de hábitos de vida. O questionário sociodemográfico contemplou questões mais amplas sobre a vida e o cotidiano dos estudantes, além de mapear condições de saúde, como diagnósticos ou uso de psicotrópicos. Para avaliar a saúde mental, foi utilizada uma *Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse*, composta por 21 itens, avaliando os sintomas separadamente, avaliados em uma escala que varia entre normal, leve, moderado, severo e extremamente severo. A partir do nível moderado, foram considerados sintomas patológicos, indicando a presença de adoecimento psíquico.

Dentre as características da amostra, 2.983 (48,88%) estudantes da amostra eram cotistas e 3.120 (51,12%) não cotistas (p. 01). Dentre a amostra dos estudantes cotistas, a maioria foi de pretos e pardos, correspondente a 87,6%, categoria que nos interessa, e por isso a pesquisa foi escolhida, mesmo que tenha sido realizada também com outros sujeitos, sendo interessante a categoria comparativa que propõe realizar. Por isso, ao citar os estudantes

cotistas da pesquisa, compreendemos que estão falando de uma maioria negra. Dentre estes, 61,5% era do sexo feminino e 38% do sexo masculino, enquanto que 74,7% possuíam renda familiar menor que três salários mínimos, diferentemente do grupo de não cotistas, representado por uma maioria branca e de renda mais alta. Desta forma, os autores afirmam que a amostra se aproxima do perfil socioeconômico de estudantes de graduação da universidade.

Os estudantes cotistas apresentaram menor taxa de diagnóstico prévio de condições em saúde mental, bem como menor procura por atendimento psicológico em relação aos estudantes não cotistas, conforme também apontam os dados do Boletim Gema (Portela; Júnior; Freitas, 2020), em que a maior parte dos estudantes negros da pesquisa nunca foi a uma consulta com um psicólogo, e somente 5% dos alunos negros e 8% das alunas negras mantinha acompanhamento psicológico. De acordo com Barros e Peixoto (2023), esses dados sugerem que os estudantes cotistas possuem menos acesso a cuidados em saúde mental, mostrando a necessidade de as universidades oferecerem serviços de atenção à saúde mental destinados a essa população.

Os resultados de Barros e Peixoto (2023) demonstram índices elevados de problemas de saúde mental em ambos os grupos, reafirmando a relevância de estudos acerca da saúde mental de estudantes universitários. No entanto, indicam maior prevalência de sintomas severos e extremamente severos para ansiedade, depressão e estresse em estudantes cotistas, enquanto que os estudantes não cotistas apresentaram mais sintomas nas faixas entre normal e leve, o que sugere que as demandas em saúde mental de estudantes cotistas devem ser levadas em consideração para a formulação de políticas de atenção à saúde estudantil, pois é o grupo que apresenta maiores índices de adoecimento psíquico. Assim, os autores possuem a hipótese de que os estudantes cotistas, em sua maioria negros, tendem a estar mais suscetíveis a vivenciar situações de risco para o sofrimento mental (Barros e Peixoto, 2023), o que reflete problemas sociais mais amplos.

Os autores apontam para a relação entre dificuldades financeiras e adoecimento psíquico no ambiente universitário, sugerindo que as condições financeiras interferem nos níveis de depressão, estresse e ansiedade, visto que piores condições financeiras estão associadas a maiores prejuízos à saúde mental, enquanto que melhores condições financeiras estão relacionadas a menores níveis de sofrimento psíquico – o que pode não ocorrer necessariamente. Assim, percebemos que o fator “renda” desempenha um papel relevante na vivência acadêmica. A renda representa, neste sentido, uma das vulnerabilidades sociais que representam fator de risco à saúde mental estudantil, dados os aspectos relacionados a ela,

como condições de moradia, acesso ao esporte e lazer, mobilidade urbana e possibilidade de compra de materiais de estudo, segundo Barros e Peixoto (2023).

Sabemos que, no Brasil, a maior parte dos indivíduos de baixa renda são negros, reflexo das desigualdades históricas de nosso país. Os dados da pesquisa *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil* (IBGE, 2019) mostram que, em um país em que pretos e pardos correspondem a 55,8% do total dos brasileiros, a diferença média de renda entre esse grupo e a população branca é de 73,9%, refletindo uma pirâmide social em que homens brancos estão no topo, seguido das mulheres brancas e, depois, dos homens negros, que estão acima apenas das mulheres negras, representando a base da pirâmide social, com as desigualdades raciais e de gênero combinadas.

Os autores estabelecem mais um recorte de análise da saúde mental estudantil: a área de concentração dos cursos, que variam não somente com relação aos conteúdos exigidos, mas também ao perfil dos estudantes. Barros e Peixoto (2023) apontam que, em cursos de maior prestígio social, como Medicina, Direito, Engenharia e Odontologia, ou de maior exigência de conteúdos, como das áreas Exatas, alunos negros ou de origem popular podem ter dificuldades de integração, permanência e adaptação, dadas as diferenças mais acentuadas com relação aos conhecimentos específicos e ao perfil socioeconômico, o que pode provocar, por sua vez, o sentimento de não pertencimento, causando efeitos negativos em sua saúde mental.

Como proposição de algumas soluções a serem implementadas, os autores afirmam que:

Os problemas em saúde mental provocam uma série de consequências danosas para o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes, além de serem um fator muitas vezes determinante para a permanência ou abandono acadêmico. Para estudantes que pertencem a grupos minoritários e historicamente marginalizados e excluídos, os transtornos mentais podem se tornar mais um dos obstáculos para a formação desses indivíduos. Oferecer suporte para esses estudantes, focando nas suas necessidades e desafios específicos, promovendo programas de atendimento psicológico é fundamental. Também é imprescindível que ações mais amplas que colaborem na prevenção de adoecimento e promoção de saúde mental sejam fomentadas, com enfoque em aspectos sociais e esportivos, por exemplo, que são reconhecidamente associados como fatores de proteção à saúde mental. (Barros e Peixoto, 2023, p. 13)

Neste sentido, ainda que as cotas sejam uma vitória política aos grupos subalternizados, em que as IFES são compostas, na média dos estados brasileiros, por uma maioria de estudante negros, é necessário que as instituições atentem-se às novas demandas estudantis, muito diferentes daquelas do contexto em que foram criadas e até a implementação das ações afirmativas. Neste sentido, é necessário levar em consideração fatores sociais e

econômicos, como o acesso à renda e a diversidade étnico-racial da universidade, para desenhar as novas políticas estudantis. Estes fatores, por sua vez, podem estar atrelados a diferentes formas de discriminação, violência e preconceito, como o racismo, com dificuldades não enfrentadas por outros grupos. Os autores afirmam que, ao ingressar na universidade, os estudantes trazem consigo um conjunto de experiências anteriores, vivenciadas no seio da sociedade, que reverberam de diferentes maneiras em sua trajetória acadêmica, produzindo efeitos ao passo em que também são reproduzidas neste novo espaço, de diferentes maneiras, como trataremos nas próximas análises. Deste modo, os estudantes cotistas enfrentam uma série de desafios ao ingressarem na universidade, para além das dificuldades enfrentadas em seu contexto social.

Assim, o estudo de Barros e Peixoto (2023) nos mostra que essas nuances interferem na saúde mental dos estudantes negros (e também de outras modalidades de cotas), gerando novas demandas a serem pensadas pela universidade, que deve desenhar ações de acolhimento em saúde mental destinadas a esses grupos, dadas as suas especificidades. No entanto, segundo os autores, o tema ainda tem sido pouco estudado na literatura científica, conforme também constatamos na realização desta pesquisa, demonstrando a necessidade de estudos complementares sobre as especificidades das demandas em saúde mental de estudantes negros, para dar subsídios a ações institucionais que beneficiem a permanência qualificada deste grupo na universidade.

5.2 RACISMO INSTITUCIONAL E VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES NEGROS E QUILOMBOLAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (SILVA, 2022)

A pesquisa intitulada “Racismo Institucional e Vivência Universitária: reflexões sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas em uma universidade pública” trata-se de uma Dissertação de Mestrado defendida por Natiene Ramos Ferreira da Silva no ano de 2022, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, também da UFBA, do campus de Vitória da Conquista/BA, no âmbito do Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS). A autora é psicóloga clínica no serviço de psicologia do IMS/UFBA desde 2018, em que realiza atendimentos psicoterapêuticos de longa duração e plantão psicológico emergencial, e atrelou seus atendimentos aos alunos negros e quilombolas às suas pesquisas sobre questões raciais e saúde mental.

Em diálogo com a lacuna de pesquisa encontrada na análise do trabalho de Barros e Peixoto (2023), a autora aborda a necessidade de pesquisas que levem em consideração

fatores sociais atrelados à saúde mental dos estudantes universitários, como o machismo, a LGBTfobia e o racismo. Tais fatores influenciam na vivência universitária e devem ser considerados na elaboração de políticas de permanência estudantil e promoção da saúde mental. A autora afirma que somente observando atentamente a esses aspectos será possível desenhar políticas universitárias que contemplem a multiplicidade de atores que frequentam a universidade pública. A pesquisadora considera importante a análise do racismo como um fenômeno estruturante da sociedade brasileira, que produz desvantagens e privilégios aos diferentes grupos nos mais diversos contextos, inclusive no âmbito da universidade. Deste modo, segundo a autora, o racismo institucional pode influenciar na permanência de estudantes negros na universidade, e identificá-lo pode contribuir para desnaturalizar suas violências e quebrar mecanismos de silenciamento, que são necessários para a sua perpetuação (Silva, 2022).

A autora associa a sua própria trajetória enquanto aluna negra do curso de Psicologia da UFBA, que ingressou em 2010, à trajetória dos alunos que atende no plantão psicológico do IMS, que muitas vezes não sabem nomear o seu desconforto ou o que lhes fez sentir assim. Silva (2022) nomeia esse processo como um *embarreiramento pelo discurso de não saber sobre si* (p. 18), em que, mesmo sabendo-se negros, os sujeitos não possuem referências que rompam com os mitos construídos sobre a negritude, ainda não acessando politicamente e subjetivamente esse lugar, como afirma Neusa Santos Souza (1983).

Segundo Silva (2022), ainda que não vivenciem situações de discriminação racial direta na universidade, o racismo no ambiente acadêmico é produzido de outras formas, assim como na sociedade em geral, em que ele atua de forma velada, o que pode gerar situações de angústia ao estudante negro, que sente-se *estranho, burro, não pertencente ao espaço acadêmico, insuficiente em seus estudos ou inferior aos colegas brancos*. Para a autora, enquanto psicóloga, analisar esses comportamentos apenas pelo viés da subjetividade reforça o sentimento de não pertencimento por negligenciar os fatores sociais que os fazem sentir assim, como o racismo institucional.

Segundo Silva (2022), o plantão psicológico, por ser um atendimento de emergência e prevenção à casos agudos de adoecimento psíquico, possibilita que os estudantes falem das suas vivências e desconfortos sem a necessidade de realizar quadros diagnósticos ou estruturar seus discursos na presença de psicopatologias que fundamentem seu adoecimento, diferentemente do que costuma ocorrer nos atendimentos clínicos de longa duração, em que os estudantes já apresentam quadros de ansiedade com relação à vida acadêmica. Desta forma, a autora afirma que, nos plantões, os sofrimentos geralmente se referem a aspectos

institucionais invisibilizados ou deslegitimados pela universidade, promovendo o reconhecimento e a construção de narrativas por parte dos estudantes. Assim, Silva (2022) expõe a relevância de uma clínica psicológica engajada oferecida pela universidade, que atenda e acolha a demanda de estudantes negros, compreendendo as nuances entre a subjetividade e os fenômenos sociais imbricados no adoecimento psíquico, sem *psicologizar ou patologizar tais fenômenos* (p. 20), como ocorre num processo de medicalização social, conforme já mencionamos.

Neste sentido, o trabalho de Silva (2022) busca compreender como o racismo institucional influencia na permanência universitária e na saúde mental de estudantes negros e quilombolas da UFBA. Para isso, a autora descreve os impactos do sofrimento psíquico decorrente do racismo na formação e na vida emocional, social e psicológica, identifica estratégias de enfrentamento ao racismo por parte dos estudantes, e propõe estratégias de enfrentamento às situações discriminatórias e de acolhimento à saúde mental dos alunos negros e quilombolas. Para Werneck (2016, *apud* Silva, 2022), o racismo institucional não é apenas uma ação, mas também uma omissão, em que “o silenciamento sobre as questões étnico-raciais no ambiente universitário constitui-se como uma omissão que pode fragilizar a vinculação de estudantes negros e quilombolas à universidade” (Silva, 2022, p. 59).

O trabalho de Silva (2022) é dividido em três artigos, sendo que o primeiro é de cunho teórico sobre os impactos do racismo no sofrimento psíquico de estudantes negros, utilizando como referência os estudos de intelectuais negros, como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Maria Lúcia Silva, Silvio Almeida e Grada Kilomba. O segundo artigo trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a influência do racismo estrutural na permanência de estudantes negros e quilombolas na universidade pública. A categoria da permanência foi utilizada pela autora justamente por constatar a escassez de estudos sobre a saúde mental de estudantes negros universitários, a atrelando, portanto, à permanência.

O terceiro artigo apresenta os resultados de um estudo qualitativo e descritivo, realizado em 2021 com estudantes negros e quilombolas do Instituto Multidisciplinar em Saúde, campus Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista/BA. Foi realizado um estudo de caso a partir de oficinas e aplicação de questionário sociodemográfico, em que seus resultados serão nosso foco de análise. A oficina foi uma estratégia para que o estudante tivesse sua própria voz ouvida, bem como escutasse os demais, no intuito de romper com uma lógica individualizante do sofrimento psíquico, compreendendo como suas angústias também são coletivas, como é o caso do sofrimento gerado pelo racismo.

Foram realizadas três oficinas online com duas horas de duração cada uma. Participaram das oficinas uma amostra de sete estudantes, dos cursos de psicologia (a maioria), nutrição (1) e enfermagem (1), com 2 homens e 5 mulheres, 3 quilombolas e 4 negros, sinalizada a limitação da ausência de participantes de outros cursos e a análise a partir de outros fatores sociais, como capacitismo e LGBTfobia. Nessas oficinas, após um momento de apresentação e aprofundamento das questões geradoras para discussão, foi discutida a vivência de ser um estudante negro ou quilombola na UFBA, os desafios e potencialidades do ingresso e permanência, as situações de discriminação vivenciadas neste espaço, a percepção sobre o racismo institucional e os comportamentos desenvolvidos para lidar com essas situações. A metodologia da Análise do Discurso foi utilizada para interpretar os dados, em que são analisados os sentidos do discurso articulando a teoria *ao que é dito, quem disse e a partir de qual lugar social foi dito* (Caregnato e Mutti, 2006 *apud* Silva, 2022). A autora utiliza diferentes eixos discursivos para guiar a discussão e apresentar os resultados, os quais nos interessam mais aqueles que dissertam acerca da saúde mental.

Na análise das oficinas, Silva (2022) aponta que os estudantes relatam ter pouca informação e conhecimento acerca das formas de ingresso, permanência, reserva de vagas e assistência estudantil, o que, por si só, já é uma barreira à entrada de estudantes negros e quilombolas na Universidade. Após o ingresso, alguns afirmam ter a sensação de que ingressar pela política de cotas é um atestado de baixa capacidade intelectual, fruto do desconhecimento da comunidade acerca da história da política de cotas e de sua relevância social, o que pode gerar certos estigmas que, por sua vez, podem levar ao sofrimento psíquico. Eles afirmam, também, que para continuar na universidade é necessário apoio material e subjetivo, como auxílios financeiros e psicológicos, conforme também foi trazido na pesquisa de Barros e Peixoto (2023). Quando não há esse apoio de forma institucional, os estudantes buscam esses recursos por sua própria conta, através da família ou da criação de comunidades com seus pares. Os estudantes apontam para a barreira financeira que encontram após o ingresso, demonstrando a importância de que as universidades forneçam auxílio financeiro para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e étnico-raciais (Silva, 2022).

Com relação à (falta da) presença negra na Universidade, a pesquisadora relata que os estudantes enfrentam impactos subjetivos devido à ausência de pessoas negras no corpo docente e técnico, entre seus colegas, ou mesmo nas estruturas curriculares dos cursos, que são majoritariamente brancas, impactando a forma como alunos negros se vêem neste ambiente e contribuindo ao sentimento de não-pertencimento. A autora recorre ao conceito de

epistemicídio (Carneiro, 2005 *apud* Silva, 2022) para explicar este fenômeno, que invisibiliza a contribuição negra ao processo de produção do conhecimento. Isto também faz com que os estudantes sintam-se solitários, em que a forma como percebem o seu sofrimento (individual ou coletivo e institucional) interfere nos caminhos para o enfrentamento a essas dificuldades, seja afastando-se da vida acadêmica, seja unindo-se a coletivos que lhe confirmam maior pertencimento (Silva, 2022), conforme trataremos mais abaixo na análise da pesquisa de Siqueira e Ramos (2021).

A falta de autoestima surge novamente nos relatos dos estudantes quando o assunto é a defasagem do conhecimento gerado pela diferença entre o ensino público e privado. Muitas vezes, os estudantes que ingressam na universidade pelo sistema de cotas eram bons alunos no ensino médio, mas na universidade sentem-se insuficientes. Isto porque os professores costumam supor que todos os alunos tiveram acesso a um mesmo conhecimento, cobrando de todos de maneira “igual”, sem perceber que isso desconsidera os diferentes contextos frequentados pelos alunos e culpabiliza individualmente quem não tem o desempenho desejado. Isto porque os alunos não possuem desempenhos diferentes por incompetência individual, mas sim por experiências escolares diversas. Ignorar isso é reforçar uma lógica meritocrática que acredita plenamente no esforço individual, sem considerar a precarização do ensino público brasileiro e, também, que o processo de ensino-aprendizagem não é o mesmo para todos. Para alguns estudantes que participaram das oficinas de Silva (2022), isso é gerador de crises de ansiedade, em que, somente depois de muito sofrimento, costumam se adaptar à essa realidade. Desta forma, parece que o estudante negro é quem deve esforçar-se para pertencer a esse universo, sendo que a universidade é quem deveria lançar mão de estratégias para incluir a diversidade. De acordo com Silva (2022),

Somando-se à lógica neoliberal e produtivista, o racismo intensifica a individualização deste processo, pois as pessoas negras são colocadas na posição de que precisam provar constantemente que são merecedoras de ocupar o espaço de poder e saber na universidade. Desta forma, essa forma de gerência da vida pode ser disparadora de sofrimentos e adoecimentos, além de ocasionar a fragilização da mobilização política e social que visem a revisão de práticas institucionais. (p. 72)

De acordo com a autora (Silva, 2022), a intensificação do sofrimento psíquico no ambiente universitário conduz alguns estudantes a buscar o atendimento psicológico oferecido pela universidade, local em que ela é trabalhadora. No entanto, devido à alta demanda e ao número limitado de profissionais, muitos deles são encaminhados para a lista de espera. Isto nos mostra a necessidade de aprimorar os serviços de atendimento psicológico das universidades públicas, com mais profissionais disponíveis, a partir de um plano de atendimento que compreenda e acolha as demandas dos estudantes pertencentes aos mais

diversos contextos. Um dos exemplos é o *Plantão de Acolhimento do Programa PsiU - Universidade, Saúde Mental e Bem-estar* da UFBA, que se propõe ser um programa de acolhimento das demandas em saúde mental de toda a comunidade universitária. A proposta é oferecer suporte gratuito sem a necessidade de inscrição prévia, acolhendo as inquietações ligadas à vida acadêmica e pessoal de quem procura o serviço, com psicólogos de plantão para atendimento online.

A pesquisadora aponta para a limitação do atendimento individual, justamente pelo risco de produzir a individualização de questões sociais como o racismo, em que a saída é construir novos espaços de acolhimento psicológico (Silva, 2022). Um dos exemplos é *Projeto Escuta Preta*, que acontece na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis/SC, sendo um grupo de escuta e acolhimento gratuito a estudantes negros sob a condução de uma psicóloga e quatro estagiários. Oferecido todo o semestre pelo Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI) da UFSC, cada grupo comporta até 20 estudantes por vez, sendo que é vedada a entrada de novos membros depois de iniciado o período. Neste Projeto, são considerados os efeitos psicossociais do racismo nos estudantes negros, o qual produz a naturalização de injustiças sociais e promove o adoecimento psíquico dos sujeitos. De acordo com Silva (2022), “é preciso refletir de que maneira a instituição compreende o cuidado em saúde mental e quais relações são feitas entre esta e a permanência universitária, de modo a não patologizar e psicologizar os efeitos do racismo” (p. 74), em um processo de medicalização social, conforme já mencionamos, para então construir novas práticas de acolhimento em saúde mental na universidade. Essas ações tornam-se ferramentas efetivas de combate ao racismo institucional.

Neste sentido, é necessário considerar as consequências psicológicas do ingresso da população negra em um universo majoritariamente branco que é a universidade, não somente pelo perfil discente, mas pelas práticas, condutas e corpo docente, conforme será tratado mais adiante na pesquisa de Siqueira e Ramos (2021). A pesquisadora (Silva, 2022) relata que os estudantes negros e quilombolas, como estratégia de adaptação, lançam mão do embranquecimento, omitindo suas origens para melhor aceitação e para evitar violências. A autora pontua que, mesmo omitindo suas origens para enquadrar-se no padrão da branquitude, não há como omitir seus fenótipos negros, e a tentativa de o fazer, encaixando-se em um padrão eurocêntrico que não lhe pertence, é altamente adoecedor à população negra, como afirmou outra estudante da pesquisa de Silva (2022).

Um dos estudantes nota isto através do uso da linguagem, em que *muitas vezes é uma consequência de estar na universidade, a pessoa se embranquece, fala acadêmiquês e não*

consegue se comunicar com os seus (estudante da pesquisa de Silva, 2022, p. 75). Ao afastar-se da sua comunidade de origem para buscar pertencimento na comunidade acadêmica, é necessário refletir para que(m) serve o conhecimento adquirido na universidade. Esse processo é narrado por Frantz Fanon (2008 *apud* Silva, 2022), em que o colonizado busca introjetar a cultura dominante em busca de reconhecimento. O ingresso massivo de estudantes negros na universidade representa uma mudança neste cenário, em que é possível produzir conhecimento científico válido também para outras camadas da população, a partir de estudantes negros que pesquisam e produzem conhecimento relevante para os seus pares. Esta reflexão, segundo a autora (Silva, 2022), “inaugura o rompimento do processo alienante e busca a conexão com suas origens como forma de resgatar a própria existência” (p. 76).

Neste contexto, a universidade deve promover a afirmação positiva da negritude e do conhecimento produzido pelas pessoas negras, para que a pertença negra não seja motivo de vergonha, mas sim de orgulho. Como o processo institucional acaba fazendo o inverso, deslegitimando a produção negra e exaltando o conhecimento eurocêntrico, acaba sendo papel dos movimentos negros ressaltar as potencialidades da negritude e a importância de se afirmar enquanto negro, como foi trazido no relato de uma estudante da pesquisa de Silva (2022) e será abordado posteriormente nas demais pesquisas. Outra estudante relata que a universidade possibilitou a afirmação positiva de sua negritude, ao encontrar grupos de pessoas com aparência e questões similares às suas, que sabiam se impor e falar de si e da luta contra o racismo com propriedade, inspirando a sua desalienação acerca do pertencimento racial. De acordo com a autora (Silva, 2022), “romper com a política de embranquecimento que diuturnamente nos é imposta é uma saída psíquica, mas também uma saída política” (p. 76). Ao passar por situações de racismo que podem ser especialmente adoecedoras e desmotivadoras, é essencial que os estudantes tenham ferramentas para nomear o que passam como racismo, para não cair na armadilha de se autorresponsabilizar por fenômenos que são coletivos.

A autora conclui pela necessidade de ações de enfrentamento ao racismo institucional no âmbito da universidade e propõe um programa de acolhimento aos estudantes negros e quilombolas como instrumento de combate ao racismo, denominado ORÍ. Por fim, a pesquisadora traz algumas saídas institucionais para combater o racismo e promover a saúde mental dos estudantes negros:

[...] formação de discente, técnicos e terceirizados a respeito do racismo e de políticas de enfrentamento a esse, grupo de apoio de orientação acadêmica para estudantes negros, quilombolas e indígenas na universidade; reforma curricular, espaços formativos abertos para toda a comunidade, disponibilização de espaço de monitoria e tutoria nas disciplinas do primeiro semestre da universidade e

divulgação de setores da instituição responsáveis por promover o combate ao racismo e outras discriminações. Ressalta-se a necessidade de mais pesquisas sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas nas universidades brasileiras com o objetivo de compreender os desafios enfrentados por esses e propor ações concretas para a política de inclusão. (Silva, 2022, p. 82/83)

Vale ressaltar que a pesquisadora Natiene Ramos Ferreira da Silva coordena, desde 2019, o *Grupo de Estudo e Trabalho Interdisciplinar de Saúde da População Negra: por uma saúde inclusiva* do IMS/UFBA, em que são realizadas aulas abertas à comunidade e encontros acadêmicos de autores negros com o intuito de promover uma prática de saúde inclusiva para a população negra. Além disso, promove atividades de saúde mental e espaços de acolhimento a estudantes negros, assumindo uma postura de combate ao racismo institucional e ao epistemicídio ao fomentar o pensamento crítico da comunidade acadêmica. A pesquisadora colocou em prática o ORÍ, Programa institucional de pesquisa, acolhimento e fortalecimento de estudantes negros, quilombolas e indígenas do IMS/UFBA, idealizado no âmbito de sua dissertação, propondo pesquisas, cursos, oficinas de letramento racial, grupos de acolhimento e ciclos de formação, como o Grupo de Trabalho para o enfrentamento ao racismo e promoção da equidade racial no campus da UFBA em Vitória da Conquista/BA, promovendo letramento racial à toda a comunidade universitária, dado que, para a pesquisadora (Silva, 2022), todos devem se envolver no combate ao racismo.

5.3 AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOBRE A SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES NEGRAS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFBA (SANTOS, 2020)

O trabalho intitulado “As expressões das desigualdades de gênero, raça e classe sobre a saúde mental de estudantes negras do curso de Serviço Social na UFBA” trata-se de um artigo publicado pela *Revista Feminismos* (NEIM/UFBA) em 2020, de autoria de Vanessa de Santana Santos, Assistente Social e pesquisadora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) da UFBA, campus Salvador/BA, derivando de sua Dissertação de Mestrado sobre a *Adesão e Trajetória das Estudantes Negras do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia* (Santos, 2019), que investigou o ingresso e a permanência de estudantes negras no ambiente acadêmico. Neste artigo, a pesquisadora propõe uma análise dos impactos das relações de raça, classe e gênero na vida acadêmica sobre a saúde mental destas estudantes negras.

De acordo com a autora (Santos, 2020), “o racismo traz consigo múltiplas violências e impacta a saúde mental dos que estão inseridos nesse processo, ao passo que o entrecruzar das

esferas de opressão amplia o sofrimento.” (p. 152), mostrando que o racismo é escamoteado pela falsa ideia da democracia racial, em que acredita-se num país livre do racismo, em que todas as raças convivem harmonicamente, reforçada por cânones do Século XX como Gilberto Freyre (1933), que acreditava a miscigenação como constitutiva de uma única identidade nacional, permitindo uma “harmonização” do povo brasileiro. Desta forma, neutralizam-se os preconceitos e fazem com que suas consequências sejam sentidas à nível individual, o que fragiliza a saúde mental das vítimas. O mito da democracia racial endossado por Freyre veio a ser questionado ao final do Século XX por intelectuais negros como Lélia Gonzalez (1982) e Abdias do Nascimento (1978), e também pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1978), que o denunciou como uma estratégia para promover o apagamento de identidades negras e o embranquecimento cultural e físico da população brasileira, conforme apontaram Siqueira e Ramos (2021), na pesquisa que analisaremos mais adiante. No Brasil, conforme aponta Santos (2020), a população negra é fortemente marcada pela historicidade do país, que remonta ao colonialismo e escravismo, herança e memória que moldam as relações cotidianas e políticas atuais. A pesquisadora afirma que, ao fazer uma pesquisa sobre a questão racial, estamos desnaturalizando relações problemáticas e rompendo com o silêncio, em uma postura antirracista que contribui com o próprio conhecimento acadêmico (Santos, 2020).

Para elaborar sua investigação, a autora utilizou a metodologia da pesquisa qualitativa descritiva, com observações de campo e realização de entrevistas, com uma amostra de treze estudantes mulheres negras da graduação do curso de Serviço Social da UFBA. A partir de uma abordagem interseccional e em diálogo com intelectuais negras como Angela Davis, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, a autora analisa os relatos e narrativas mais expressivas com relação aos impactos das opressões na saúde mental. Nos depoimentos, a pesquisadora (Santos, 2020) identifica “vivências impactadas pelo racismo, opressões de gênero e classe” (p. 153), dado que recaem sobre as mulheres negras diversos estereótipos racistas e sexistas, que tendem a sexualizá-las e as colocar em papéis de servidão. Segundo a intelectual negra brasileira Sueli Carneiro (2011 *apud* Santos, 2020), a partir de novos contornos, mantém-se atualmente intactas as hierarquias raciais e de gênero instituídas no período do colonialismo e escravidão, o que mais é sentido pelas mulheres negras, que encontram-se na base da injusta pirâmide social. Aqui, podemos citar a analogia ao sistema de *plantation*, feita por Patrícia Hill Collins e narrada por Bueno (2024), que se traduz na metáfora a este modelo de produção reproduzido em instituições contemporâneas, como a universidade. Veja:

Na cadeia geral de comando na *plantation*, observa-se: o senhor branco como patriarca; sua esposa branca que o serve e lhe auxilia a cuidar da propriedade e criar seus herdeiros; mulheres e homens negros, desempenhando desumanamente trabalhos de produção e reprodução conforme a demanda da economia política capitalista. [...] O argumento de Collins é que a estrutura geral dessa cadeia de poder é mantida em diversas instituições contemporâneas. A autora questiona, assim, se a universidade atual não constituiria uma espécie de *plantation* moderna, com: (a) recursos materiais controlados por homens brancos de elite; (b) uma sobrerrepresentação desse grupo entre os altos administradores da instituição, acompanhada de uma sub-representação de outros grupos; (c) a presença, embora não tão majoritária e poderosa, de mulheres brancas de elite que dão respaldo ao trabalho dos homens brancos de elite; (d) o perfil majoritariamente branco e masculino dos professores, que além de figuras de autoridade são os responsáveis pela produção do conhecimento e formação das próximas gerações; (e) o perfil majoritariamente negro de trabalhadores de baixa qualificação das universidades (manutenção, alimentação, limpeza etc.), cuja divisão do trabalho também responde a critérios sexuais. (Bueno, 2024, p. 04)

Desta forma, percebemos como as estruturas de poder reproduzidas nas instituições continuam perpetuando injustiças epistêmicas à população negra, em entrelaçamentos que envolvem não somente raça, mas também classe e gênero. Portanto, ao falar de saúde mental e sofrimento psíquico, é necessário que as diferentes esferas de opressão sejam levadas em consideração, as quais não podem ser compreendidas de forma isolada. Kilomba (2019) argumenta que “a ciência reproduz relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar” (p. 53/54), denotando que pode haver um certo fetiche em controlar o que o sujeito negro tem a dizer e o que é considerado válido. Deste modo, desvelar certas verdades pode ser incômodo para quem deseja manter as estruturas de poder e dominação, que tem como peça-chave a ocultação de determinadas verdades e a manipulação dos fatos. Assim, ao ingressar na universidade, as mulheres negras subvertem completamente o imaginário racista sobre elas, construindo uma trajetória intelectual, mas não sem questionamentos e invalidações sobre suas competências.

De acordo com Santos (2020), o relato mais recorrente entre todas as estudantes de sua pesquisa é o da dificuldade em ser uma mulher negra e pobre frequentando uma universidade pública, um espaço que parece não ter sido projetado para elas. Assim como na investigação de Silva (2022), em que estudantes de sua pesquisa relatam sensação de solidão e não-pertencimento ao ambiente universitário, com impactos diretos em sua saúde mental, nas entrevistas de Santos (2020) as estudantes também relatam o sentimento de inadequação, sentindo-se estranhas e intrusas na universidade, em que falar de assuntos como raça e gênero parece gerar grande incômodo. Para a autora (Santos, 2020),

[...] a sensação de não pertencimento a espaço que por muito tempo foram refutados a nós negros é mais uma expressão das retaliações do racismo e uma tentativa de abalar a nossa saúde mental através do sentimento de exclusão social e discriminação. (p. 156)

Portanto, há de haver esforços institucionais para que as populações ingressantes por meio da política de cotas sintam-se legitimamente pertencentes a este espaço. Apesar da política de cotas, a permanência ainda é muito difícil, em que as políticas de permanência não contemplam a todos, impactadas pelos investimentos limitados do governo federal, o que também foi apontado na pesquisa de Silva (2022). A pesquisadora (Santos, 2020) aponta que, ainda que a universidade seja pública e gratuita, existem diversos custos para frequentá-la, como despesas com alimentação, transporte e materiais de estudos, além do tempo disponível, dado que as disciplinas obrigatórias do curso das interlocutoras ocorrem no turno da tarde, impossibilitando que as alunas trabalhem e exigindo dedicação exclusiva à vida acadêmica, que acabam por depender de bolsas e auxílios financeiros da universidade. A autora aponta que as estudantes enfrentam conflitos na administração das tarefas da vida acadêmica e pessoal, bem como a intensidade das rotinas que envolvem universidade e trabalho, o que pode ser relacionado às questões de gênero. De acordo com a autora (Santos, 2020):

O desgaste físico e mental, proveniente da condição de classe econômica impacta na formação acadêmica e na maneira como as discentes vivenciam a universidade, influenciando no seu rendimento, no acúmulo do conhecimento e na produtividade dentro e fora de aula. A cobrança pela formação, os anos seguidos na universidade, o desejo da mudança de vida através dos estudos, tudo isso constitui uma intensa pressão psicológica e social sobre as estudantes. (p. 155)

As estudantes relatam, neste sentido, a oposição e omissão da universidade diante das demandas da população negra e a burocratização dos programas de assistência e permanência estudantil aos alunos negros, gerando a constante necessidade de luta, o que mostra que não há silêncio e resignação por parte da população negra, mas sim resistência contra as opressões, como sempre houve na história desse país, mas não sem o impacto dos traumas sociais advindos da violência racista.

Um resultado alarmante trazido pela pesquisadora (Santos, 2020), é que doze das treze alunas entrevistadas afirma que a questão de classe chega a ser mais expressiva que a questão racial na trajetória acadêmica, com manifestações em sua saúde mental de diversas formas, fator que também foi trazido na pesquisa de Barros e Peixoto (2023), em que estudantes negros relatam problemas financeiros como empecilho principal à permanência acadêmica. Como já vimos, há uma relação direta no Brasil, por conta de sua historicidade, entre raça e classe, em que a pobreza é atrelada à população negra, que foi propositalmente marginalizada³, interferindo em seu acesso aos direitos básicos garantidos na Constituição

³ De acordo com dados do IBGE, no estudo sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (2022), 18,6% da população branca estava na linha de pobreza em 2021, contra quase o dobro entre a população negra

Federal de 1988: saúde, educação, lazer, moradia, segurança, trabalho e previdência social. Para a autora (Santos, 2020), é de suma importância que haja articulação entre a realidade social enfrentada pela população negra e a temática da saúde mental, dada a sua inter-relação.

No entanto, de acordo com Santos (2020), é provável que a percepção das estudantes sobre a opressão de classe ser maior do que a de raça tenha relação com os debates realizados no curso de Serviço Social, em que são discutidas as relações de classe sob a teoria marxista, influenciando, assim, na percepção de suas próprias vivências. A pesquisadora (Santos, 2020) aponta que é mais difícil identificar suas vivências com relação à racialização por conta do silenciamento acerca da história e ancestralidade negras promovido no Brasil, em que “nascer negra/o não é o suficiente para entender sobre raça e racismo” (p. 154), como também foi apontado por Silva (2022), sobre ser negra mas não ter referências para assumir a identidade negra antes de entrar em contato com ferramentas que a conferiram consciência racial.

Portanto, ter consciência racial é importante não apenas para nomear suas vivências, compreendendo e nomeando como racismo o que antes entendia ser um problema individual, mas também contribui para o fortalecimento estético, político e intelectual do povo negro, o que interfere em sua saúde mental pela forma como enxerga a si próprio e suas vivências. Daí a importância de que a universidade fomente a história e cultura negras como uma forma de estímulo ao pertencimento e acolhimento da população negra. Da mesma maneira, é importante que os brancos tenham letramento racial para compreender a história do povo negro e, assim, adquiram posturas antirracistas. Afinal, o racismo não é um problema dos negros se são os brancos que o praticam. A pesquisadora cita Lelia Gonzalez (2000 *apud* Santos, 2020) que argumenta que só teremos uma verdadeira democracia racial quando a questão racial for assumida por todos no nosso país, negros e brancos, quebrando com o silenciamento que naturaliza as desigualdades, no mesmo sentido adotado por Silva (2022), que aborda a importância de toda a comunidade acadêmica adotar uma postura antirracista para combater as discriminações no ambiente universitário e, assim, promover a saúde mental da população negra neste ambiente.

Neste sentido, Santos (2020) aponta para o fato de que a maioria das estudantes relata ter adquirido consciência sobre sua identidade racial (e também questões de gênero e classe)

(34,5% entre os pretos e 38,4% entre os pardos), que enfrenta maiores níveis de desocupação, subutilização e informalidade no mundo do trabalho, contra menor ocupação de cargos gerenciais e menor rendimento médio, mesmo sendo a maioria dos trabalhadores do país. As desigualdades reproduzem-se também na Universidade: em 2020, a maior taxa de matrículas de pessoas negras estava nos cursos de Pedagogia e Enfermagem, enquanto que a menor estava no curso de Medicina, que possuía apenas 3,2% de matriculados pretos e 21,8% pardos. Mesmo entre os que têm ensino superior completo, os dados mostram que pessoas brancas ganham em média 50% mais que as pessoas pretas (IBGE, 2022).

na universidade, a partir de disciplinas optativas e do contato com movimentos sociais. A pesquisadora observa a discrepância entre a percepção das estudantes dos primeiros semestres e aquelas que estavam nos últimos semestres, em que as primeiras não mencionavam o racismo em seus relatos explícitos de discriminação racial, enquanto as segundas afirmavam ter adquirido um robusto conhecimento de gênero, classe e raça ao longo da trajetória universitária (Santos, 2020). Ainda assim, no relato das entrevistadas, elas apontam que, mesmo que o curso de Serviço Social seja composto majoritariamente por mulheres negras e tenha o ideal de ser mais progressista, os assuntos sobre raça e gênero não são aprofundados, em que as estudantes ainda enfrentam dificuldades para falar sobre (Santos, 2020). Podemos pensar aqui, na realidade de cursos das áreas exatas ou de maior prestígio social, conforme foi retratado na pesquisa de Barros e Peixoto (2023), em que os estudantes têm ainda menos contato com temáticas de raça, classe e gênero na grade curricular de seus cursos, com professores supostamente mais rígidos.

Santos (2020) afirma que situações de discriminação racial impactam ainda mais em suas vivências e geram tristeza, desconforto, dor e sofrimento psíquico, com sintomas de piora em sua saúde mental. Algumas estudantes entrevistadas relatam já terem sofrido situações de racismo no curso com os colegas, transitando entre os outros campi da universidade, e principalmente com professores, em que algumas relatam inclusive terem abandonado disciplinas obrigatórias com esses docentes, pois situações de racismo e abuso de poder estavam comprometendo sua saúde mental. Elas relatam que, para além das falas racistas, os professores tentavam colocá-las *no seu lugar de aluna, e de aluna negra*, como se isso fosse sinônimo de desqualificá-la.

Segundo Grada Kilomba (2019), esse é um processo em que corpos negros são considerados *fora do lugar* na universidade, construídos como impróprios, corpos não pertencentes, enquanto corpos brancos são considerados pertencentes, estão *em casa*. Kilomba (2019) nos aponta que esse fenômeno nada mais é do que a manutenção do poder da branquitude, que entra em ação para silenciar vozes negras, com o intuito de manter sua posição de dominação. Isso revela “a inadequação do academicismo dominante em relacionar-se não apenas com sujeitos marginalizados, mas também com suas experiências, discursos e teorizações” (Kilomba, 2019, p. 58). Desta forma, a problemática da discriminação racial impacta a vivência acadêmica e a vida pessoal destas estudantes de diversas formas, refletindo em sua saúde mental e gerando, por vezes, situações de adoecimento psíquico.

A pesquisa de Santos (2020) lança luz sobre como o racismo interfere no modo como pessoas negras enxergam a si próprias, com impactos em sua saúde mental. Ao se tratar do ambiente universitário, o racismo institucional pode atuar de diversas maneiras, interferindo na trajetória acadêmica de estudantes negros que, ainda que adquiram na universidade arcabouço teórico e político que serve como ferramenta para enfrentar o racismo no cotidiano, vivenciam situações direta e indiretamente violentas que podem gerar adoecimento psíquico e dificultar sua permanência na universidade, já fragilizada por outros motivos. As narrativas apresentadas neste trabalho nos mostram como o racismo, atrelado à condição de classe e gênero, impacta a vivência universitária de estudantes negros, sobretudo mulheres negras, relacionando-se com a piora da saúde mental desta parcela de alunas. Deste modo, para a autora, é importante aprofundar a discussão sobre raça e saúde mental na universidade, em articulação à opressão de gênero, para que sejam pensadas estratégias institucionais de enfrentamento ao racismo e acolhimento efetivo às estudantes negras.

5.4 DA DOR À FORÇA: UM ESTUDO PSICANALÍTICO SOBRE O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS COTISTAS NA UFMG E SEUS MODOS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO (BRITO, 2024)

O trabalho intitulado “Da dor à força: um estudo psicanalítico sobre o ingresso e a permanência de estudantes negros cotistas na UFMG e seus modos de enfrentamento ao racismo” trata-se de uma Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na área de concentração de Estudos Psicanalíticos, pela pesquisadora Késsia Daniele de Brito, em 2024, na cidade de Belo Horizonte/MG. Neste trabalho, a investigação parte da discussão sobre o ingresso e permanência de alunos negros ingressantes por meio da política de ações afirmativas na UFMG, buscando identificar como o ambiente acadêmico afeta a saúde mental destes estudantes. Seu estudo se dá sobre uma perspectiva psicanalítica, como forma de compreender como o racismo afeta a constituição psíquica do sujeito negro. A autora mobiliza, igualmente, explicações que partem da construção histórica e estrutural do racismo, que muitas vezes é ignorada como forma de justificar e naturalizar a discriminação e as desvantagens sociais conferidas às pessoas negras, conforme também foi observado na pesquisa de Santos (2020). Em seu trabalho, a autora escreve dois artigos, sendo o primeiro deles de cunho teórico sobre a situação histórica da questão racial no Brasil, iniciando pelo período da escravidão, passando pelo início das cotas raciais, até os desafios enfrentados pelos estudantes negros atualmente.

Já no segundo artigo, de interesse para a temática de nossa pesquisa, Brito (2024) procura reconhecer as estratégias coletivas e subjetivas adotadas por estudantes negros cotistas para o enfrentamento do racismo no ambiente universitário, buscando relatos de histórias de vida que exprimem a identidade e realidade coletivas vivenciadas no ensino superior. Utilizando a metodologia da *escrevivência*, a autora articula o relato dos estudantes à autores como Grada Kilomba (debates raciais), Conceição Evaristo (literatura) e Jacques Rancière (psicanálise), à teoria da interseccionalidade e uma ótica decolonial. Este artigo faz parte de uma pesquisa maior financiada pelo CNPq e intitulada *Impacto das políticas de ação afirmativa na saúde mental de estudantes cotistas negres de ensino superior* (2021), do projeto *Leituras e intervenções psicanalíticas sobre o mal-estar colonial*, em colaboração com outros autores e pesquisadores à nível nacional, de seis universidades brasileiras. Como metodologia, os pesquisadores de cada universidade promoveram, em seus espaços, “conversações psicanalíticas” (p. 36) presencialmente com estudantes negros cotistas, que consistiu em uma série de encontros em grupo. Ao final deste momento, os estudantes foram convidados a elaborar textos no formato de *escrevivências*.

No estudo de Brito (2024), foram analisadas somente as *escrevivências* produzidas com estudantes da UFMG, realizadas no ano de 2022 e coordenadas por duas psicólogas e psicanalistas negras. De acordo com a autora, a conversação é uma técnica psicanalítica de associação livre sobre determinada temática proposta, em que o que um sujeito diz evoca nos demais. Foram realizados cinco encontros com sete estudantes, com a chamada “Quem pode falar na universidade?”, embasada no livro *Memórias da Plantação*, de Grada Kilomba (2019). A partir do terceiro encontro das conversações, quatro estudantes, dois homens e duas mulheres, aceitaram o desafio de produzir textos no gênero literário que preferissem, no formato de *escrevivências*, termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo. Para Evaristo (2020), “*escrevivência é uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera*” (p. 35 *apud* Brito, 2024). Brito (2024) afirma que, se antes a mulher negra não podia nem ter voz, como também nos apresentou Santos (2020), hoje em dia pode inclusive ter a letra e a escrita, contando sua própria história a partir de suas lentes de mundo, que outrora foi apagada e silenciada. Brito (2024) afirma que a população negra não é herdeira somente da dor e do sofrimento advindos da colonização e da escravidão, mas também de intelectuais brilhantes que ajudaram a construir civilizações inteiras, e, portanto, podem falar, estudar e pesquisar sobre qualquer coisa.

Podemos fazer analogia das *escrevivências* ao método das *entrevistas narrativas biográficas*, adotado por Grada Kilomba (2019), em que o sujeito pode compartilhar suas

experiências a partir de suas próprias percepções. De acordo com a autora (Kilomba, 2019), se os grupos marginalizados devem ser reconhecidos como sujeitos, também devem o ser dentro de processos acadêmicos de pesquisa, isto porque “o sujeito oprimido não pode falar porque as estruturas de opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporciona um espaço para a articulação das mesmas” (Kilomba, 2019, p. 47). Daí a importância em realizar pesquisas em que os sujeitos subalternizados tenham o direito de falar e serem ouvidos, bem como serem autores de suas próprias pesquisas, como acontece na pesquisa de Brito (2024).

O método da *escrevivência* foi escolhido por seu potencial de retornar afetos e cicatrizes provocadas pelo racismo que nem sempre foram nomeadas ou localizadas (Brito, 2024). As análises de Brito (2024) tomaram a noção de angústia como elemento central, que é compreendida pela teoria psicanalítica como um afeto, não como um sintoma. Para a pesquisadora, os estudantes negros *lançam mão de alguns recursos subjetivos inconscientes como resposta ao racismo estrutural* (p. 50), testemunhados nas *escrevivências*. Esses recursos advêm dos conflitos internos, que surgem quando um aluno negro e pobre, já tendo normalizado sua condição anterior, percebe, ao adentrar na universidade, que existem outras realidades para além daquilo que estava acostumado, com acessos, direitos e privilégios que não foram projetadas para pessoas como ele, mas que ele passa a vislumbrar para si, sendo um processo de avanço irreversível (Brito, 2024).

Em uma das *escrevivências*, o estudante relata fortemente questões de classe, como já foi observado nas pesquisas de Santos (2020) e Barros e Peixoto (2023). Essa *escrevivência* narra o trajeto do ônibus no retorno da universidade, em que são confrontadas realidades distintas: o estudante e o trabalhador, quem só estuda e quem só trabalha, o universitário rico que viaja para o exterior e o universitário pobre que precisa contar o dinheiro da bolsa para se alimentar e pagar a passagem, para além de gastar duas horas de deslocamento até a universidade. O estudante relata a raiva e a revolta que o acomete, no que a autora (Brito, 2024) chama de *agressividade reativa* em relação às opressões vividas, em que, por vezes, sequer é possível nomear aquilo que sente ou reconhecer as violências vividas, como no processo de *embarreamento pelo discurso de não saber sobre si* que também nos apontou a pesquisa de Silva (2022).

Na *escrevivência* de outra estudante, ela relata que teve que trabalhar em um *call center* para pagar o cursinho pré-vestibular, passando por humilhações que deterioraram a sua saúde mental, nos mostrando como a saúde mental da população negra é afetada sobretudo por questões sociais, o que já inicia muito antes do ingresso na universidade. No entanto, ela

narra como foi satisfatório ter acesso a conhecimentos que ela não teve durante o seu percurso escolar público, demonstrando a negligência do Estado em fornecer uma educação de qualidade e emancipatória, como também foi abordado na pesquisa de Silva (2022) sobre os efeitos da precarização das escolas públicas à população negra. Depois disso, a estudante diz que se sente muito bem em estar em uma das melhores universidades do país, ainda que tenha que enfrentar muitas batalhas por ser uma mulher negra e de origem pobre em um espaço que não foi projetado para ela, exatamente o mesmo relato das estudantes da pesquisa de Santos (2020). A estudante adiciona, ainda, que toda essa conjuntura a faz ter ainda mais vontade de estudar, por compreender que *essa é uma das melhores saídas para os seus problemas*. Aí, percebemos, também, como a cobrança por produtividade pode ser maior para alunos negros, que se vêem obrigados a dar o seu melhor, ainda que com mais dificuldades, para honrar a vaga conquistada, tendo que “provar” que é merecedor de estar ali, já que não é um lugar garantido *a priori* à população negra. Isso pode ser um fator de grande impacto na saúde mental de alunos negros, que muitas vezes podem ultrapassar os seus limites sem, no entanto, sentirem-se no direito de buscar ajuda ou atendimento psicológico, indo de encontro ao dado do Boletim Gema que afirma que a maior parte dos estudantes negros nunca foi a uma consulta com um psicólogo.

Para a autora (Brito, 2024), um dos efeitos das cotas foi trazer para o espaço da universidade realidades muito diversas em termos de raça, classe e gênero, que passaram a frequentar um ambiente que antes possuía certa homogeneidade. No entanto, as diferenças permanecem ante a diversidade, perpetuadas pelos pactos narcísicos da branquitude (Bento, 2002), com a manutenção dos privilégios brancos e a demasiada luta das populações dissidentes para se manter nesse espaço. A autora cita, também, a ausência de professores negros, bem como a falta de preparo dos professores brancos para lidar com as demandas dos alunos negros, como gatilhos de mal-estar e adoecimento, como também foi relatado na pesquisa de Santos (2020).

Em outra escrivência, há, no relato do estudante, uma forte postura afirmativa com relação à negritude, a valorização da ancestralidade negra e de uma cultura afrocentrada. Segundo a autora (Brito, 2024), neste sentido, “a construção do enfrentamento ao racismo institucional se dá pela positivação da experiência de ser negro” (p. 44), em que o contato com os *seus* – amigos e colegas negros – fornece sentimento de pertença e ferramentas para fugir do ideal alienante imposto pela branquitude, a partir da identificação com os signos da negritude. A autora cita Frantz Fanon (2020), em que a *zona do não ser* aparece solucionada pelo resgate da cultura centrada no sujeito negro, não aceitando aquilo que o exterior impôs

sobre ele: o embranquecimento. Este relato nos mostra que apoiar-se na positivação da negritude gera acolhimento ao estudante negro, pois rompe com uma lógica violenta ao criar modos de resistência que se opõem à sensação de não pertencimento e inferiorização intelectual. Esse pode ser um mecanismo de preservação da saúde mental da pessoa negra, que passa a criar ferramentas cognitivas para discernir a verdade sobre si, sabendo que ela não é aquilo que as práticas racistas a impõem de diversas maneiras. O estudante autor desta escrivência afirma que não quer ser como os brancos, pois reconhece quem é, de onde veio e não abre mão disso (Brito, 2024).

No entanto, pode ser um processo dubio, ao mesmo tempo em que, ao adquirir tais ferramentas, identificar e nomear o racismo cotidiano pode ser mais simples e frequente, podendo gerar um maior sofrimento. Neste sentido, considerando que a universidade pode ser extremamente violenta para com as pessoas negras, mas também acaba sendo fonte de conhecimento sobre si mesmo, os estudantes podem sofrer a “[...] *dualidade da vivência de um lugar que é tão poderoso quanto alienante quase que na mesma medida*”. Aqui, identificamos um dos paradoxos enfrentados por alunos negros no ensino superior. Ele continua: [...] *Mas eu não sei, tento procurar alternativas que sejam menos angustiantes*” (relato do estudante da pesquisa de Brito, 2024, p. 45). A universidade como um espaço de construção da identidade negra também foi mobilizada nas pesquisas de Santos (2020) e Silva (2022). Brito (2024) afirma que esse processo de reconhecimento racial não trata somente sobre si mesmo, mas também do significado coletivo do que é ser uma pessoa negra no Brasil.

Neste sentido, a autora aponta que há dois caminhos possíveis para um estudante negro evitar o adoecimento dentro da universidade (Brito, 2024):

1. A tentativa de passar sem ser notado, com foco apenas em conquistar o seu diploma, não se engajando nas atividades relacionadas à consciência racial, evitando conflitos e fugindo do desgaste emocional gerado pelo enfrentamento direto às diversas formas de manifestação do racismo na universidade, postura também legítima para a autopreservação em um ambiente que pode ser hostil à sua existência;
2. Abraçar a causa com todas as suas forças, participando de coletivos, realizando leituras acerca do debate racial de maneira a munir-se intelectualmente, levantando discussões e enfrentando diretamente o racismo na universidade, admitindo a força coletiva da luta antirracista.

No entanto, segundo Brito (2024), estes últimos assumem um maior risco de adoecimento psíquico, pois a luta é longa e nesta postura assume-se *estar sempre pronto para*

a batalha (p. 57). Muitos estudantes da pesquisa repetiram que *falar sobre racismo cansa* (p. 58), reconhecendo a importância das batalhas, mas assumindo que a batalha constante pode causar adoecimento. Assim, asseguram-se o direito de escolha sobre lutar ativamente ou não, em que “para não adoecer é preciso se reconhecer, saber dos seus limites, escutar sua própria voz, e decidir, dessa forma, quando falar e quando silenciar” (p. 58).

Na investigação de Brito (2024), desde o primeiro encontro, a pesquisadora se deu conta de que todos do grupo tinham consciência racial, com reflexões profundas sobre as dificuldades de sua vivência na universidade, compreendendo aquele espaço como uma oportunidade de falar sobre aquilo que os angustiava, dado que não tinham voz em outros espaços. Segundo a autora, a tentativa de silenciamento e apagamento dos estudantes negros neste espaço advém do incômodo gerado pela presença de vozes negras na universidade. O debate, neste sentido, abre caminhos para conquistas ainda maiores no interior de cada instituição de ensino superior, e, posteriormente, à nível nacional.

Neste sentido, a pesquisadora identifica, nas escrituras, relatos testemunhais que representam mecanismos de resistência e enfrentamento ao racismo institucional que podem dar pistas à construção de políticas públicas que favoreçam a permanência qualificada dos estudantes negros no ensino superior. Brito (2024) afirma que “nosso esforço antirracista nesta investigação, na luta contra toda forma de opressão que adocece, é a de extrair elementos que possam colaborar com seu combate no cotidiano institucional” (p. 45). Estudos como esse são importantes pois, como a própria pesquisadora afirmou, “a entrada de uma pessoa preta em uma universidade é permeada por uma diversidade de conflitos psíquicos, sociais e materiais, especialmente se esta pessoa vier de uma classe social mais baixa” (p. 56), dado que o sistema não prepara pessoas negras para o ensino superior, mas sim para serem trabalhadores subalternizados, sempre lutando para sobreviver em meio às injustiças. Desta forma, as ações afirmativas de nível superior devem planejar incluir de forma legítima e qualificada estes estudantes, sem negar sua história e cultura, e, principalmente, sem gerar adoecimento psíquico, o que pode ser feito com estratégias para combater veementemente o racismo institucional em cada universidade deste país, colaborando com a luta contra o racismo estrutural do Brasil.

5.5 O RACISMO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE E CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DE ESTUDANTES NEGROS: UM ESTUDO MISTO (GUERRA ET AL., 2024)

O trabalho intitulado “O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto” trata-se de um artigo publicado em 2024 pela

revista *Ciência & Saúde Coletiva*, editada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), da área das Ciências da Saúde. Cabe ressaltar o alcance dessa revista, em que o artigo já possui 13 citações até o momento final de nossa pesquisa, apontando para a relevância e urgência desse tipo de publicação. A pesquisa é de autoria de Nathalia Ester Martins Guerra e outras seis pessoas, a maior parte da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da cidade de São Carlos (SP), e da área da Enfermagem. Dentre eles, somente dois são homens e, por isso, optamos por adotar o feminino ao se referir aos autores desta pesquisa, utilizando “as autoras” ou “as pesquisadoras”, visto que são em número majoritário. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar. O objetivo do trabalho, em diálogo com os já analisados até aqui, é compreender como o racismo institucional afeta a experiência acadêmica de estudantes negros. Para as autoras, vivenciar situações racistas na universidade diminui a autoconfiança e a motivação estudantil, afetando a saúde mental e o desempenho no curso. Cabe destacar que a equipe de pesquisa disponibilizou o telefone de duas pesquisadoras para que os estudantes entrassem em contato caso desejassem ser encaminhados para o serviço de apoio à saúde da universidade ou para um projeto de acolhimento à alunos negros, em que dois estudantes realizaram esse contato.

As autoras afirmam que, ao ingressar na universidade, estudantes negros podem enfrentar problemas de adaptação a este ambiente, podendo resultar em sintomas que afetam a sua saúde psicológica, fenômeno ainda mais intenso quando se fala da população negra, exposta constantemente à marginalização social desde a tenra idade, conforme já mencionamos em nossa pesquisa e nos outros trabalhos analisados. Neste sentido, a postura de seus pares, professores e outros setores da universidade torna-se decisiva no processo de adaptação destes estudantes na universidade, que, se não acolhidos adequadamente, podem desenvolver problemas emocionais. As autoras apontam que, geralmente, os estudantes negros já ingressam na universidade com problemas de saúde mental, com maiores taxas de depressão e problemas que tiveram origem na vivência externa à universidade, associada ao racismo em diferentes fases de sua vida, sobretudo na infância e adolescência (Guerra *et al.*, 2024), como já foi apontado nesta pesquisa.

A pesquisa tratou-se de um estudo misto, de abordagem quanti-qualitativa, analítico e exploratório. Foram aplicados questionários online a uma amostra por conveniência de 125 estudantes de graduação da UFSCar que se autodeclararam negros, correspondente à 4,37% dos alunos autodeclarados negros desta Universidade. A coleta de dados foi realizada no auge da pandemia de COVID-19, entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021, em que se ressaltavam as

desigualdades enfrentadas pelos estudantes negros e outros grupos vulnerabilizados (Guerra *et al.*, 2024). As perguntas do questionário, que foi autoaplicado, versavam sobre variáveis sociodemográficas e dados sobre a situação de ingresso e permanência na universidade, além de cinco perguntas abertas sobre ter vivenciado ou presenciado o racismo na universidade, bem como os meios de contato com a temática racial na universidade, as situações de racismo vividas neste espaço, seus impactos na vida acadêmica, as estratégias de enfrentamento, e possíveis sugestões de combate ao racismo na universidade. Os dados quantitativos foram analisados posteriormente por estatística descritiva, por meio de programas e *softwares* estatísticos. Já as respostas qualitativas foram reunidas e processadas com o *software* IRAMUTEQ.

Dentre o perfil da amostra, 57,6% se declarou preta, a maioria (72,4%) dos respondentes foram mulheres e 63,1% ingressaram no ensino superior por meio da política de ações afirmativas. As autoras utilizam, também, a abordagem interseccional para realizar a articulação entre raça e gênero na universidade. Entre os dados, não houve prevalência de renda ou de área do conhecimento do curso de graduação. No entanto, um dos estudantes relatou ter escutado de um colega: “*Sabe por que você é pobre? Porque sua raça trabalhou 300 anos para a minha?*” (relato de estudante da pesquisa de Guerra *et al.*, 2024), numa explícita demonstração de racismo e desconhecimento acerca da história do Brasil, em que brancos exploraram, usurparam e se apropriaram dos corpos e riquezas das pessoas negras ao longo de três séculos.

Acerca da situação na universidade, mais da metade (54,4%) já reprovou em alguma disciplina (Guerra *et al.*, 2024), demonstrando dificuldades na permanência, como também foi abordado na pesquisa de Santos (2020), em que estudantes relatam ter reprovado em disciplinas com professores racistas. O próprio dado, apresentado mais abaixo, que demonstra que a maioria dos estudantes que já presenciaram o racismo também já reprovaram em alguma disciplina, pode explicar a relação entre a percepção do racismo e a reprovação em disciplinas.

Sobre ter vivenciado ou presenciado o racismo, 54,4% dos estudantes afirmaram já ter sofrido racismo ao menos uma vez na universidade, enquanto 59,2% afirmaram já ter presenciado o racismo ao menos uma vez neste espaço. 45,6% deles afirmou nunca ter sofrido racismo dentro da universidade e 40,3% relatou nunca ter presenciado racismo dentro da universidade (Guerra *et al.*, 2024). Tal dado pode ser explicado, como já vimos nas análises das outras pesquisas, pela consciência racial dos estudantes que participaram da pesquisa, que interfere na percepção e identificação sobre o racismo sofrido por si ou por seus pares. Isto

porque, entre os estudantes negros que relatam nunca ter sofrido ou presenciado o racismo, não necessariamente nunca sofreram ou presenciaram, mas sim, muitas vezes, não possuem ferramentas analíticas para identificá-lo, justificando as violências vividas enquanto problemas individuais.

Entre os estudantes que afirmaram já ter sofrido racismo na universidade, a maioria foi do curso das áreas das Exatas (41,1%). Assim como nos apresentou a pesquisa de Barros e Peixoto (2023), estudantes negros sofrem mais nos cursos de maior prestígio social ou das áreas Exatas, por conta das diferenças acentuadas com relação aos conhecimentos prévios e ao perfil dos alunos desses cursos. Entre os que presenciaram racismo, a maioria foi de cursos das áreas das Humanidades (40,8%) (Guerra *et al.*, 2024), que, por sua vez, podem contribuir para gerar ferramentas de identificação e combate ao racismo, como um maior letramento racial e militância negra, explicando o dado.

A maioria dos que afirmaram já ter sofrido racismo foram os estudantes autodeclarados pardos (57,9%), que ingressaram por cotas (53,6%), enquanto que a maioria dos que afirmou já ter presenciado o racismo foram os estudantes autodeclarados pretos (68,3%), que ingressaram por cotas (62%) e que já reprovaram em alguma disciplina (63,5%) (Guerra *et al.*, 2024). A pesquisa aponta, portanto, que estudantes autodeclarados pardos relatam sofrer mais racismo que estudantes autodeclarados pretos, enquanto que estudantes autodeclarados pretos presenciam mais o racismo com outras pessoas. Isto pode ser explicado pela reprodução de uma sociedade em que os homens pardos sofrem mais com relação às violências e desigualdades que acometem pessoas negras, em que, de acordo com dados do IBGE, a taxa de homicídio no Brasil a cada 100 mil habitantes é maior entre os homens pardos (64,3 mortes), seguida pelos homens pretos (41,4 mortes) e homens brancos (21,2 mortes) (IBGE, 2022). Outra alternativa que explique esse dado, para as autoras (Guerra *et al.*, 2024), é que, ao entrar na Universidade, uma pessoa parda percebe mais acentuadas as diferenças raciais do que em seu meio externo, sendo possível *perceber-se negro* em um espaço majoritariamente branco.

Em relação à quem cometeu o racismo, os estudantes relatam que foi majoritariamente cometido por outros estudantes (44,8%), seguido de professores (28,8%), pessoas terceirizadas e técnicos administrativos. Entre os que presenciaram, 83,8% deles relataram que foi por parte de outros estudantes, enquanto que 56,8% de docentes (Guerra *et al.*, 2024). Isto nos mostra como a falta de consciência racial acomete os demais estudantes, em que é necessário o fomento de debates e disciplinas acerca da questão racial para que o racismo não seja normalizado entre a comunidade acadêmica. Há de haver esforços para compreender que

a universidade não possui mais um mesmo perfil homogêneo, mas sim que deve não somente respeitar, como também aprender com as ricas diversidades existentes neste espaço.

As pesquisadoras realizaram uma classificação hierárquica descendente com os dados qualitativos, organizando a prevalência das palavras, formas e vocabulários que mais apareceram nas respostas abertas por meio da divisão entre quatro classes diferentes.

A Classe 1 corresponde aos **locais de proteção contra o racismo dentro da universidade**. Essa classe corresponde a 17,62% do total analisado e agrupa relatos que contém palavras como *grupo, movimento e coletivo* (Guerra *et al.*, 2024). Os estudantes da pesquisa relatam que esses espaços de luta contra o racismo dentro da universidade geralmente não são institucionais, em que Núcleos de Estudos e Coletivos Estudantis cumprem a tarefa de *munir* intelectualmente os estudantes e assumem o papel do enfrentamento ao racismo e outras formas de preconceito dentro da universidade. Um exemplo são os NEAB's (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), atuantes em diversas Universidades públicas brasileiras, que resultam em maior presença de pesquisas sobre a temática das relações raciais. Além disso, as autoras apontam que os coletivos negros dentro da universidade funcionam como forma de organização e formação política dos estudantes negros, bem como de acompanhamento das políticas de cotas e apoio na vida acadêmica. Seu modo de organização, inspirado no feminismo negro, é baseado na horizontalidade, fomentando discussões políticas e intelectuais com um ideal emancipatório da população negra (Guerra *et al.*, 2024). Desta forma, os estudantes declararam a importância dos coletivos negros para o acolhimento e pertencimento dentro da universidade, sendo eles mesmos aqueles que preocupam-se com o cuidado da saúde mental da população negra universitária, dada a escassez de ações institucionais voltadas a esse fim. Assim, segundo as autoras, é necessário que tais coletivos sejam reconhecidos como de extrema relevância para a trajetória estudantil dos estudantes negros na universidade.

A Classe 2 corresponde à **ausência de discussões sobre questões raciais na universidade**, conforme já abordamos mais acima. Essa classe corresponde a 38,57% do total analisado e agrupa palavras como *discussão, disciplina e aula* (Guerra *et al.*, 2024). Os estudantes relatam que são raras as discussões acerca da questão racial dentro da universidade e, quando aparecem, são em disciplinas específicas. Assim como demonstrou Santos (2020), em que as estudantes de sua pesquisa relatam dificuldades para falar sobre raça e gênero dentro da sala de aula, a pesquisa de Guerra *et al.* (2024) demonstra que os estudantes sentem-se constrangidos ao falar de raça ou racismo em espaços nos quais não estão somente entre os *seus*, descrevendo situações de retaliação e desconforto ocorrido quando o fizeram

que os inibe a falar sobre questões raciais em outros espaços, perto de qualquer colega ou discente. Desta forma, percebemos como é grave o problema: além de não gerar espaços de discussão dentro da universidade, a comunidade acadêmica acaba por reprimir os estudantes que buscam instaurar certos debates, muito importantes para o avanço acadêmico de toda a comunidade universitária, não apenas de um grupo. Uma estudante, inclusive, relatou receber olhares de estranhamento e comentários irônicos em várias disciplinas quando abordou a questão da solidão da mulher negra (Guerra *et al.*, 2024). Neste sentido, reprimir esses debates é uma forma de opressão aos estudantes negros, demonstrando que sua presença não é bem vinda, dado que, junto com a presença, vêm também suas pautas, demandas e reivindicações. Essa opressão é instaurada como modo de perpetuar a cultura dominante na universidade, através dos pactos da branquitude neste espaço (Bento, 2002). Os estudantes relatam que, quando discussões são feitas, são muito rasas e faltam referências robustas sobre a temática, correndo o risco de cair no senso comum, que geralmente reproduz ideais racistas. Neste sentido, referências negras surgem apenas a partir dos coletivos negros dentro da universidade, ou então em algumas disciplinas optativas, oferecidas pelos poucos docentes que estudam a questão racial. Além disso, cabe apontar que a falta de referências negras também impacta na saúde mental dos estudantes negros, que não se vêem representados nas formas de conhecimento dito científico, que muitas vezes desconsideram suas contribuições.

A Classe 3 corresponde às **decorrências de situações racistas dentro da universidade**. Essa classe corresponde a 15,71% do total analisado e agrupa relatos que contém as palavras *nota, matéria, passar, conseguir e duvidar* (Guerra *et al.*, 2024). Os relatos mostram que vivenciar situações racistas na universidade gera marcas profundas na trajetória dos estudantes negros, que têm sua motivação e autoconfiança abaladas, afetando sua saúde mental e desempenho no curso. Neste sentido, a pesquisa de Silva (2022) também mostrou que os estudantes negros têm sua autoestima e autoconfiança abaladas por sentirem-se insuficientes em seus cursos, perante seus colegas e professores, o que pode gerar quadros de ansiedade e sofrimento psíquico. Na pesquisa de Guerra *et al.* (2024), uma estudante relata já ter sido muito menosprezada em determinada disciplina, em que duvidaram de sua competência para passar em uma matéria difícil, como se *o seu perfil fosse o da reprovação*, em que isso a fez duvidar de si mesma e questionar se estava no curso certo para ela. Outro estudante relata que *nós, os negros, mesmo sendo bons em algo, nunca somos reconhecidos* (estudante da pesquisa Guerra *et al.*, 2024, p. 07). Outros relatos afirmam que a dúvida externa sobre suas competências inibe o seu desenvolvimento acadêmico, mesmo que sejam bons alunos, em que suas sensações sobre si mesmos acabam por reverberar aquilo que os

magoaram, em um processo de trauma psíquico à violência vivida, assim como a pesquisa de Brito (2024) apontou sobre como o racismo afeta a constituição psíquica do sujeito negro. Esse processo também foi descrito por Kilomba (2019), que fala como o sujeito negro tem sua formação psíquica construída a partir da imagem ilusória que o sujeito branco fez dele, não de sua real constituição, múltipla e diversa. Sabemos que, na academia, é frequente a sensação de que somos insuficientes, sendo que o estímulo dos professores, o apoio dos colegas e o suporte da própria universidade, com orientações pedagógicas, por exemplo, são fundamentais para que o estudante desenvolva confiança em si mesmo e consiga superar as dificuldades presentes em cada etapa de sua formação, que são ainda mais desafiadoras para alunos negros. Outro estudante, com relação à discriminação que viveu, relata: *me fez duvidar de mim mesmo, de toda minha capacidade e, inclusive, se eu servia para executar atividades ou até mesmo continuar na área* (estudante da pesquisa Guerra *et al.*, 2024, p. 07).

Esses relatos são muito graves e demonstram como o racismo afeta diretamente a saúde mental e o desempenho acadêmico dos alunos negros, colocando como urgente a necessidade de ações institucionais que formem seu corpo docente para que, enquanto profissionais da educação, saibam lidar com a diversidade do alunado em sala de aula. Os dados nos mostram que estratégias de combate ao racismo institucional são urgentes no âmbito das universidades públicas. As autoras (Guerra *et al.*, 2024), citando Frantz Fanon, apontam para o risco de que os estudantes negros absorvam a cultura dominante para serem aceitos, buscando o embranquecimento como forma de pertencimento. Assim, vemos como é importante que a universidade valorize as ricas diversidades que circulem nesses espaços. Neste sentido, Kilomba (2019) argumenta que essa prática colonial “define não apenas o que é o conhecimento verdadeiro, mas também em quem acreditar e em quem confiar” (p. 54), sendo necessário questionar-se acerca de quem é o sujeito produtor de conhecimento e para quem ele é direcionado. Se for somente das classes privilegiadas para elas mesmas, temos um impasse epistemológico em contradição com ele próprio, dado que o conhecimento tem que servir à sociedade, que é composta por diversidades. Assim, a produção de conhecimento pelos sujeitos negros encontra central importância na subversão das lógicas coloniais arraigadas na universidade. Ao produzir conhecimento a partir de seu lugar enquanto sujeito considerado subalterno, há uma afirmação de que os saberes produzidos não estão destinados somente à uma parte da sociedade, mas sim que podem abordar os princípios da universalidade em sua verdadeira raiz.

A Classe 4 corresponde às **estratégias de combate ao racismo no meio universitário**. Compreende a 28,09% do total analisado e agrupa as palavras *faculdade*,

universidade, lugar, ambiente, desenvolver, oportunidade (Guerra *et al.*, 2024). Nesta seção, os estudantes dão sugestões sobre estratégias para combater o racismo na universidade, assim como os relatos dos estudantes da pesquisa de Brito (2024) forneceram pistas à construção de políticas públicas para a permanência qualificada dos estudantes negros. Segundo as autoras (Guerra *et al.*, 2024), na Universidade “há uma necessidade de se autodenominar não racista, mas não há o exercício de ser antirracista ou até mesmo de combater o racismo cotidianamente na sua estrutura” (p. 08). Neste sentido, as estratégias apontadas pelos estudantes envolvem:

- ❖ O desenvolvimento de eventos com a temática racial, que fornecesse uma maior integração entre a universidade e os estudantes negros e servisse como momento formativo à toda a comunidade universitária acerca das questões raciais;
- ❖ A criação de instâncias institucionais, como ouvidorias, que acolham denúncias de racismo e promovam resolutividade aos casos, para que isso não fique a cargo somente dos coletivos estudantis;
- ❖ Vagas com psicólogos aptos a lidar com a saúde mental estudantil dos alunos negros. Neste sentido, é necessário que hajam vagas suficientes, pois, conforme Silva (2022) nos apontou, devido à alta demanda e ao número limitado de profissionais, muitos dos estudantes que procuram vagas de atendimento psicológico não chegam a ser atendidos;
- ❖ Capacitação dos professores para desenvolverem mais empatia com a experiência e contexto de vida dos alunos negros, bem como se tornarem aptos a lidar com situações de racismo e outras discriminações em sala de aula;
- ❖ Oferta de disciplinas e oficinas com a temática étnico-racial em diversos cursos, a fim de promover letramento racial à comunidade acadêmica, o que contribui à produção do conhecimento e desenvolvimento de pesquisas acerca da temática, ajudando a diminuir as situações racistas, por meio da aquisição do conhecimento, e promover a valorização da cultura negra no âmbito da universidade.

Os resultados do estudo de Guerra *et al.* (2024), portanto, “contribuem para uma construção antirracista nas universidades públicas brasileiras, que busquem melhorar as condições de vida e saúde para pessoas negras que frequentam o ambiente universitário.” (p. 09), além de servir de suporte para a atuação de núcleos de estudos, coletivos e movimentos negros que contribuam aos vários aspectos que compõem a trajetória acadêmica de estudantes negros, incluindo a saúde mental universitária.

5.6 EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: PERCEPÇÕES, IMPLICAÇÕES E EFEITOS (CAMPOS, 2024)

O trabalho intitulado “Experiências de discriminação racial entre estudantes universitários: percepções, implicações e efeitos” trata-se de uma Dissertação de Mestrado apresentada por Marcos Pires Campos, formado no Curso de Enfermagem, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família da Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral/CE, no ano de 2024. Seu trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla intitulada *A Discriminação Racial e Saúde Mental nas Universidades* (2022), financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Seu objetivo é compreender como a discriminação racial afeta a saúde mental dos estudantes universitários. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), participante da investigação.

A metodologia utilizada foi mista, exploratória e transversal. Em sua etapa quantitativa, foram aplicados questionários com 829 alunos de cinco instituições de ensino superior do norte do Ceará. O questionário continha Informações Sociodemográficas, Questões de Aprofundamento sobre as Experiências de Discriminação Racial, *Escala de Experiências de Discriminação* e *Inventário de Saúde Mental* (Campos, 2024). Os estudantes que relataram duas ou mais experiências de discriminação foram convidados a participar das entrevistas. Na etapa qualitativa, realizou-se 37 entrevistas semiestruturadas para investigar e aprofundar as histórias e contextos trazidos nas experiências relatadas no questionário. 86,5% da amostra foi composta por estudantes da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), e o restante da Universidade Federal do Ceará (UFC), ambas localizadas no município de Sobral/CE, com apenas um estudante de uma universidade privada, a Faculdade Luciano Feijão (FLF), no mesmo município. Mesmo assim, a pesquisa foi considerada por ter grande parte da amostra constituída por estudantes de universidades públicas.

Como os questionários da fase quantitativa foram aplicados também com alunos brancos, que corresponderam a 28% da amostra (829 alunos), e muitas análises não diferenciam os resultados por raça, utilizaremos apenas os dados da fase qualitativa, em que as entrevistas foram realizadas integralmente com alunos negros, com 59,5% de alunos pretos e 40,5% de alunos pardos. Dentre os participantes da amostra total da fase qualitativa (37 alunos), 17 (45,9%) eram mulheres e 20 (54,1%) homens. A pesquisa apresentou, ainda, um recorte etário: a maior parte deles (78,3%) tinha idade entre 18 e 25 anos, em que o autor nos aponta que os jovens são mais vulneráveis aos impactos psicológicos da discriminação racial,

pois ainda não consolidaram estratégias de enfrentamento que pessoas mais velhas podem ter (Campos, 2024). Quanto à renda, a grande maioria (83,7%) recebia até dois salários mínimos, demonstrando, novamente, assim como nas pesquisas de Santos (2020) e Brito (2024), a relação entre as desigualdades raciais e econômicas, que, no contexto universitário, faz com que os estudantes negros de baixa renda enfrentem ainda mais desafios de permanência.

O curso com maior representatividade na amostra foi Enfermagem, correspondente à 24,3% dos alunos, seguido do curso de Educação Física, com 10,8% dos alunos. Segundo o autor, esses dados podem refletir a composição sociodemográfica desses cursos, marcadamente negros (Campos, 2024). 78,4% dos estudantes não trabalhava, o que pode ser explicado pela necessidade de focar exclusivamente nos estudos ao longo da formação em uma universidade pública, demonstrando, assim, a necessidade de que os estudantes de baixa renda tenham auxílio financeiro para estudar. No entanto, 54,1% dos estudantes relatou não receber nenhum tipo de auxílio da universidade, gerando um desgaste mental proveniente da condição de classe que interfere diretamente em sua formação acadêmica, como nos mostrou também a pesquisa de Santos (2020).

Nas entrevistas, os estudantes foram questionados sobre a situação em que vivenciou a discriminação racial, as formas de enfrentamento adotadas no momento, as impressões gerais sobre o fenômeno da discriminação racial, a relação entre a experiência de discriminação racial e sua saúde mental, bem como a avaliação de sua saúde mental após experienciar situações de discriminação racial (Campos, 2024). Os dados qualitativos foram analisados pelo *software* IRAMUTEQ, assim como o trabalho de Guerra *et al.* (2024), que identifica os temas recorrentes nos relatos coletados. A análise foi realizada pelo método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), dentro do software estatístico, considerando a frequência das palavras para identificar os principais padrões das respostas. Assim, a ocorrência de temas similares foi separada em cinco classes, assim como na pesquisa de Guerra *et al.* (2024), cada uma se referindo a aspectos diferentes das experiências de discriminação racial relatadas. Também foram realizadas com o Software análise de similitude de palavras, nuvem de palavras e Análise Fatorial Confirmatória (AFC), dando destaque para a ocorrência das palavras *situação*, *discriminação racial* e *saúde mental*. Analisamos esses resultados em conjunto com a análise de cada Classe de palavras.

A Classe 1, correspondente a 21,18% das ocorrências, refere-se ao **contexto social e político** da discriminação racial narrada pelos estudantes. Incluiu os termos *sociedade*, *relação*, *fenômeno*, *político*, *oportunidade*, *acreditar*, *entender*, *realidade*, *histórico* e *educação*, sugerindo como o racismo está intimamente ligado às estruturas sociais, políticas e

educacionais do contexto em que está inserido. Frequentemente, os estudantes entrevistados declararam o racismo cotidiano como profundamente enraizado nas estruturas sociais, conforme foi pontuado por Silvio Almeida (2019) em sua obra *Racismo Estrutural*. Uma estudante da pesquisa de Campos (2024) relata que o sistema educacional, por sua vez, com tamanho acesso à informação e tecnologia existente nos dias de hoje, deveria ter o papel de educar desde a primeira infância acerca das questões raciais. O que vemos, no entanto, é o inverso disso: um sistema educacional que muitas vezes reforça a subalternidade da pessoa negra, o que é orquestrado como forma de perpetuar as desigualdades, como também é feito com outras formas de opressão. No entanto, uma estudante da pesquisa de Campos (2024) relata que, ainda que exista muita informação e luta para disseminar a temática, percebe que a sociedade ainda tem resistência ao aprendizado e naturaliza o racismo. A universidade, da mesma maneira que os demais contextos educacionais, deveria ser um espaço privilegiado de discussão, mas acaba reproduzindo estereótipos racistas, conforme já vimos.

A Classe 2, correspondente a 16,08% das ocorrências, refere-se aos **impactos na saúde mental** dos estudantes que relatam experiências de discriminação racial. Incluiu os termos *saúde, mental, emocional, experiência, autoestima, impacto, ansioso e afetar*, em que estudantes entrevistados relatam fortes impactos negativos em sua saúde mental depois de vivenciar o racismo, que acabam sendo ainda mais agravados pela falta de suporte, conforme aponta o pesquisador (Campos, 2024). Os estudantes relatam:

- ❖ *Isso acaba desestabilizando nossa saúde mental, nos deixando sem forças, como se nos puxasse para baixo. Isso prejudica nossa confiança, autoestima e nos faz sentir inferiores* (estudante da pesquisa de Campos, 2024, p. 105);
- ❖ *Após vivenciar situações de racismo, sinto que não sou mais o mesmo. Essas experiências deixam marcas profundas e persistentes que impactam meu bem-estar emocional e psicológico* (estudante da pesquisa de Campos, 2024, p. 117);
- ❖ *Quando não se tem certeza sobre como lidar com o racismo, pode afetar muito a saúde mental da pessoa, causando insegurança e impotência* (estudante da pesquisa de Campos, 2024, p. 119);
- ❖ *Pensava que o problema estava em mim. Eu não entendia o que era racismo, mas sabia que me deixava triste e me perguntava o que havia de errado comigo* (estudante da pesquisa de Campos, 2024, p. 118);
- ❖ *O impacto do racismo e de outros tipos de preconceito na saúde mental é significativo. No Brasil, onde o racismo estrutural é uma realidade cotidiana, essas*

experiências acumulam-se dia após dia (estudante da pesquisa de Campos, 2024, p. 123).

Outra estudante também relata o impacto em sua saúde mental dos traumas vivenciados ao longo de toda a sua vida, desde a infância na escola, como já vimos, o que abala sua autoconfiança e a faz sentir-se insegura, assim como foi relatado na pesquisa de Guerra *et al.* (2024) e Silva (2022), que falam da sensação de inferioridade gerada pelo racismo nos estudantes negros, interferindo em seu desempenho acadêmico. Esses relatos nos mostram que vivenciar racismo desde a infância e revivê-lo na universidade com novos contornos impacta diretamente no bem-estar emocional dos sujeitos, dado o acúmulo da opressão sofrida ao longo da vida. Campos (2024) também aborda a problemática da internalização dos estereótipos negativos do racismo, que abala a percepção do próprio valor e pode ser intensificada pela falta de reconhecimento da sociedade, que ignora o contexto de surgimento e individualiza sentimentos de angústia, depressão e ansiedade. Neste sentido, o pesquisador afirma que é essencial fornecer suporte psicológico para apoiar e acolher as demandas da população negra de forma empática, sensível e acessível, dado que o racismo impacta diversos aspectos da vida dos sujeitos (Campos, 2024). A necessidade de suporte psicológico e acolhimento à saúde mental dos estudantes negros também foi apontada nas pesquisas de Barros e Peixoto (2023), Silva (2022) e Guerra *et al.* (2024). Sobretudo, é importante que o racismo institucional seja combatido de maneira estrutural e sistemática, com estratégias bem consolidadas por cada universidade, para que os estudantes não cheguem ao adoecimento psíquico.

A Classe 3, correspondente a 21,57% das ocorrências, refere-se às **respostas e reações individuais** dos estudantes às situações de discriminação racial. As palavras que mais apareceram foram *gente, entender, responder, compartilhar, confusão, explicar, pensar, amigo, conseguir, tranquilidade e mundo*, mostrando como os estudantes lidam frente ao racismo que os acomete. Um dos estudantes da pesquisa de Campos (2024) aponta que, não sabendo a quem recorrer, não procurava ajuda, pois não se sentia confortável para compartilhar com alguém o ocorrido, guardando tudo para si mesmo, o que o gerava grande tristeza que reverbera ao longo do tempo. Isto demonstra que as vítimas podem não buscar ajuda por medo do estigma relacionado ao racismo e à saúde mental, e também pela naturalização do problema, que pode ser julgado como *não tão grave assim*. Além disso, muitos estudantes podem não sentir confiança em profissionais que não tenham representatividade ou sensibilidade à questão racial. Desta forma, o pesquisador aponta para a necessidade de

espaços de apoio dentro da universidade em que as vítimas sintam-se seguras para compartilhar o que as aflige (Campos, 2024), como o *Plantão de Acolhimento do Programa PsiU* da UFBA e o *Projeto Escuta Preta* da UFSC, que já trouxemos como exemplo ao longo da análise da pesquisa de Silva (2022), cuja pesquisa também reforça a necessidade desses espaços para combater a invisibilização e silenciamento da problemática.

Ademais, o pesquisador aponta para o apoio familiar, de amigos e da comunidade como essencial para a capacidade de enfrentar os efeitos negativos do racismo, em que “uma rede de apoio sólida pode fornecer suporte emocional, validação e estratégias de enfrentamento” (Campos, 2024, p. 120), o que também pode contribuir para a construção de uma identidade positiva sobre ser negro, contrariando as visões racistas e reconhecendo o próprio valor. Conforme foi apontado nas pesquisas de Silva (2022) e Brito (2024) acerca dos benefícios da afirmação positiva da negritude à saúde mental, os estudantes da pesquisa de Campos (2024) também trazem o conhecimento adquirido sobre as questões raciais como sendo uma base sólida para fortalecer a autoestima e enfrentar situações violentas por afirmar sua identidade racial. Aqui, cabe lembrar o papel dos coletivos negros, conforme apontado na pesquisa de Guerra *et al.* (2024), equanto espaços de acolhimento, suporte, pertencimento e cuidado em saúde mental da população negra dentro da universidade, pois contribui na construção de significados coletivos através do fomento da história e cultura negra.

A Classe 4, correspondente a 23,92% das ocorrências, refere-se às **experiências acadêmicas e contextos de discriminação** racial entre os estudantes. As palavras agrupadas nesta classe foram *perceber, colega, inteligente, turma, contexto, ocorrer, situação, lembrar, enfrentar* e *discriminação*, abordando contextos específicos onde ocorreu o racismo no ambiente acadêmico. Os estudantes relataram que frequentemente a discriminação partiu de seus colegas e, posteriormente, de professores, assim como foi constatado na pesquisa de Guerra *et al.* (2024). Na pesquisa de Campos (2024), os estudantes relataram que a sala de aula é um ambiente comum de ocorrência da discriminação, assim como apontado nas pesquisas de Santos (2020) e Guerra *et al.* (2024), em que os estudantes relatam ter dificuldades para falar sobre questões raciais neste espaço, sendo esta uma forma de discriminação. Campos (2024) aponta que tal discriminação é também relacionada a percepções sobre a capacidade intelectual dos alunos negros, assim como foi trazido na pesquisa de Silva (2022) sobre a sensação de inferioridade intelectual sentida pelos estudantes cotistas. Por exemplo, um estudante relatou que, durante a apresentação de seu projeto, o professor pareceu pouco interessado, menosprezando também a apresentação de outros colegas negros, enquanto dava atenção e credibilidade aos trabalhos apresentados pelos

alunos brancos, o que o levou a sentir-se desmotivado com relação à continuidade de seu trabalho, assim como apontado por Guerra *et al.* (2024), que afirma que vivenciar situações racistas na universidade fragiliza a motivação e autoconfiança dos estudantes. De acordo com Campos (2024),

O racismo no ambiente de ensino atua como determinante social crucial que impacta negativamente na saúde mental e física dos estudantes negros. Mesmo com avanços em direção à igualdade racial, as evidências mostram que o racismo persiste como força prejudicial à saúde e ao bem-estar, manifestando-se de diversas formas, desde preconceitos implícitos e explícitos até estruturas institucionais excludentes e dinâmicas interpessoais hostis. Esse ambiente adverso gera desgaste psicológico constante, aumentando os níveis de estresse, ansiedade e depressão entre os estudantes negros. (p. 110)

Segundo Campos (2024), sujeitos negros somente são bem aceitos quando reproduzem perspectivas brancas, em um processo que estimula o embranquecimento como forma de adaptação, como também foi trazido nas pesquisas de Silva (2022) e Guerra *et al.* (2024). Ao tentar trazer discussões sobre a questão racial, estudantes negros podem passar a ser vigiados ou ridicularizados, como também apontou uma estudante da pesquisa de Guerra *et al.* (2024) sobre a ironia generalizada com relação à pauta racial que levantou. Desta forma, o silenciamento sobre tais questões passa a ser uma forma de autopreservação, assim como alguns estudantes da pesquisa de Brito (2024) afirmaram fazer. Um dos estudantes da pesquisa de Campos (2024) afirma que evitar conflitos não é sua abordagem favorita, apesar de serem minoria na sala de aula, em que preferem manter o diálogo e discutir questões de maneira construtiva com os colegas e professores. Como já tratamos, o silenciamento é uma forma perigosa de manter as coisas exatamente como estão, sem mover as injustas estruturas que sustentam privilégios e desvantagens, principalmente por se tratar do ambiente acadêmico, um espaço de relevância para o desenvolvimento de conhecimentos que contribuam para a construção de políticas públicas que beneficiem toda a sociedade (Campos, 2024). De acordo com o pesquisador, vê-se um empobrecimento ao reduzir a diversidade de perspectivas no campo científico, dada a importância que a construção do saber seja permeada por distintas visões de mundo.

A Classe 5, correspondente a 17,25% das ocorrências, refere-se às **experiências recorrentes e familiares** de discriminação racial entre os estudantes. As palavras agrupadas nesta classe foram *contexto, experimentar, diálogo, dentro, nunca, recentemente, semestre, irmão e padrasto*, demonstrando como o racismo é vivenciado em múltiplas áreas da vida dos estudantes, inclusive fora da universidade e dentro do seio familiar, interferindo também em sua saúde mental, que não é dissociada de cada área da vida. Segundo o autor (Campos,

2024), a discriminação o contexto familiar e social pode moldar as identidades e o pertencimento dos sujeitos, em que as experiências acumulam-se ao longo do tempo. É importante pontuar que o racismo no ambiente universitário possui impactos na saúde mental dos estudantes em articulação com aquilo que é vivenciado fora deste espaço, nos diversos ambientes em que os estudantes circularam ao longo da vida e frequentam atualmente.

Neste sentido, o pesquisador afirma que “o desconhecimento sobre o impacto psicológico do racismo e a normalização de experiências de discriminação podem contribuir para que o sofrimento seja subestimado ou não reconhecido como questão de saúde mental.” (Campos, 2024, p. 109), mostrando a necessidade de pesquisas como essas, que remontem à correlação entre racismo e problemas de saúde mental, contribuindo ao campo de conhecimento e ao reconhecimento da problemática, que não pode ser compreendida isoladamente. O pesquisador assume “a importância de compreender a discriminação racial nas múltiplas dimensões e contextos, indicando que intervenções eficazes devem considerar tanto o impacto psicológico quanto os contextos sociais e institucionais em que ocorrem” (Campos, 2024, p. 125). A pesquisa de Campos (2024), portanto, nos possibilita perceber como os discursos recorrentes dos estudantes remontam à persistência do racismo no ambiente universitário, que gera diversos efeitos na experiência acadêmica. É notável como os estudantes reconhecem e verbalizam os impactos do racismo sobre sua saúde mental, em consonância com os relatos trazidos nesta e nas demais pesquisas analisadas. Portanto,

Este estudo contribui significativamente para o campo da saúde mental e da educação, ao evidenciar a necessidade urgente de políticas públicas e institucionais que tratem a discriminação racial como questão de saúde mental e não apenas como problema de justiça social. As universidades, como espaços de formação e desenvolvimento crítico, devem ser protagonistas na construção de ambientes inclusivos e acolhedores, promovendo ações afirmativas que garantam o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes negros. (Campos, 2024, p. 125).

Assim, se faz essencial, como constatado também no final da discussão da pesquisa de Guerra *et al.* (2024), que a universidade lance mão de estratégias institucionais antirracistas para ser um espaço realmente acolhedor às diferenças não somente no discurso, mas principalmente na prática, com ações estruturadas a partir da “revisão crítica das práticas pedagógicas, curriculares e administrativas vigentes” (Campos, 2024, p. 125), com mudanças políticas e institucionais capazes de mudar a realidade de discriminação que impacta na permanência qualificada dos estudantes negros no ensino superior.

5.7 AS (RE)CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS E IDENTITÁRIAS DE NEGROS NA UNIVERSIDADE: FRICÇÕES EPISTÊMICAS E AQUILOMBAMENTO ACADÊMICO (SIQUEIRA E RAMOS, 2021)

O trabalho intitulado “As (re)configurações subjetivas e identitárias de negros na Universidade: Fricções epistêmicas e aquilombamento acadêmico” trata-se de um artigo publicado em 2021 na revista internacional *Quaderns de Psicologia - International Journal of Psychology*, da Faculdade de Psicologia da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), com publicações em espanhol, português e inglês e 9 citações até o momento da realização de nossa pesquisa. Os autores, João Paulo Siqueira e Rodrigo Maciel Ramos, são pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), da área da Psicologia, com interesse na área de Sociologia e estudos sobre relações étnico-raciais e cuidados em saúde mental. O objetivo do trabalho é analisar os processos subjetivos de sofrimento e resistência que compõem a trajetória de estudantes negros dentro da universidade. A hipótese dos autores é que os estudantes negros precisam realizar (re)configurações subjetivas e identitárias, bem como buscar estratégias de sobrevivência na universidade, em decorrência do que eles chamam de *fricções epistêmicas* entre as epistemologias acadêmicas tradicionais e aquelas realmente pertencentes à vida cotidiana da população negra. Portanto, realizam a discussão sobre as trajetórias estudantis negras partindo de uma análise histórica da universidade enquanto um espaço colonialista e de reprodução da branquitude, compreendendo a direta relação entre racismo e colonização. Para a análise, utilizam uma perspectiva decolonial, a partir do pensamento de Immanuel Wallerstein, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, bem como o pensamento de intelectuais negras como Lélia Gonzalez.

A amostra da pesquisa é composta por quatro estudantes negros de graduação e pós-graduação da UnB, que são protagonistas de coletivos negros da universidade. Os pesquisadores apontam para o papel dos coletivos negros enquanto movimento de resistência e fortalecimento da identidade e subjetividade negras na universidade (Siqueira e Ramos, 2021), sendo uma comum estratégia de enfrentamento ao racismo. De acordo com os autores (Siqueira e Ramos, 2021), a UnB é estratégica por ter sido pioneira na discussão política nacional sobre o ingresso de pessoas negras por meio de cotas raciais, adotando o sistema no ano de 2003. Dos quatro entrevistados para a pesquisa, dois são homens e duas são mulheres, em idades entre 20 e 27 anos, faixa etária similar à da pesquisa de Campos (2024), e já ingressaram na universidade há alguns anos, em diferentes cursos. Três deles frequentam a pós-graduação, mas consideramos a pesquisa ainda assim, pois anteriormente foram estudantes de graduação da UnB, e também porque há uma estudante da graduação.

A metodologia é qualitativa, com adoção do método construtivo-interpretativo, que foca na relação colaborativa resultante da interação entre pesquisador e interlocutor para a produção do conhecimento (Siqueira e Ramos, 2021). Foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas online com cada um dos participantes. No primeiro encontro, foram medidos: (1) a contextualização do participante antes de ingressar na Universidade, com relação à sua origem e trajetória educacional; (2) o contato com as discussões políticas antirracistas; (3) a vivência nos primeiros semestres de UnB; (4) as motivações e a importância de se associarem aos coletivos negros; (5) a percepção sobre os conhecimentos transmitidos pela UnB (Siqueira e Ramos, 2021). A partir deste encontro, os pesquisadores elaboraram indicadores sobre a produção de sentidos subjetivos gerados pelos discursos dos estudantes, os quais foram apresentados a eles no segundo encontro. Neste segundo momento, os pesquisadores puderam confirmar ou negar suas teorias, enquanto os estudantes puderam produzir novas expressões de sentido. Os principais indicadores resultantes deste momento foram agrupados em quatro categorias de análise.

A primeira delas tratou acerca da **Racialização crítica** dos estudantes, discorrendo acerca de seus processos de racialização, ou seja, o modo como se vêem e como os outros o vêem racialmente. Geralmente, a sociedade em geral promove a racialização das pessoas não brancas. Estas, no entanto, passam pelo processo de *racialização crítica* ao questionar e problematizar este fenômeno. Os autores utilizam Achille Mbembe para explicar como a racialização é um processo de imposição de identidade para as pessoas negras, que são entendidas enquanto não-universais desde a tenra idade, colocadas em lugares sociais que “devem” ocupados por pessoas negras, fazendo parte da dinâmica racista da sociedade. Assim, Siqueira e Ramos (2021) apostam que, ainda que não tenham consciência do que é ser negro, o racismo é experienciado desde cedo, afetando a construção de sua subjetividade, que é mediada pelo racismo. Uma estudante de sua pesquisa relata que sempre soube ser negra, mas não entendia porque sofria violências a partir disso. Assim, percebemos como o racismo é cruel ao levar o sujeito negro a sentir-se culpado pelo racismo sofrido. Os autores utilizam a teoria de Neusa Santos Souza (1983) para explicar como o branco é sempre o ideal a ser atingido, o exemplo universal de intelectualidade e beleza, enquanto o negro é o oposto disso: a referência do indesejado (Siqueira e Ramos, 2021). É inegável que a constituição da subjetividade, de ambos os lados, não seja afetada. O branco e o negro crescem acreditando nesta versão de si mesmos, e só um processo de construção crítica é capaz de desvincular o primeiro da branquitude e vincular o segundo à negritude. Isto se dá a partir de uma

construção política mais ampla, conforme é apresentado por Siqueira e Ramos (2021), dado que os efeitos desta trama também refletem na estruturação da sociedade.

Os autores observam, ainda, como o racismo no Brasil muitas vezes se manifesta de forma velada, em que é através dos fenótipos negros que as vítimas são escolhidas. Assim, com vistas a aproximar-se da branquitude e evitar a violência, as pessoas negras podem adotar como estratégia, por vezes, mascarar seus traços negróides, como também foi relatado pelos estudantes da pesquisa de Silva (2022), Guerra *et al.* (2024) e Campos (2024) acerca de seus processos de embranquecimento. Uma das estudantes da pesquisa de Siqueira e Ramos (2021), relata ter alisado o cabelo, sendo esta também uma forma de violência que reflete na constituição psíquica do sujeito negro e pode o levar ao adoecimento por promover o afastamento da própria identidade. Assim como Campos (2024) abordou as experiências familiares de discriminação, a investigação de Siqueira e Ramos (2021) também traz a dinâmica do racismo no seio familiar, principalmente porque todos os estudantes da pesquisa são pertencentes a famílias interraciais, ou seja, constituída por pessoas negras e brancas. Os autores utilizam Lia Vainer Schucman (2012) e Frantz Fanon (2020) para explicar que o meio familiar pode tanto afirmar quanto negar a racialidade, sendo o primeiro ambiente de aproximação com a temática, determinante no modo como a pessoa lidará com isso depois, inclusive no ambiente universitário.

Desta forma, a construção crítica acerca da racialização passivamente absorvida é essencial para “assumir o pertencimento racial como uma reivindicação política, ter consciência do racismo e suas consequências, entender o porquê de algumas violências vividas.” (Guimarães, 2016 *apud* Siqueira e Ramos, 2021). Desta forma, os estudantes desta pesquisa relatam que foi na universidade que adquiriram consciência racial, assim como os estudantes da pesquisa de Silva (2022), Brito (2024), Campos (2024) e Guerra *et al.* (2024). Tal acontecimento é justificado pelos autores como sendo a universidade um terreno fértil para o questionamento das desigualdades vividas, a partir do encontro entre pessoas com as mesmas demandas de sofrimento, que fomentam a discussão em pesquisas acadêmicas ou espaços de militância, elaborando novas formas de enfrentamento ao racismo vivenciado tanto dentro da universidade quanto fora dela. Neste sentido, os autores apontam para o papel da universidade enquanto caminho político utilizado pela população negra para promover a valorização da negritude, em que os coletivos negros atuam na produção da racialização crítica e luta política antirracista que contribui à saúde mental dos alunos negros, apesar de enfrentarem o sofrimento advindo do racismo neste espaço (Siqueira e Ramos, 2021). Uma estudante relata: *as coisas simplesmente ainda doem, mas não doem tanto, porque agora eu*

sei do porquê das violências (estudante da pesquisa de Siqueira e Ramos, 2021, p. 12). Os autores (Siqueira e Ramos, 2021) afirmam que:

A simples introdução de uma pessoa negra ao lócus universitário como foi historicamente configurado — sem políticas efetivas de permanência — é uma experiência geradora de sofrimento, a qual pode ser atenuado por saber qual é a origem da separação historicamente constituída na sociedade brasileira entre locais pertencentes às pessoas negras e aos locais reservados para pessoas brancas. (p. 12)

Assim como relataram os estudantes da pesquisa de Silva (2022), o processo de adaptação à universidade não vem sem sofrimento psíquico e impactos negativos à subjetividade, conforme apontado por Siqueira e Ramos (2021), o que é analisado na próxima categoria.

A segunda categoria de análise é o **Choque e sofrimento ao entrar na Universidade**, o que também foi trazido na pesquisa de Silva (2022) sobre as consequências psicológicas do ingresso da população negra em um universo majoritariamente branco. Esta categoria pode ser exemplificada com o relato de uma estudante, que afirma ter tomado um susto ao entrar na universidade e perceber uma maioria branca entre o corpo docente e discente, acostumada à uma maioria negra em seu ambiente familiar e escolar. A estudante relata que começou a autossabotagem e o medo quando presenciou as primeiras manifestações do racismo, ainda que ela se entendesse, até então, como uma pessoa intelectualmente capaz e que tenha passado no vestibular com uma boa nota. Foi logo nos primeiros semestres que surgiram sentimentos de inferioridade, medo de aparecer e posicionar, sensação de solidão e desamparo afetivo, assim como também relataram os estudantes das pesquisas de Silva (2022), Guerra *et al.* (2024) e Campos (2024). O sentimento de solidão, neste sentido, para outra estudante, se fez presente a partir da falta de identificação com seus colegas, com os quais não tinha afinidade nenhuma e não sentia-se pertencente, mostrando como o ambiente acadêmico pode ser adoecedor para a população negra ao não incluí-la adequadamente ou desqualificá-la em suas aptidões. Há, no relato dos estudantes, uma assimetria entre a valorização de sujeitos brancos e negros na universidade (Siqueira e Ramos, 2021), o que em muito impacta a vivência destes últimos, sendo, segundo os autores, um forte indicativo de como o racismo impacta diretamente a saúde mental dos estudantes negros.

A terceira categoria de análise utilizada pelos autores é o **Aquilombamento acadêmico** enquanto uma estratégia de sobrevivência comumente utilizada pela população negra (Siqueira e Ramos, 2021). O termo *aquilombamento* é ressignificado do termo comum *quilombo*, que refere-se à *uma reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial* entre pessoas negras, de acordo com Beatriz Nascimento (1980, p. 263 *apud*

Siqueira e Ramos, 2021). Na academia, ele é construído a partir dos coletivos negros, que constituem uma *tecnologia de cuidado em saúde mental para os estudantes negros* (Siqueira e Ramos, 2021), tanto por ser um lugar de acolhimento afetivo quanto por promover a valorização do negro, ao reivindicar a presença física e dos saberes negros na universidade. Neste sentido, os estudantes relatam que é importante ter espaços de leitura e discussão coletiva de temas que os afligem, dado que entre si entenderão suas próprias demandas e construirão referências comuns. Os estudantes afirmam que o encontro com pessoas parecidas ocorreu em um processo natural, formando uma rede de apoio que promove pertencimento e bem-estar, fundamental para sua sobrevivência na universidade, por proporcionar recursos para lidar com as situações potencialmente adoecedoras geradas pelo racismo. Um estudante afirma que, ao vir de uma cidade distante para estudar, enfrenta o desamparo e a angústia de estar distante de sua zona de conforto, em que só consegue estabelecer amparo e suporte no coletivo negro. Enquanto em sala de aula e espaços formais da instituição os estudantes sofrem inúmeros processos de silenciamento, conforme já vimos, em seus coletivos vivem o fortalecimento e aprimoramento de suas qualidades, passando a se importar menos com a validação da branquitude nos demais espaços em que circulam e a confiar mais em si mesmos. Segundo os autores, isso potencializa suas subjetividades, moldando a percepção de si e de seu grupo racial, em que suas consequências vão muito para além da esfera acadêmica, ainda que seja construída dentro deste espaço. Os ganhos ocorrem também na dimensão política, ou seja, os coletivos negros são capazes de impactar estruturas da sociedade que vão para além da universidade.

Os autores pontuam que é necessário não homogeneizar as vivências negras, que não são todas iguais. Muitas vezes, generalizar todos os negros e acreditar que devem ter o papel de educadores dos brancos é uma visão violenta. Os estudantes apontam, neste sentido, que nos coletivos negros possuem mais liberdade para serem quem são, em toda a sua diversidade. Neste sentido, é importante considerar a análise interseccional, em que os processos de construção da subjetividade são também impactados por outros marcadores sociais, como gênero, classe e sexualidade, como afirma Stuart Hall (2006 *apud* Siqueira e Ramos, 2021). As mulheres negras, por exemplo, foram as únicas que relataram problemas relacionados à vivências afetivo-sexuais, assim como trouxeram as pesquisas de Santos (2020), Brito (2024) e Guerra *et al.* (2024), que também utilizaram abordagens interseccionais.

A última categoria de análise utilizada pelos autores são as **Negras epistemologias**, abordando a percepção dos estudantes com relação aos conteúdos que são ensinados na universidade, a compreendendo como um ambiente ocidentalizado. Por isso, não promove

conhecimentos referentes à população negra e africana, às relações raciais ou ao racismo, assim como foi trazido na pesquisa de Silva (2022), Santos (2020) e Brito (2024). Desta forma, cabe aos estudantes negros buscar conteúdos que representem a sua história – que não é só sua, senão de todo o país. Isso acaba ficando à cargo dos coletivos negros ou de poucas disciplinas optativas, conforme também sugeriu Guerra *et al.* (2024). Por isso, muitos estudantes negros optam por estudar temáticas relacionadas às questões raciais, gerando novas demandas dentro da universidade: grupos de pesquisa e professores capacitados, contribuindo para a produção de conhecimento acerca das relações étnico-raciais, que muito evoluíram na academia ao longo dos últimos anos. Desta forma, os autores afirmam que o *aquilombamento acadêmico* gera um grande enriquecimento intelectual para os estudantes e para a universidade como um todo.

Fora de seus coletivos, os estudantes enfrentam um processo solitário de busca por quem trate sobre essas questões, em que, na UnB, os departamentos de Filosofia e Sociologia são os mais representativos, por ter professores negros que estudam temáticas raciais. Dois estudantes afirmam ter que fazer um duplo esforço dentro da universidade: buscar e apreender saberes que representem as suas vivências e ao mesmo tempo absorver os conteúdos de seus cursos, que são apoiados em uma matriz eurocêntrica. Outro estudante afirma que tal conhecimento é útil, mas acaba sendo limitado por representar apenas uma visão de mundo. Os autores, em uma perspectiva decolonial, relembram que nenhum conhecimento é neutro, conforme também já nos alertou Grada Kilomba (2019), mas todos têm determinada localidade, inclusive aqueles tidos como universais pela universidade, reafirmando seus ideais coloniais. Neste sentido, os pesquisadores afirmam que os coletivos negros enfrentam esta realidade a partir do fomento das *negras epistemologias*, em que reconhecer o negro enquanto produtor de conhecimento é uma demanda também para a sua humanização (Siqueira e Ramos, 2021). No entanto, sabe-se que essa produção epistemológica dentro da universidade ainda é minoritária, sendo necessário elaborar políticas afirmativas também para o ingresso de docentes negros e para o ingresso de estudantes negros em todos os programas de pós-graduação, o que contribui tanto para a disseminação de epistemologias negras dentro da universidade quanto para a permanência de estudantes negros de graduação, que podem se ver representados em outras instâncias acadêmicas.

O estudo de Siqueira e Ramos (2021) aponta para a necessidade de pesquisas complementares que analisem a trajetória e relato de estudantes negros com relação à vivência na universidade. Isto porque, de acordo com os pesquisadores, a academia permaneceu desde a sua criação até o ingresso de estudantes negros sem questionar sua lógica eurocêntrica de

prática e produção do conhecimento. É necessário, portanto, que cada universidade busque estratégias para atuar ativamente na solução dos problemas internos gerados pelo racismo. Como principal resultado da pesquisa de Siqueira e Ramos (2021), há a centralidade dos coletivos negros enquanto espaços de sobrevivência na universidade e garantia de saúde mental. Os autores (Siqueira e Campos, 2021), afirmam que:

O ingresso na Universidade, além de ser a realização de um sonho, pode ser também um momento de sofrimento, de rejeição, introjeção do racismo estrutural e auto sabotagem. A ausência de um suporte institucional oficial, os leva a após o ingresso a ter de percorrer, de forma solitária, trajetórias subjetivas dentro das grades curriculares e pelos corredores da UnB. O encontro com os coletivos negros se apresenta como um marco na trajetória desses estudantes, onde recebem o acolhimento afetivo, percebem que não estão sós, angariam recursos intelectuais e subjetivos, nomeiam o sofrimento, lutam contra a opressão, se empoderam e se tornam potências individuais e coletivas. (p. 19)

Evidencia-se, assim, como muitas vezes são os próprios estudantes negros os responsáveis por uma “reestruturação da universidade em benefício de uma sociedade mais igualitária e em compasso com as demandas da sociedade brasileira, que é em sua maior parte negra” (Siqueira e Ramos, 2021, p. 19).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre raça e saúde mental na universidade a partir de pesquisas primárias com estudantes negros do ensino superior público brasileiro. Para isso, realizamos um levantamento da literatura científica que abordasse concomitantemente os assuntos de raça, saúde mental e ensino superior. Nosso principal critério de busca foi a seleção de trabalhos que tenham realizado a produção de dados primários com estudantes negros. Selecionamos, ao todo, sete investigações, realizando uma *síntese integradora* entre os dados coletados em cada pesquisa, contando com o diálogo e análise dos resultados, os quais nos permitiram propor reflexões críticas acerca da conexão entre as experiências de racismo e o sofrimento psíquico de estudantes negros na universidade.

Utilizamos uma perspectiva crítica à medicalização social, considerando a relevância do contexto social para compreender as dinâmicas atreladas à saúde mental. Adotamos, também, uma abordagem decolonial, com estudos críticos da raça para nos ajudar a compreender como o racismo afeta a subjetividade das pessoas negras, a partir da colonialidade do saber e do poder que se perpetua através da branquitude em diversas instituições, como a universidade. Neste contexto, percebemos que um importante ponto em comum a todos os trabalhos selecionados é a análise a partir de debates raciais, mobilizando

autores como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza e Grada Kilomba, como a presente pesquisa, e também demais intelectuais negros como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Angela Davis e Achille Mbembe. O principal ponto em comum entre esses autores é a reflexão teórica associada a uma postura política em relação ao reconhecimento e combate ao racismo. Ademais, alguns dos trabalhos selecionados utilizaram uma abordagem decolonial e interseccional, assim como propõe a nossa investigação, mostrando a importância de tais ferramentas de análise para a compreensão da problemática. A interseccionalidade, neste sentido, não se limita à análise das opressões de raça, mas as compreende em conjunto com outros fatores, como classe e gênero. Destaca-se, também, um trabalho que baseou-se nos Estudos Psicanalíticos, associando-se à literatura por meio do método da *escrevivência*, em que os próprios estudantes puderam escrever textos livres sobre a temática da pesquisa. A metodologia da *escrevivência* nos pareceu prolífica, seja como método de pesquisa ou como estratégia de enfrentamento das violências que causam o adoecimento psíquico no ambiente acadêmico.

Um aspecto que chama atenção é a concentração de investigações da área da Saúde, com quatro trabalhos na área da Psicologia e dois na área da Enfermagem. Ainda que tais investigações tenham bebido da fonte das Humanidades para a sua produção e não tenham se limitado à uma visão medicalizante da saúde mental, vemos a necessidade de mais investigações na área das Ciências Sociais e Humanas para contribuir com a temática. Além disso, a maioria das pesquisas foi realizada no Nordeste, sendo necessária a produção de mais investigações nas demais regiões do país. Pode ser relevante, também, a produção de pesquisas com estudantes de universidades privadas, pois estas oferecem a maior parte das vagas no ensino superior brasileiro, sendo o único nível educacional majoritariamente atendido pela rede particular. Ou seja, as pessoas que estudam no ensino público na educação básica geralmente vão para o ensino privado na educação superior, de acordo com dados do IBGE (2022). Essa situação é agravada pela dificuldade do acesso das populações vulneráveis ao ensino superior público, seja por conta das vias de ingresso, que podem ser bastante burocráticas e exigir conhecimentos prévios ou redes de contato, ou pela necessidade em conciliar trabalho e estudos, o que é geralmente facilitado pelas instituições privadas, que podem ser mais flexíveis. Deste modo, a saúde mental dos estudantes negros de universidades privadas pode ter outros agravamentos, os quais seriam muito bem aprofundados em pesquisas futuras.

Ressalta-se que não encontramos trabalhos primários realizados antes do ano de 2020, e que encontramos, ao todo, poucos trabalhos sobre a temática da raça e saúde mental no

ensino superior, demonstrando a necessidade de produção de mais investigações como estas, principalmente que realize a coleta de dados primários com estudantes negros do ensino superior. Isso nos mostra que a questão não é apenas a escassa discussão acerca da temática, mas, sobretudo, a falta de investigações primárias, e aí encontra-se uma lacuna metodológica que pode ser preenchida a partir de investigações futuras. Neste contexto, consideramos que metodologias que envolvam a coleta de dados em grupo podem ser interessantes por contrariar a própria lógica da individualização dos problemas sociais. Além disso, deixamos como sugestão de projeto futuro contatar os pesquisadores dos trabalhos selecionados para construir um banco de dados comum que sirva como orientação para pesquisas na temática.

Dentre os estudos selecionados, destaca-se a riqueza dos dados primários produzidos através dos questionários, entrevistas e encontros em grupo. Dados quantitativos e qualitativos que foram capazes de demonstrar como as trajetórias estudantis negras são impactadas pelas tramas da violência racista, que, por sua vez, reflete na vivência e ameaça a permanência acadêmica desses estudantes, bem como a própria efetivação das Políticas de Ações Afirmativas. A maioria das investigações selecionadas aponta que, para além do racismo institucional, a universidade muitas vezes não fornece condições adequadas à permanência dos estudantes negros, que enfrentam, por exemplo, dificuldades financeiras que poderiam ser mitigadas por meio de Políticas de Assistência Estudantil.

Alguns estudantes das pesquisas selecionadas apontaram para o choque que tomaram ao ingressar em um espaço majoritariamente branco, diferente do seu contexto de fora da universidade. Ainda que se sentissem intelectualmente capazes anteriormente, o ingresso na academia gerou sentimentos de inferioridade, solidão e desamparo afetivo. Vemos, aí, a importância das Políticas Afirmativas para *enegrecer* o ambiente universitário, sendo necessário que isso ocorra também no corpo docente, com uma maior representação de professores negros nas mais diversas áreas de conhecimento. Reafirmamos, portanto, a necessidade da reserva de vagas em Concursos Públicos para professores negros.

Mesmo que o racismo seja velado, o sentimento de não pertencimento e inadequação dos estudantes negros ao ambiente universitário é relatado com frequência nas pesquisas selecionadas. Por isso, observa-se, também, a necessidade de alterações curriculares que representem a população negra na produção de conhecimento. Neste contexto, a própria produção acadêmica dos estudantes negros contribui para fomentar discussões sobre as questões raciais. Pensando em termos macrossociais, estamos transformando as estruturas de opressão que fazem com que as vozes negras não sejam ouvidas ou sejam constantemente desqualificadas.

Neste sentido, é fundamental que haja a qualificação de todo o corpo docente da universidade acerca das questões raciais, para que saibam lidar com a diversidade de alunos que existe no ambiente acadêmico, e tenham ferramentas para adotar uma postura crítica frente às situações de racismo que presenciarem. Além disso, é necessário pensar em ações eficazes para promover o letramento racial na universidade, que reflete, por sua vez, também no ambiente escolar, visto que é o espaço de formação dos professores da educação básica que, muitas vezes, não são capacitados para lidar com a diversidade em sala de aula. Portanto, são necessários projetos e investigações que fomentem ações práticas sobre como promover o letramento racial no ambiente universitário e escolar.

A discussão gerada neste trabalho contribui com sugestões de ações para o auxílio à saúde mental de estudantes negros, como programas de atendimento psicológico gratuito para lidar com suas demandas e canais de acolhimento e resolução das denúncias de racismo. Porém, para além disso, os resultados obtidos apontam para a necessidade de gerar Políticas de Equidade Racial no âmbito de cada Universidade, com estratégias de enfrentamento ao racismo estrutural e institucional para que os estudantes negros não cheguem ao adoecimento psíquico. Neste sentido, algumas pesquisas apontam a importância da mobilização de toda a comunidade acadêmica para o enfrentamento ao racismo, por meio, por exemplo, de eventos que promovam a consciência racial.

A partir deste cenário, destacam-se as estratégias individuais e coletivas de enfrentamento e resistência perante as situações de racismo no ambiente acadêmico. Nos relatos, percebemos que não raro os estudantes organizam-se em coletivos negros dentro da universidade, que acabam sendo os principais responsáveis pelo cuidado em saúde mental da população negra universitária, não somente por promoverem acolhimento, mas também letramento racial e racialização crítica, fazendo com que, muitas vezes, possam descobrir sobre si mesmos. Vemos, com frequência, o ensino superior funcionando como um espaço de construção da identidade negra, onde estudantes afirmam adquirir consciência racial, o que foi mobilizado nas pesquisas de Santos (2020) e Silva (2022). Conforme nos aponta Brito (2024), o reconhecimento racial não trata somente de si, mas principalmente do significado coletivo que isso traduz. Desta forma, a positivação da negritude passa a funcionar como um mecanismo de preservação da saúde mental da população negra por criar modos de resistência que opõem-se à sensação de não pertencimento e inferiorização intelectual impostas pela branquitude neste ambiente. Sugere-se a realização de novas pesquisas sobre a importância dos coletivos negros na universidade.

Os conceitos de *fricções epistêmicas*, *racialização crítica* e *aquilombamento acadêmico* parecem constituir uma nova gramática como um caminho na construção de estratégias de enfrentamento ao racismo no ambiente acadêmico, mas também à violência simbólica que a experiência universitária parece muito frequentemente criar ou aprofundar. Diversos relatos mostraram que muitos estudantes chegam ao ensino superior com traumas anteriores à universidade, gerados por violências racistas experimentadas em diferentes contextos, como o escolar e o familiar, conforme abordam Campos (2024) e Siqueira e Ramos (2021). A anterioridade do racismo que se aprofunda no espaço universitário pode ser um elemento adoecedor que acompanha o estudante em sua trajetória acadêmica. Desta forma, o ensino superior anunciado como oportunidade através das Políticas de Ações Afirmativas apresenta-se também como ameaça à saúde mental dos estudantes negros e, portanto, mais pesquisas na área são urgentes.

Por fim, adotamos como pista de pesquisa futura a afirmação de Brito (2024), que destaca que, para além de ser herdeira da dor e sofrimento advindos da colonização e da escravidão, a população negra é, sobretudo, herdeira de intelectuais notáveis e povos que construíram a base de diversos conhecimentos. Partimos deste ponto para investigar, em pesquisa futura de Mestrado, as estratégias construídas por estudantes negros para ultrapassar as adversidades do racismo e manter-se no ensino superior. Ao falar sobre questões raciais na universidade, é importante considerar, também, a saúde mental de estudantes indígenas, quilombolas e migrantes, visto que a raça é constituída por vários fatores, dentre eles o cultural, com aspectos que ultrapassam o próprio racismo, mas dizem respeito ao choque entre culturas tradicionais e visões ocidentais. No caso dos migrantes, pode-se considerar a migração para fins de estudo entre as diferentes regiões do país, como do Nordeste para o Sul, ou entre países do Sul Global, como África e América-Latina para o Brasil, levando em conta que, nos últimos anos, vêm aumentando exponencialmente o número de pessoas que vêm de outros lugares para estudar, por meio de diversas políticas de incentivo. Neste sentido, é necessário refletir sobre como a universidade, enquanto um espaço ocidentalizado, recebe e acolhe pessoas de culturas diferentes, em que tal tratamento pode interferir no modo como estas enxergam a si e ao seu povo, bem como vivenciam a experiência acadêmica e se colocam no mundo a partir disto. Pesquisas específicas que investiguem a saúde mental de estudantes indígenas, quilombolas, africanos ou latino-americanos no Brasil são muito bem-vindas para compreender e situar a problemática e suas consequências, ainda pouco presentes na literatura científica, visto que cada um desses grupos possui nuances particulares que podem gerar importantes análises, com o potencial de contribuir para a sua permanência.

REFERÊNCIAS

Albanaes, P., Nunes, M.; Bardagi, M. P. Saúde mental e estratégias de coping: estudos de casos múltiplos com universitários cotistas. **Psicologia Argumento**, 39(105), p. 430–466, 2021.

Almeida Filho, N.; Marinho, M. B.; Carvalho, M. J.; Santos, J. T.. **Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2005.

Almeida, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

Ambrosio, L.; Silva, C. R. Racismo é um trauma colonial: Diálogos entre Frantz Fanon, Neuas Souza e Grada Kilomba sobre o adoecimento negro no Brasil. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 16 (Edição Especial), 2023.

Amorim, B. M.; Mazon, M. S. A violência simbólica e o sofrimento psíquico em jovens estudantes universitárias. In: Sandra Caponi, Maria Fernanda Vazques, Marcia Mazon, Fabiola Brzozowski, Javier Guevara. (Org.). **Saberes expertos e medicalização no domínio da infância e da juventude**. Vol. II. 1 ed. São Paulo: LiberArs, v. 1, p. 1-242, 2023.

Barros, R. N.; Peixoto, A. L. A. Saúde mental e cotas: Um estudo comparativo entre estudantes universitários no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 43, 1-16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003255410>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Bento, C. **O pacto da branquitude**. 1a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Bianchi, E. ¿De qué hablamos cuando hablamos de medicalización? Sobre adjetivaciones, reduccionismos y falacias del concepto en ciencias sociales. **Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales**. vol. 9, p. 1 – 24, 2019.

Bicudo, V. L. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Ciência, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, 1945.

Bourdieu, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

Brito, K. D. **Da dor à força: um estudo psicanalítico sobre o ingresso e a permanência de estudantes negros cotistas na UFMG e seus modos de enfrentamento ao racismo**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/c0e03dfc-b3d8-4b4d-8435-52f2f13e5567>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Bueno, E. O feminismo negro contra a injustiça epistêmica: um estudo das abordagens de Sueli Carneiro e Patricia Hill Collins. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 24, p. e-44575, jan. 2024.

Campos, M. P. **Experiências de discriminação racial entre estudantes universitários: Percepções, implicações e efeitos**. 157 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Programa de

Pós-Graduação em Saúde da Família, Campus Sobral, Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2024. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/79623>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Caponi, S.; Amorim, L. C. de; Brzozowski, F. S.; Vásquez, M. F.; Bender, M.; Santos, J. **Sofrimento psíquico em acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina.** Relatório de Pesquisa. Núcleo de Estudos em Sociologia, Filosofia e História das Ciências da Saúde (NESFHIS/UFSC). Florianópolis: UFSC, 2021.

Caponi, S.; Daré, P. K. Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: A Psiquiatrização dos Padecimentos no âmbito Escolar. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 302-320, ago. 2020.

Cavalcante, L.; T. C.; Oliveira, A. A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.

Collins, P. H.; Bilge, S. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

Conrad, P. “Sobre la medicalización de la anormalidad y el control social”. In: Ingleby D. (Ed.) **Psiquiatria Crítica. La política de la salud mental**. Barcelona. Crítica-Grijalbo. 2013.

Crenshaw, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. 10(1):171-188, 2002.

Fanon, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Fernandes, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FONAPRACE, Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

Foucault, M. **La vida de los hombres infames**. Buenos Aires: Editorial Altamira. 1996.

Foucault, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

Freyre, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt. 1933.

Gonzalez, L.; Hasenbalg, C. **Lugar de Negro**. Editora: Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro, 1982.

Gomes, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, pp. 75-85, 2003.

Guerra, N. E. M.; Stofel, N. S.; Borges, F. A.; Luna, W. F.; Salim, N. R.; Sá, B. S. M.; Monteiro, J. O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto. **Ciência & Saúde Coletiva**. ABRASCO - Associação Brasileira de

Saúde Coletiva. v. 29, n. 3, p. 1-10, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.04232023>. Acesso em: 26 jan. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Informação Demográfica e Socioeconômica, Estudos e Pesquisas, n. 41, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2a ed. 2022.

Illouz, E. Sofrimento, campos afetivos e capital afetivo. In: **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Kilomba, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Leão, T. M.; Ianni, A. M. Z.; Goto, C. S. Individualização e sofrimento psíquico na universidade: entre a clínica e a empresa de si. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 9, p. 132-143, 2019.

Lima, T. C. S.; Miotto, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

Machado, P. H. **“O que eu estou fazendo aqui?”**: experiências do racismo cotidiano na trajetória universitária. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/255862>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Mazon, M. S.; Amorim, B. M. Brzozowski, F. S. Psicotrópico se declina no feminino: saúde mental e mundo digital em questão. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n193079>. Acesso em: 02 jan. 2026.

Mazon, M. S. Consumo de psicotrópicos e estilo terapêutico. Os limites do uso racional de medicamentos. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. 2, 2022. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/16907>. Acesso em: 17 jan. 2026.

Mazon, M. S. Dos diagnósticos aos manuais: mercado farmacêutico e transtornos mentais da infância em questão. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 46, p. 115-140, 2020.

Mazon, M. S. Por que a indústria farmacêutica é diferente das outras? Saúde mental, ciência e psicotrópicos em questão. In: CAPONI, Sandra; BRZOZOWSKI, Fabíola S.; LAJONQUIÈRE, Leandro (Eds.). **Saberes expertos e medicalização no domínio da infância**. São Paulo: LiberArs, p. 33-52, 2021.

Mazon, M. S. Psicotrópicos e estilo terapêutico: questões da mente e do mercado na era do capitalismo afetivo. In: Mitjavila, M. **A medicalização do espaço social**: objetos discursivos e tecnologias políticas na América Latina do século XX. São Paulo: LiberArs, 2022, 1ª ed.

Mazon, M. S. Saúde Mental Infantil e o TDAH como expressão de embates no setor. *Caderno CRH (Online)*, v. 37, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v37i0.62481>. Acesso em: 17 jan. 2026.

Moreira, J. de O., França, K. C. M., Jesus, K. V., Januzzi, M. E. da S., Castro, G. G. de ., Brito, K. D. de ., & Guerra, A. M. C. Análise de narrativas de estudantes negras na universidade brasileira: ancestralidade face ao racismo estrutural. *Psicologia & Sociedade*, v. 36, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36277176>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Murillo, S. Ciencias Sociales. *Revista de la Facultad de Ciencias Sociales*. UBA. N° 83. Dossier “Vidas tecnológicas”, artigo “La medicalización de la vida cotidiana”, 2013.

Nascimento, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Nexo Políticas Públicas. **Cotas na Universidade do Estado da Bahia**. Bahia, 2024.

Disponível em:

<https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2024/12/11/cotas-na-universidade-do-estado-da-bahia>. Acesso em: 10 out. 2025.

Nogueira, I. B. **Significações do corpo negro**. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, São Paulo: USP, 1998.

Oliveira, E. N.; Cordeiro, J. W. de P.; Pereira, P. J. de A.; Almeida, P. C. de; Viana, L. S.; Campos, M. P.; Aragão, H. L.; Alves, P. L. O fardo da cor: experiências de discriminação racial vivenciadas por estudantes universitários. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 1348–1363, 2025. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/12204>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Oliveira, E.S.; Lucini, M. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. *Boletim Historiar*, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021.

Portela, P. E.; Júnior, J. F.; Freitas, J. B. de. **Raça, gênero e saúde mental nas Universidades Federais**. Boletim GEMAA, n. 08, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Quijano, A.; Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

Reis, D. S.; A colonialidade do saber: Perspectivas decoloniais para repensar a universidade **Debates & Controvérsias**. Educ. Soc., Campinas, v. 43, 2022.

Rose, N. **Our Psychiatric Future**. 1ª ed. Cambridge: Polity Press, 2019.

Santos, A. V. O.; Dos Santos Júnior, F. M. F.; Galvão, L. R.; Suzart, N. S.; Moreira, T. D. S. Relação entre variáveis sociodemográficas e saúde mental em estudantes do ensino superior brasileiro: Uma revisão sistemática. *ARACÊ*, [S. l.], v. 7, n. 6, 2025.

Santos Souza, N. **Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Zahar. 2021

Santos, V. de S. As expressões das desigualdades de gênero, raça e classes sobre a saúde mental das estudantes negras do curso de Serviço Social da UFBA. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42611>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Santos, V. S. dos; Castanho, P. Sofrimento psíquico na universidade: reflexões sobre pertencimento e racismo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 54, n. 101, p. 73-88, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352021000200006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 26 jan. 2026.

Schucman, L. V.; **Entre o “encardido”, o “branco e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Orientadora Leny Sato. São Paulo, 2012.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **População baiana se reconheceu ainda mais preta em 2022.** Bahia, 2023. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei/noticias/2023-12/4038/populacao-baiana-se-reconheceu-ainda-mais-preta-em-2022>. Acesso em: 10 out. 2025.

Silva, C. V. S.; Almeida, G. S. S.; Santos, J. C. G.. O percurso da política de cotas na UFBA: implantação, acesso e desempenho acadêmico. **Educação em Análise**, Londrina, v. 10, p. 1-21, 2025.

Silva, N. R. F. da; **Racismo institucional e vivência universitária:** reflexões sobre a saúde mental de estudantes negros e quilombolas em uma universidade pública. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto Multidisciplinar em Saúde, Programa em Psicologia, Vitória da Conquista, 117 f, 2022. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/42495>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Siqueira, J. P.; Ramos, R. M. As (re)configurações subjetivas e identitárias de negros na Universidade: Fricções epistêmicas e aquilombamento acadêmico. **Quaderns de Psicologia**, 23(3), e 1766, 2021. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v23-n3-siqueira-ramos>. Acesso em: 26 jan. 2026.

Tavares, B. A importância das Ações Afirmativas para cotistas negros/as como estratégia contra adoecimento mental e suicídio. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 31, nº 1, p. 13-25, jan-jun de 2020.